

Mossoró/RN, 09 de novembro de 2022.
Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Lopes
Pró-Reitora Adjunta da Ensino de Graduação

Termo de Homologação

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - LÍNGUA INGLESA - LICENCIATURA - PRESENCIAL - CAMPUS AVANÇADO DE ASSÚ

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução UERN/CONSEPE Nº 026/2017 - CONSEPE, HOMOLOGA o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras - Língua Inglesa, Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Presencial, vinculado ao Campus Avançado de Assú, aprovado pela Resolução Nº 87/2022 - Consepe (Processo SEI Nº 04410086.000829/2022-15), de 09 de novembro de 2022, para efeito de implementação institucional e renovação de reconhecimento.

Mossoró/RN, 10 de novembro de 2022.
Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Lopes
Pró-Reitora Adjunta da Ensino de Graduação

Termo de Homologação

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA - EAD - CAMPUS CENTRAL

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução UERN/CONSEPE Nº 026/2017 - CONSEPE, HOMOLOGA o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Educação à Distância (EaD), vinculado ao Campus Central, aprovado pela Resolução Nº 86/2022 - Consepe (Processo SEI Nº 04410086.001005/2022-54), de 09 de novembro de 2022, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 10 de novembro de 2022.
Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Lopes
Pró-Reitora Adjunta da Ensino de Graduação

Termo de Homologação

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO - BACHARELADO - PRESENCIAL - CAMPUS CENTRAL

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução UERN/CONSEPE Nº 026/2017 - CONSEPE, HOMOLOGA o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo, Grau Acadêmico Bacharelado, Modalidade Presencial, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas (Facem), no Campus Central, aprovado pela Resolução Nº 84/2022 - Consepe (Processo SEI Nº 04410086.000691/2022-46), de 09 de novembro de 2022, para efeito de implementação institucional e renovação de reconhecimento.

Mossoró/RN, 10 de novembro de 2022.
Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Lopes
Pró-Reitora Adjunta da Ensino de Graduação

PROGEP

Despacho

Processo nº 04410051.001288/2022-31
Interessado: José Gledson Nogueira Moura

Considerando requerimento do(a) servidor(a) José Gledson Nogueira Moura, que solicita a concessão do auxílio saúde; Considerando os termos da Lei Complementar 608/2017 que institui, no âmbito da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), o auxílio-saúde e dá outras providências.; Considerando os termos da Resolução nº 039/2022 - CD que regulamenta a concessão do auxílio saúde e que revogou as normas anteriores; Considerando o Parecer 1701/2022 - AJUR/UERN (id 16964948), que opina favoravelmente à concessão do auxílio; Considerando Relatório de Conformidade nº1343/2022 - UCI (id 16976729), que informa conformidade do processo com a legislação vigente; Defiro o requerimento de auxílio-saúde do(a) servidor(a) interessado(a), retroagindo seus efeitos a data de solicitação; Após publicação, encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para as providências cabíveis.

Mossoró, 08/11/2022.
Prof.º Luis Marcos de Medeiros Guerra
Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas PROGEP
Portaria Nº 3064/2022-GP/FUERN

Despacho

Processo nº 04410051.001358/2022-51
Interessado: Mylani Nathalini Dantas Costa

Considerando requerimento do(a) servidor(a) Mylani Nathalini Dantas Costa, que solicita a concessão do auxílio saúde; Considerando os termos da Lei Complementar 608/2017 que institui, no âmbito da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), o auxílio-saúde e dá outras providências.; Considerando os termos da Resolução nº 039/2022 - CD que regulamenta a concessão do auxílio saúde e que revogou as normas anteriores; Considerando o Parecer 1741/2022 - AJUR/UERN (id 17088207), que opina favoravelmente à concessão do auxílio; Considerando Relatório de Conformidade nº1434/2022 - UCI (id 17100678), que informa conformidade do processo com a legislação vigente; Defiro o requerimento de auxílio-saúde do(a) servidor(a) interessado(a), retroagindo seus efeitos a data de solicitação; Após publicação, encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para as providências cabíveis.

Mossoró, 07/07/2022.
Prof.º Luis Marcos de Medeiros Guerra
Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas PROGEP
Portaria Nº 3064/2022-GP/FUERN

Despacho

Processo nº 04410053.001945/2022-21
Interessado: NAUDINEY DE CASTRO GONÇALVES

Considerando Requerimento do(a) servidor(a) NAUDINEY DE CASTRO GONÇALVES (id 16348986); Considerando a Lei 9.939/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Considerando os termos do Parecer 254/2022 SADT/PROGEP/UERN (id. 16911323); Parecer 1731/2022 AJUR/UERN (id. 17045138) que opinam pela concessão do adicional requerido e o Relatório de Conformidade 1395/2022 UCI/UERN (id. 17073063) afirmando que o processo está em conformidade com a legislação vigente; Somos pelo DEFERIMENTO da concessão de adicional de titulação, em nível de mestrado, a(o) servidor(a) NAUDINEY DE CASTRO GONÇALVES, retroagindo seus efeitos à data de solicitação do(a) servidor(a); Após publicação, encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para as providências cabíveis.

Mossoró, 08/11/2022.

Prof.º Wogelsanger Oliveira Pereira
Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas PROGEP
Portaria nº 1386/2021 - GP/FUERN

PRAE

Edital Nº 127/2022 – PRAE/UERN

TORNA PÚBLICO O PROCESSO SELETIVO PARA ACESSO AO PROGRAMA DE MORADIA UNIVERSITÁRIA – MODALIDADE RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA – SEMESTRE 2022.2.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Uern, por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, no uso de suas atribuições administrativas, e considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de números 01, 04, 05 e 10, torna público, pelo presente Edital, a abertura do processo seletivo para acesso ao Programa de Moradia Universitária - Modalidade Residência Universitária, no semestre 2022.2, conforme a Resolução nº 008/2019 - CD/FUERN e as disposições contidas neste Edital.

1. DA FINALIDADE

1.1. O presente Edital tem por finalidade selecionar estudantes de graduação e da pós-graduação stricto sensu, devidamente matriculados na Uern, em curso presencial, que possuam renda per capita máxima de até um salário mínimo e meio, para acesso ao Programa de Moradia Universitária, modalidade residência universitária.

1.2. São objetivos do programa:

- Garantir aos(as) alunos(as) da UERN o acesso à moradia no decorrer do curso;
- Garantir a permanência de qualidade;
- Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- Aumentar as taxas de sucesso acadêmico das(as) alunos(as); e
- Combater as desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão de curso.

2. DAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

- As Residências Universitárias constituem-se em imóveis sob a responsabilidade da FUERN destinados à moradia temporária dos(as) alunos(as) aprovados(as) neste processo seletivo.
- O(a) discente contemplado(a) com esta modalidade terá vaga na residência universitária pelo tempo regular de integralização do seu curso, salvo em caso de descumprimento das normas constantes neste edital e/ou em outras normas, regimentos e resoluções vigentes.
- São ofertadas no semestre letivo 2022.2 o número total de 25 vagas distribuídas nas residências universitárias conforme quadro abaixo:

CAMPUS	RESIDÊNCIA MASCULINA	RESIDÊNCIA FEMININA
Assu	0	01
Caicó	02	0
Mossoró	RUM I - 01	01
	RUM II (FACS) - 06	
Natal	05	05
Patu	03	01

3. DO PERFIL DO ESTUDANTE

3.1. Poderá se inscrever no Programa de Moradia Universitária o(a) estudante que:

- Seja maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado legalmente;
- Comprove situação de renda que justifique a inclusão no programa, mediante avaliação socioeconômica e participação em todas as etapas deste Edital;
- Tenha cursado a educação básica integralmente em escola pública;
- Esteja regularmente matriculado no semestre letivo



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Fone: 84.3315-2134 - Fax: 84.3315-2108
Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: sc@uern.br – CEP 59610-210 - Mossoró –RN

RESOLUÇÃO Nº 30/2018 - CONSEPE

Cria o Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância.

A VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE -, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN -, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, referendando o *Ad Referendum* Nº 13/2018 - CONSEPE, e conforme deliberação do Colegiado, em sessão realizada em 22 de agosto de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 53, inciso II, da Lei Nº. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispõe sobre autonomia didático – científica das universidades para fixar os currículos dos seus cursos, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 02/2015 - CNE/CES, de 1º de julho de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

CONSIDERANDO a Resolução Nº Nº 01/2012 - CEE/RN, de 1º de agosto de 2012, que regulamenta para o Sistema Estadual de Ensino, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de curso de graduação;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV, do art. 9º, do Estatuto da UERN, que atribui competência ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para aprovar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;

CONSIDERANDO o Regulamento de Cursos de Graduação da UERN, aprovado através da Resolução Nº 26/2017 - CONSEPE, de 28 de junho de 2017;

CONSIDERANDO o Decreto Nº 9.057 de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei n- 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

f

CONSIDERANDO a Portaria Normativa N° 11, de 20 de junho de 2017 que estabelece normas e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto N° 9.057, de 25 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, ofertado pelo Departamento de Educação – DE/FE, *Campus* Central, com oferta de 150 vagas iniciais a partir do ano de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das Sessões dos Colegiados, em 22 de agosto de 2018.


Prof.ª. Dr.ª. Fátima Raquel Rosado Moraes
Vice-Presidente

Conselheiros:

Prof. Wendson Dantas de Araújo Medeiros
Prof. Cláudio Lopes de Vasconcelos
Prof. Francisco Fabiano de Freitas Mendes
Prof.ª. Simone Gurgel de Brito
Prof.ª. Fernanda Marques de Queiroz
Prof.ª. Verônica Palmira Salme de Aragão
Prof.ª. Dayane Pessoa de Araújo
Prof. Luis Marcos de Medeiros Guerra
Prof. Lindericy Francisco Tomé de S. Lins

Prof. Ênio Virgílio de Oliveira Matias
Prof.ª. Rosimeiry Florêncio de Q. Rodrigues
Prof.ª. Allyssandra Maria Lima R. Maia
Prof.ª. Maria da Conceição S. D. Monteiro
Prof.ª. Diana Paula Souza Rêgo P. Carvalho
Prof.ª. Maria de Fátima Dutra
Prof. Clécio André Alves da Silva Maia
Disc. Thaysa Lobo Pegado

DO NASCIMENTO (Gráfica Dez) - CNPJ:14.139.627/0001-32, afastamos também a necessidade de publicação do presente despacho no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOE/RN), a qual, se realizada, poderia redundar em despesa(s) superior(es) à(s) que se pretende(m) contratar, fazendo-o alicerçado no teor do Acórdão n.º 1.336/2006 - TCU/Plenário c/c a Orientação Normativa da AGU n.º 34/2011, bem como em observância ao princípio da economicidade. Todavia, determinamos a publicação do presente termo no Jornal Oficial da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (JOUERN);

Adote-se providências cabíveis quanto ao anexo XXXVIII do SIAL.

Por fim, encaminhem-se os autos ao Departamento de Contabilidade/PROPLAN, ficando este, desde logo, autorizado a expedir a Nota de Empenho respectiva.

PROF. DR. FRANCISCO DANTAS DE MEDEIROS NETO
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUERN

UERN

CONSEPE

Resolução N.º 84/2022 - CONSEPE

Aprova o novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo, grau acadêmico Bacharelado, Modalidade Presencial, ofertado no Campus Central da Uern.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 09 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, própria das universidades, definida no artigo 207 da Constituição Federal e no artigo 141 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que a matéria está sob os imperativos de urgência e relevância, tendo em vista que as informações pertinentes ao curso de graduação em Turismo, grau acadêmico Bacharelado, Modalidade Presencial, ofertado no Campus Central da Uern, devem ser inseridas no sistema "SisuGestão" até o dia 04 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410086.000691/2022-46 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo, grau acadêmico Bacharelado, Modalidade Presencial, ofertado no Campus Central da Uern.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 09 de novembro de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto
Presidente em exercício

Conselheiros:

Profa. Ana Cláudia de Oliveira

Profa. Ana Lúcia Dantas

Profa. Antônia Sueli da Silva Gomes

Profa. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Prof. Esdra Marchezan Sales

TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo

Profa. Fernanda Abreu de Oliveira

Prof. Franklin Roberto da Costa

Prof. Galileu Galilei Medeiros de Souza

Prof. Gutemberg Henrique Dias

TNS. Ismael Nobre Rabelo

Prof. Jean Mac Cole Tavares Santos

Prof. José Egberto Mesquita Pito Júnior

Prof. José Mairton Figueiredo de França

Profa. Kalídia Felipe de Lima Costa

Prof. Marcelo Henrique Alves Ferreira da Silva

Profa. Márcia da Silva Pereira Castro

Prof. Marcos Paulo de Azevedo

Resolução N.º 85/2022 - CONSEPE

Dispensa a comprovação vacinal contra a Covid-19 como condição para participação de discentes nas atividades acadêmicas referentes ao semestre letivo 2022.2 da Uern.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 09 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, própria das universidades, definida no artigo 207 da Constituição Federal e no artigo 141 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 31.541, de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre a dispensa de obrigatoriedade de comprovação do esquema vacinal em conformidade com o calendário de imunização nos casos que especifica;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 07/2022, do Comitê Covid-19/Uern, a qual conclui que a obrigatoriedade de apresentação do comprovante do cumprimento do esquema vacinal pela comunidade pode ser dispensada, sem maiores prejuízos para a segurança da comunidade acadêmica;

CONSIDERANDO o alto de índice de vacinação da população contra a Covid-19, o que é refletido pelo atual momento de controle e de baixa incidência de contaminação da doença;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410023.005958/2022-26 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a comprovação vacinal contra a Covid-19 como condição para participação de discentes nas atividades acadêmicas referentes ao semestre letivo 2022.2 da Uern.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário, mormente a Resolução nº 48/2022-Consepe.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 09 de novembro de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto
Presidente em exercício

Conselheiros:

Profa. Ana Cláudia de Oliveira

Profa. Ana Lúcia Dantas

Profa. Antônia Sueli da Silva Gomes

Profa. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Prof. Esdra Marchezan Sales

TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo

Profa. Fernanda Abreu de Oliveira

Prof. Galileu Galilei Medeiros de Souza

Prof. Gutemberg Henrique Dias

TNS. Ismael Nobre Rabelo

Prof. Jean Mac Cole Tavares Santos

Prof. José Egberto Mesquita Pito Júnior

Prof. José Mairton Figueiredo de França

Profa. Kalídia Felipe de Lima Costa

Prof. Marcelo Henrique Alves Ferreira da Silva

Profa. Márcia da Silva Pereira Castro

Prof. Marcos Paulo de Azevedo

Resolução N.º 86/2022 - CONSEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Educação a Distância (EaD), vinculado ao Campus Central.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 09 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 53, Inc. II, da Lei Nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispõe sobre autonomia didático-científica das universidades para fixar os currículos dos seus cursos, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

CONSIDERANDO o Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Portaria Normativa Nº 11, de 20 de junho de 2017, a qual regulamenta o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); o Decreto nº 8.752/2016, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação e das Diretorias de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED) da CAPES;

CONSIDERANDO o resultado final do Edital 9/2022 - UAB/CAPES, do dia 04 de abril de 2022;

CONSIDERANDO a Resolução CEE-RN Nº 05/2020, de 16 de dezembro de 2020, a qual regulamenta o credenciamento e o reconhecimento de Instituições de Ensino Superior - IES vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte e a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de seus cursos presenciais de nível superior - graduação e sequenciais de formação específica e da pós-graduação lato sensu;

CONSIDERANDO o disposto no Inc. III, do Art. 15º, do Estatuto da Uern, aprovado pela Resolução Consuni Nº 19, de 10 de setembro de 2019, que atribui competência ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para aprovar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 39 a 46, os quais versam, especificamente, sobre Projetos Pedagógicos de Cursos, do Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern, aprovado pela Resolução Consepe Nº 26, de 28 de junho de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução Uern Consepe Nº 30, de 22 de agosto de 2018, a qual criou o curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410086.001005/2022-54,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Educação a Distância (EaD), vinculado ao Campus Central, nos moldes do anexo, com vigência para os ingressantes a partir de 2022.2, proposto e coordenado pelo Departamento de Educação.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 09 de novembro de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto
Presidente em exercício

Conselheiros:

Profa. Ana Cláudia de Oliveira

Profa. Ana Lúcia Dantas

Profa. Antônia Sueli da Silva Gomes

Profa. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Prof. Esdra Marchezan Sales

TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo

Profa. Fernanda Abreu de Oliveira

Prof. Franklin Roberto da Costa

Prof. Galileu Galilei Medeiros de Souza

Prof. Gutemberg Henrique Dias

TNS. Ismael Nobre Rabelo

Prof. Jean Mac Cole Tavares Santos

Prof. José Egberto Mesquita Pito Júnior

Prof. José Mairton Figueiredo de França
Prof. Kalídia Felipe de Lima Costa
Prof. Marcelo Henrique Alves Ferreira da Silva
Prof. Márcia da Silva Pereira Castro
Prof. Marcos Paulo de Azevedo

Prof. Kalídia Felipe de Lima Costa
Prof. Marcelo Henrique Alves Ferreira da Silva
Prof. Márcia da Silva Pereira Castro
Prof. Marcos Paulo de Azevedo

Resolução N.º 87/2022 - CONSEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras - Língua Inglesa, Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Presencial, vinculado ao Campus Avançado de Assú.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 09 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 53, Inc. II, da Lei Nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispõe sobre autonomia didático-científica das universidades para fixar os currículos dos seus cursos, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Letras;

CONSIDERANDO a Resolução CEE-RN Nº 05/2020, de 16 de dezembro de 2020, a qual regulamenta o credenciamento e o reconhecimento de Instituições de Ensino Superior - IES vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte, e a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de seus Cursos presenciais de nível superior – graduação e sequenciais de formação específica e da pós-graduação lato sensu;

CONSIDERANDO o disposto no Inc. III, do Art. 15º, do Estatuto da Uern, aprovado pela Resolução Consuni Nº 19, de 10 de setembro de 2019, que atribui competência ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para aprovar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 39 a 46, os quais versam, especificamente, sobre Projetos Pedagógicos de Cursos, do Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern, aprovado pela Resolução Consepe Nº 26, de 28 de junho de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução Consepe Nº 25, de 21 de junho de 2017, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos Cursos de Graduação, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Uern;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410086.000829/2022-15 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Inglesa, Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Presencial, vinculado ao Campus Avançado de Assú, com vigência para os ingressantes a partir de 2023.1, proposto e coordenado pelo Departamento de Letras Estrangeiras – DLE/CAA.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 09 de novembro de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto
Presidente em exercício

Conselheiros:

Prof. Ana Cláudia de Oliveira
Prof. Ana Lúcia Dantas
Prof. Antônia Sueli da Silva Gomes
Prof. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento
Prof. Esdra Marchezan Sales
TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo
Prof. Fernanda Abreu de Oliveira
Prof. Franklin Roberto da Costa
Prof. Galileu Galilei Medeiros de Souza
Prof. Gutemberg Henrique Dias
TNS. Ismael Nobre Rabelo
Prof. Jean Mac Cole Tavares Santos
Prof. José Egberto Mesquita Pito Júnior
Prof. José Mairton Figueiredo de França

Resolução N.º 88/2022 - CONSEPE

Cria e regulamenta o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica, Tecnológica e Artístico-Cultural da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 09 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO a importância da iniciação à pesquisa nas áreas Tecnológicas e de Inovação para os discentes de graduação no âmbito da Uern;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410102.000280/2022-13 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Criar e regulamentar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, conforme os artigos que se seguem.

Art. 2º O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti Uern têm como objetivos:

I. Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

II. Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País;

III. Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade;

IV. Possibilitar maior interação entre atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação desenvolvidas na graduação;

V. Estimular o interesse e a aptidão nos discentes da graduação da Uern que demonstram potencial para desenvolvimento tecnológico e inovação;

VI. Estimular o trabalho em equipe envolvendo docentes, técnicos e discente;

VII. Proporcionar ao discente/bolsista a aprendizagem de métodos e técnicas da pesquisa científica tecnológica e de inovação, além de estimular o desenvolvimento do pensar crítico;

VIII. Consolidar a pesquisa acadêmica para o desenvolvimento da Uern;

IX. Fortalecer na Instituição as políticas de pesquisa e inovação.

Art. 3º A estrutura e o funcionamento do Pibiti Uern obedecerão aos seguintes aspectos:

I. Será coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Propeg;

II. As bolsas serão disponibilizadas através de quota anual definida de acordo com a resolução vigente do Conselho Diretor/Uern;

III. A distribuição das bolsas será realizada pela Propeg de acordo com os critérios estabelecidos em edital publicado anualmente.

Art. 4º São requisitos necessários para participar no Pibiti Uern:

I. Para o docente ou técnico pesquisador:

A participação do docente ou técnico orientador no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Uern está condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no item 7 do anexo 7 da Resolução Normativa 017/2006, do CNPq (RN-017/2006 CNPq);

Ser docente ou técnico da Uern, e possuir experiência compatível com a função de orientador e formador de recursos humanos qualificados, com produção científica, tecnológica ou artístico-cultural;

Ser integrante de grupo de pesquisa cadastrado no

diretório de grupos de pesquisa do CNPq;

Encontrar-se em efetivo exercício de suas atividades nas respectivas unidades acadêmicas, no período de vigência do projeto de pesquisa;

Apresentar titulação de doutor;

Estar exercendo plena atividade de pesquisa, e que apresente experiência no desenvolvimento de protótipos, processos e produtos;

Ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, devidamente atualizado;

Não apresentar pendências em relação aos editais vigentes no âmbito do Departamento de Institucionalização de Pesquisa da Propeg, ou órgão similar no organograma institucional;

Ser obrigatoriamente o coordenador da proposta. Caso o projeto de pesquisa a ser institucionalizado seja em parceria com outra IES e com financiamento externo, dispensa-se do proponente o presente requisito;

Ter o projeto vigente aprovado no âmbito de comitê de ética em pesquisa com seres humanos, caso o projeto possua como participante o ser humano, conforme legislação vigente no Brasil; e,

Ter o projeto vigente aprovado no âmbito da comissão de experimentação animal, caso o projeto envolva a pesquisa com animais, conforme legislação vigente no Brasil.

II. Para o discente bolsista:

a) A participação do discente bolsista está condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no item 8 da Resolução Normativa nº 017/2006, do CNPq (RN-017/2006 CNPq);

b) Estar regularmente matriculado em curso de graduação da Uern;

c) Ter currículo cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq;

d) Não apresentar outra bolsa ou apoio financeiro de quaisquer órgãos;

e) Apresentar disponibilidade de doze horas semanais para as atividades relativas ao projeto de pesquisa.

Art. 5º Para a solicitação da bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti Uern, é necessário participar de edital publicado anualmente pela Propeg, responsável por selecionar projetos de pesquisa, coordenadores e discentes bolsistas.

Parágrafo único. A seleção dos projetos de pesquisa se dará de acordo com os critérios previamente estabelecidos em edital.

Art. 6º O Pibiti Uern, assim como todas as suas demandas, serão gerenciados pelo Comitê Institucional de Pesquisa e Inovação da Propeg – Cipi.

Art. 7º As bolsas serão concedidas ao docente ou técnico coordenador do projeto de pesquisa por doze meses, desde que se faça cumprir as disposições previstas em edital de seleção publicado pela Propeg.

Art. 8º Serão expedidas declarações a todos os discentes bolsistas do Pibiti Uern, nas quais será certificado o projeto de pesquisa desenvolvido pelo discente junto a seu orientador, além do seu período de execução.

Art. 9º O pedido de suspensão da bolsa poderá ser feito em qualquer tempo pelo coordenador do projeto de pesquisa, desde que acompanhado de justificativa e encaminhado à Propeg.

Art. 10 Os discentes selecionados para integrarem o Pibiti Uern receberão uma bolsa de estudos, sem vínculo empregatício, com carga horária de doze horas semanais, cujo valor é estabelecido por meio de resolução do Conselho Diretor.

§ 1º O desenvolvimento da atividade prevista neste programa não caracteriza vínculo empregatício do bolsista com a Instituição.

§ 2º Os projetos de pesquisa poderão prever a participação de discentes voluntários, para os quais não será concedido o incentivo de bolsa de estudos.

Art. 11 O discente bolsista do Pibiti Uern assinará termo de compromisso com a instituição que terá valor jurídico.

Art. 12 Perderá a condição de bolsista o discente que não cumprir com o disposto na presente norma.

Art. 13 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 09 de novembro de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto
Presidente em exercício

Conselheiros:



FACULDADE DE EDUCAÇÃO/CAMPUS CENTRAL

PROJETO PEDAGÓGICO

**Projeto Pedagógico de Curso
Licenciatura em Pedagogia
Modalidade Educação a Distância**

**Mossoró/RN
2022**

Reitora

Prof^a. Dra. Cícilia Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Prof. Dr. Francisco Dantas de Medeiros Neto

Chefe de Gabinete

Prof. Dr. Lauro Gurgel de Brito

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Profa. Ma. Fernanda Abreu de Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof^a. Dr^a. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitoria de Extensão

Prof. Me. Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Pró-Reitoria de Administração

Prof^a. Dr^a Simone Gurgel de Brito

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Prof^a. Dra. Fátima Raquel Rosado Moraes

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

Diretora

Prof.^a Dra. Meyre-Ester Barbosa de Oliveira

Vice-Diretor

Prof. Dr. Jean Mac Cole Tavares Santos

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE

Chefe do departamento

Prof.^a Ma. Sirleyde Dias de Almeida

Subchefe

Prof. Me. Manoel Fábio Rodrigues

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Prof.^a. Dra. Meyre-Ester Barbosa de Oliveira

Prof.^a. Ma. Sirleyde Dias de Almeida

Prof.^a. Dr.^a. Regina Santos Young

Prof. Me. Alex Carlos Gadelha

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO

Prof. Dr. Jean Mac Cole Tavares Santos

Prof.^a Dra. Márcia Betânia de Oliveira

Prof.^a. Dra. Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro

Prof.^a. Dra. Meyre-Ester Barbosa de Oliveira

Prof.^a. Dr.^a. Regina Santos Young

Prof.^a. Ma. Sirleyde Dias de Almeida

Prof. Me. Manoel Fábio Rodrigues

Prof. Ms. Alex Carlos Gadelha

TNS Thaynara Danyelle Oliveira Carvalho

<Resolução do Consepe que aprovou o PPC>

Mês/ano

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
2 PERFIL DO CURSO	7
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO.....	7
2.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	8
2.3 DADOS SOBRE O CURSO	8
3 HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO... 9	
3.1 CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA: um histórico a construir	11
4 OBJETIVOS DO CURSO	14
Objetivo Geral	16
Objetivos específicos	16
5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	15
6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.....	21
7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS	21
7.1 RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	21
7.2 CONTEXTUALIZAÇÃO	23
7.3 INTERDISCIPLINARIDADE	25
7.4 DEMOCRATIZAÇÃO	26
7.5 FLEXIBILIZAÇÃO	27
7.6 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	29
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	30
8.1 EIXOS FORMATIVOS	32
8.1.1 Eixo I: Educação e Cultura	33
8.1.2 Eixo II: Processo Ensino-Aprendizagem	34
8.1.3 Eixo III: A escola e os Processos Pedagógicos.....	34
8.1.4 Eixo IV: Educação infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: campos de experiência e áreas de ensino	34
8.1.5 Eixo V: Pesquisa, Experiências e Práticas Pedagógicas.....	35
9. DISCIPLINAS	36
9.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	36
9.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS	37
9.3 ATIVIDADES DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC).....	38
9.4 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.....	39
9.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	42
9.6 REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	43

9.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	45
9.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	47
9.9 UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	50
10 MATRIZ CURRICULAR	50
11 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO	53
12 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES E/OU APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	57
13 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	57
13.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS....	58
13.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS.....	85
13.3 EMENTÁRIO DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	88
14 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	89
14 EQUIPES DISPONÍVEIS E NECESSÁRIAS.....	91
14.1 EQUIPES DISPONÍVEIS	91
14.2 EQUIPES NECESSÁRIAS	99
14.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	100
15 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA.....	101
15.1 ADMINISTRATIVO	101
15.2 SALAS DE AULA.....	101
15.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS.....	101
15.4 OUTROS ESPAÇOS	101
16 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	102
16.1 POLÍTICA DE GESTÃO.....	102
16.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO.....	105
16.3 POLÍTICAS DE PESQUISA.....	106
16.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	108
16.5 POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO	112
17 PROGRAMAS FORMATIVOS.....	115
18 RESULTADOS ESPERADOS	116
19 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	116
20 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	117
21 OUTROS ELEMENTOS REGULAMENTADOS EXTERNOS E INTERNOS.....	117
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE 1.....	141
APÊNDICE 2	142
ANEXO 1 - PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO NDE	
ANEXO 2 - ATA DE REUNIÃO DO DEPARTAMENTO	

ANEXO 3 - ATA DE REUNIÃO DO CONSAD

ANEXO 4 - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN

Rua Almino Afonso, 478 – Centro

CEP.: 59.610-210 – Mossoró – RN

Fone: (84) 3315-2148 **Fax:** (84) 3315-2108

E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Profa. Dra. Cicília Raquel Maia Leite

Espécie Societária: Não Lucrativa

Instituição Mantida

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

CNPJ: 08.258.295/0001

Campus Universitário

BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos s/n

Bairro Costa e Silva

CEP: 59625-620 - Mossoró-RN

Fone: (84) 3315-2175 **Fax:** (84) 3315-2175

Home Page: www.uern.br. **E-mail:** reitoria@uern.br

Dirigente: Profa. Dra. Cicília Raquel Maia Leite

Ato de credenciamento: Portaria nº 874/MEC, de 17/06/1993

Ato de recredenciamento: Decreto Estadual Nº 27.902 (23/04/2018), publicado em 12/05/2018.

2 PERFIL DO CURSO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação: Pedagogia

Grau acadêmico: Licenciatura

Modalidade: À Distância

Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais

Ato de Autorização/Criação: <Resolução do CONSEPE>

Data de Início de Funcionamento: <Data>

Dados de criação/Atos autorizativos	
Ato de Autorização/Criação:	<Resolução do CONSEPE>

2.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Campus: Central.

Endereço: Av. Prof. Antônio Campos, s/n. Bairro Costa e Silva. CEP: 59625-620. Mossoró-RN.

Telefone: (84) 3315 2203.

E-mail: pedagogia.ead@uern.br

Site: fe.uern.br

2.3 DADOS SOBRE O CURSO

Tempo médio de integralização curricular: 8 semestres.

Tempo máximo de integralização curricular: 11 semestres.

Turno de funcionamento: integral.

Número máximo de alunos por polo: as vagas serão ofertadas a partir de aprovação no edital de ofertas de vagas da UAB, e da articulação entre a DEAD e os polos credenciados.

Sistema: créditos com matrícula semestral.

Forma de Ingresso no Curso: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dos últimos 05 anos.

Carga horária total: 3.225 (três mil, duzentas e vinte e cinco) horas.

Quadro 1 - DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARCIAL E TOTAL DO CURSO, POR UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (ART. 21 DO RCG)		CARGA HORÁRIA
Disciplinas (RCG, Art. 49)	Obrigatórias	1710
Disciplinas	Optativas	60
Atividades da prática como componente curricular (RCG, Arts. 28-29)		405
Estágio curricular supervisionado obrigatório (RCG, Arts. 30-31)		405

Trabalho de conclusão de curso (RCG, Arts. 32-33)		195
Atividades complementares (RCG, Arts. 34-36)		120
Unidades curriculares de extensão (Res. 25/2017 - CONSEPE, de 21/06/2017)		330
Carga horária total		3225

3 HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

O Curso de Pedagogia, com oferta regular pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FE/UERN, originou-se em 1967 com uma turma de Administração Escolar. Posteriormente, passou a oferecer também turmas para Estudo das Disciplinas e Atividades Práticas – EDAPE. Foi reconhecido em 1973, por meio do Decreto nº 72.263, de 15 de maio de 1973, com as habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Administração Escolar do 1º e 2º Graus. No ano seguinte, passou a ofertar mais uma habilitação: Supervisão Escolar (1974) e, quatro anos após, a habilitação de Orientação Educacional (1978).

No início da década de 1990, a FE participou, em conjunto com as demais instituições e entidades que discutem a formação do pedagogo no país, de um amplo processo de discussão sobre as novas proposições para o Curso de Pedagogia, culminando no ano de 1995 com a reformulação curricular, suspendendo a oferta das habilitações anteriores e criando a habilitação voltada para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A base dessa reformulação apontava para a formação do pedagogo generalista, sendo a docência sua principal atividade.

Várias críticas foram feitas em torno dessa nova proposição, destacando-se: a restrição de atuação profissional por estar habilitando, apenas, ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental; também, a organização curricular por caracterizar-se numa perspectiva bastante densa, inibindo possibilidades de componentes curriculares flexíveis.

Nas últimas décadas de funcionamento do Curso de Pedagogia da UERN, a FE ampliou sua experiência na formação inicial e continuada de professores, em nível de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu, conforme o que segue:

- Participou da experiência de formação continuada de professores no Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy em Natal-RN, no período de 1994 a 1999;

- Ofertou a habilitação Magistério do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Séries destinada à formação de professores em exercício na rede pública de ensino, entre os anos de 1998 e 1999;

- Ofertou a habilitação Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio do Programa Especial de Formação Profissional para a Educação Básica - PROFORMAÇÃO, para professores da rede pública de ensino de 1999 a 2011;

- Ampliou a oferta de vagas de formação inicial do Curso de Pedagogia para o Núcleo Avançado de Educação Superior de Caraúbas/RN, no ano de 2002;

- Ofertou o Curso de Pedagogia habilitação Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental no Projeto Pedagogia da Terra, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, de 2006 a 2011;

- Ofertou o curso de Pedagogia em convênio com o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Plataforma Freire - PARFOR), no período de 2010 a 2020;

- Oferta o curso de especialização em educação, desde 1990;

- Oferta o mestrado em educação por meio do Programa de Pós-graduação em Educação - POSEDUC, desde 2011.

Em consonância com o avanço das discussões em torno da formação de professores da educação básica e em atendimento à legislação nacional que trata sobre a matéria, a FE vivenciou um processo dinâmico de discussão que culminou com a proposição de uma reformulação curricular para o curso de Pedagogia. Nesse sentido, o Conselho Administrativo da FE, compreendendo a necessidade de ressignificar o perfil e a atuação profissional do pedagogo, indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, aprovou, em 2007, o Projeto Pedagógico do referido curso, cuja matriz permanece vigente, apesar do Projeto ter passado por atualizações por ocasião da renovação de reconhecimento de curso em 2014 e 2019, bem como em função de adequação a Resolução CNE/CP nº 02/2015

que estabeleceu as Diretrizes de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

O referido projeto pedagógico também aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, foi submetido ao Conselho Estadual de Educação para a renovação de reconhecimento do curso de Pedagogia, obtendo conceito máximo em 2014, pelo prazo de cinco anos. Posteriormente, em 2019, passou novamente pelo processo de renovação de reconhecimento, obtendo conceito máximo, pelo prazo de cinco anos.

Dado a *expertise* da Faculdade de Educação da UERN no processo de formação de professores para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental, esta proposta de curso, com oferta de ensino à distância, se aponta como potencial para ampliação desses espaços formativos, na perspectiva de alcançar o máximo possível público com interesse nessa formação.

3.1 CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA: UM HISTÓRICO A CONSTRUIR

Em 2022, a Faculdade de Educação apresenta esta versão de criação do curso Pedagogia na modalidade de Educação a Distância. Esta proposta está em consonância com a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Tais Diretrizes Curriculares e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

Com a Lei nº 11.502/2007 que alterou as competências e a estrutura organizacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), este órgão passou a subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas voltadas para a formação de profissionais do magistério da educação básica e superior através da realização de convênios com instituições de ensino superior. Nesse contexto, o curso de Pedagogia, na modalidade a distância, além de se propor a atender a essa demanda educacional, toma como referência ao Decreto Nº

8752/2016 que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Desse modo, o curso contempla as políticas que visam organizar e fomentar a formação inicial e continuada de professores das redes públicas de educação básica mediante a ação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em consonância com as políticas educacionais e observando a necessidade de intervenção da universidade no meio social, o Curso de Pedagogia EaD da FE/UERN propõe inovações nas metodologias de ensino e de aprendizagem para a formação de professores. A proposição do curso enfatiza, principalmente, o uso de tecnologias de informação e comunicação nas práticas educacionais, assim como a avaliação do processo de ensino e aprendizagem na modalidade de educação a distância. Sua proposição está em conformidade com a Resolução Nº 28/2018 - CONSEPE que Dispõe sobre o Ensino a Distância – EaD - no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN e considera que a EaD se constitui como uma importante ferramenta de incentivo à inovação tecnológica e a universalização dos processos de inclusão digital na UERN.

Também, traz embasamento no Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A modalidade de educação a distância aparece nas últimas décadas como uma das principais tendências do ensino superior em nível mundial. Em âmbito nacional, essa tendência de crescimento é ratificada pelos dados apresentados no Censo da Educação Superior 2020, com aumento de 428,2% na última década, em que se observa que pela primeira vez o país registrou um número maior de ingressantes em cursos a distância em relação aos cursos presenciais. Os dados apontam que mais de 2 milhões de alunos (53,4%) optaram por cursos à distância, enquanto que 1,7 milhões (44,6%) preferiram o presencial. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), essa modalidade já havia apresentado resultados semelhantes em 2019, porém na rede privada. (<https://agenciabrasil.ebc.com.br>).

Nesse cenário de ampliação da demanda por cursos a distância, a oferta do Curso de Pedagogia EaD possibilita a ampliação do acesso ao ensino superior e à formação de professores, atendendo às necessidades nacionais, regionais e locais.

As pesquisas no âmbito educacional têm estabelecido uma estreita relação entre a formação docente e a melhoria da qualidade do ensino. Conforme os dados divulgados no Censo da Educação Básica 2020 pelo INEP sobre a escolaridade de professores em exercício no Rio Grande do Norte, nota-se que há a necessidade de oferta de cursos de licenciatura.

Apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos em relação ao crescimento do percentual de docentes com nível superior, o Censo de 2020 registrou que entre os docentes que atuam na educação infantil no estado 78,7% possuem nível superior completo, sendo 74,7% em grau acadêmico de licenciatura e 3,9%, de bacharelado. Contudo, dos profissionais dessa etapa de ensino, 9,9% têm apenas o curso de ensino médio normal/magistério e ainda foram identificados 11,5% com nível médio ou inferior. No tocante aos anos iniciais do Ensino Fundamental, 86,2% têm nível superior completo (79,1% em grau acadêmico de licenciatura e 7,1%, de bacharelado) e 6,2% têm ensino médio normal/magistério.

Essa realidade aponta para a necessidade de a universidade, como instituição que deve contribuir com o avanço político, social, tecnológico e científico da sociedade, propor políticas de ação que oportunizem a esses profissionais a formação adequada para exercerem a atividade de ensino. Assim, a oferta do Curso de Pedagogia EaD pode contribuir para a formação de professores no Estado do Rio Grande do Norte, já que possibilitará o acesso ao ensino superior nos municípios situados em regiões próximas aos polos de apoio presencial instalados nos municípios selecionados por e-mail dos editais da CAPES/MEC, consolidando a política de interiorização da UERN, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – da UERN (2016).

No âmbito da UERN, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), regulamentada pela Portaria Nº 1896/2001-GR/UERN, assessora os Departamentos Acadêmicos e as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Pós-Graduação na elaboração, desenvolvimento e execução de cursos ofertados na modalidade de ensino a distância.

O Curso de Pedagogia EaD está estruturado com um currículo que permitirá ao aluno o contato com conhecimentos gerais e específicos, necessários ao exercício qualificado da profissão de professor, conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), de 2019, além de oferecer uma formação sólida para o exercício da cidadania, preparando o sujeito com base nos princípios da valorização ética e da qualidade da profissão de educador.

Os polos de apoio presencial estão estruturados com laboratório de informática, internet banda larga, bibliotecas e salas para aulas presenciais, dando o suporte necessário para as atividades de ensino e aprendizagem nos cursos a distância. Com essa estrutura e com profissionais qualificados para atuarem na formação do pedagogo a distância, apresenta-se como uma esperada oportunidade aos profissionais já em exercício que, por motivos diversos, não puderam cursar uma licenciatura.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo geral:

- Formar o licenciando em pedagogia com competência teórico-prática-reflexiva e política para atuar na docência da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

4.2 Objetivos específicos:

- Oportunizar a aquisição e desenvolvimento de competências e habilidades técnicas, sociais, comunicativas, metodológicas e tecnológicas para o exercício da prática docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

- Estabelecer diálogo entre a área pedagógica e as demais áreas de conhecimento, com o propósito de compreender as complexas demandas educacionais, de modo a favorecer o planejamento, a execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades, projetos e experiências educativas próprias da atuação docente;
- Desenvolver o processo de compreensão sobre a criança, inserida no contexto social e cultural, de forma a contribuir para seu desenvolvimento humano nas dimensões física, psicológica, intelectual, ética, cultural, social e emocional, visando a sua educação integral;
- Estimular o comprometimento com a ética e a organização democrática da sociedade, com a finalidade de desenvolver estratégias interventivas frente aos problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem à superação da exclusão social;
- Desenvolver e mobilizar metodologias, dispositivos digitais e materiais pedagógicos de maneira a beneficiar o ensino-aprendizagem em contexto das práticas, bem como a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional;
- Propiciar uma formação do pedagogo por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo a apropriação e a produção do conhecimento como inerentes à natureza das práticas educativas.

5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

A organização da escola brasileira se apresenta como potência em função da universalização do acesso, das diferenças e do compromisso e criatividade dos profissionais da educação que habitam esses espaços formais de ensino. Ao mesmo tempo, se constitui um desafio em função da complexidade que envolve a formação, a infraestrutura e as políticas educacionais. Dessa forma, pensar o perfil de um profissional para atuar na docência da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, requer colocá-lo no lugar de um profissional que contribui

significativamente na tarefa de democratizar o acesso aos conhecimentos visando, entre outros objetivos, à promoção da melhoria nas condições de vida das pessoas.

Defendemos com inspiração em Freire (1998), Nóvoa (2022) e Josso (2010), dentre outros referenciais, que a formação é processo inacabado e que se realiza em meio a experiências formativas que fazem sentido e que se atualizam em função de contextos históricos, sociais e culturais. Formar o pedagogo, no contexto atual, da cultura digital em rede - cibercultura, requer situarmos as mudanças radicais do papel da escola e das relações de aprendizagens daí advindas.

Com base em Santos (2003), entendemos que o contexto da cibercultura vem superando e transformando radicalmente os modos e processos de produção e socialização de saberes. A criação, transmissão, armazenamento e significação das informações acontecem de maneira totalmente diferente e sem precedentes na história. Vivemos uma mudança cultural que altera e envolve, praticamente, todas as áreas de conhecimento. Com isso, mudam-se as formas de interconexão entre os sujeitos, os espaços e cenários de aprendizagens e, por consequência, exige-se novas formas de pensar os currículos e as formações.

A perspectiva de um ensino transmissivo e de centralidade no professor se afasta cada vez mais das necessidades formativas em que a criatividade, a interatividade, a resolução de problemas e a criticidade ganham ênfase com a presença de espaços/tempos de aprender em rede em que o polo da emissão encontra-se aberto para todos comunicarem, criarem, cocriarem, remixarem, promovendo formas de aprendizagens abertas, possibilitando processos de aprendizagens espontâneos, assistemáticos e até mesmo caóticos, como nos diz Santaella (2013).

A criação de uma ambiência formativa por meio de desenhos didáticos nos espaços online de aprendizagens, são meios de proporcionar uma formação amplamente qualificada. Nesses espaços, os graduandos são, cotidianamente, instigados a resolução de problemas, interação e criação de conhecimento autorais, compreensão conceitual e didática dos conteúdos de ensino-aprendizagem da educação básica e, ainda, de experiências teórico-práticas advindas de vivências em programas formativos, práticas de pesquisa, extensão e estágio supervisionado nas escolas.

Em Nóvoa (2022) encontramos também pontos de inflexão sobre um pensar a formação como acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas para pensarmos a formação e o trabalho docente na perspectiva da reflexividade crítica sobre as práticas e, de igual importância, a permanente reconstrução de uma identidade pessoal. Para esse autor, a triangulação entre universidades, profissão docente e as escolas em rede é condição para a construção de uma identidade profissional, dada em um processo de construção profissional individual/pessoal e coletiva.

Nesse sentido, o perfil do profissional pedagogo dar-se-á em um processo de interação entre universidade e escolas como lugar comum, em que professores formadores e em processo de formação, e os professores das escolas de educação básica, ao construírem uma relação entre conhecimento profissional docente, conhecimento e cultura profissional dos professores, criam um terceiro lugar que articula universidade e sociedade, ou seja, universidade, escolas e professores, em suas diferenças e convergências de papéis se constituem uma comunidade de formação (Nóvoa, 2022).

De modo mais específico, isso implica formar um profissional capaz de ensinar, investigar, refletir, gerar conhecimento, gerir variáveis relacionadas à atividade docente em um ambiente em que seja oportunizado a interação entre os espaços universitários, profissionais e escolares (Nóvoa, 2022).

Em face desse projeto, o Curso de Pedagogia EaD da UERN compromete-se com a qualidade social da educação, propondo uma formação na qual o perfil do pedagogo apresente aspectos que se coadunam com os descritos nos princípios das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (Brasil, 2006) e com os fundamentos pedagógicos dispostos na Base Nacional Curricular da Formação de Professores (Brasil, 2019). Uma formação na qual a docência implique ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões e perspectivas de mundo.

Coerente com essa premissa, o Curso de Pedagogia à distância, por meio de estudos e vivências teórico-práticos, da pesquisa e da reflexão crítica, propiciará:

I - O planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - A aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos filosóficos, históricos, antropológicos, ambiental-ecológicos, psicológico, linguístico, sociológico, político, econômico e cultural.

No processo formativo, o graduando de Pedagogia a distância contará com um repertório de informações e habilidades envolvendo uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos consubstanciados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão. Para tanto será necessário:

I - O conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - A pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - A participação na gestão de processos educativos e o conhecimento da sua implicação nos resultados das instituições de ensino;

IV - Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação que demandem o conhecimento e a atuação docente;

V- Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas;

VI - Produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos de atuação docente;

Em observância aos princípios preconizados pela nova BNC para a Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2019), destacamos como objeto de trabalho específico do pedagogo formado pela UERN, os processos de ensino e de aprendizagem relacionados à educação escolar, sendo, por isso, a prática pedagógica

o componente curricular central que permeia todo o processo de formação, o que não impede que esse profissional esteja apto a atuar também em outros contextos educativos.

Trazer a prática pedagógica como componente curricular privilegiado não significa, em nosso projeto, a dicotomia entre teoria e prática, mas a aponta para a centralidade da cientificidade da pedagogia como eixo norteador do processo formativo do profissional da educação, possibilitando o estabelecimento de uma articulação orgânica entre teoria-prática, o que favorece a criação de situações e vivências reais de aprendizagem para o futuro profissional da educação.

A prática pedagógica profissional como fonte permanente e privilegiada de reflexão e de atuação na formação do futuro profissional da educação, propicia a construção de um olhar complexo em um constante movimento da práxis, assegurando uma compreensão da natureza e da especificidade do conhecimento pedagógico, de modo a promover o desenvolvimento de um compromisso ético e político com uma sociedade democrática.

Em consonância com essa perspectiva e com o que preconiza o disposto no Art. 15. da Resolução No 2 do CP/CNE (2019), o perfil do formando licenciado em Pedagogia EAD/UERN dar-se-á vivenciando a carga horária de 800 horas de prática pedagógica desde o primeiro ano do curso.

Ainda na perspectiva de uma formação de base teórico-prática destacamos, com base no § 6º sobre a oferta na modalidade EaD, que as 405 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 405 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial.

6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

A Formação do Licenciado em Pedagogia para atuação na docência da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental pressupõe a formação de competências que possibilitem a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de contribuir com as complexas demandas cotidianas e com uma

atuação profissional comprometida com as diferenças, a inclusão e, conseqüentemente, com a cidadania.

As competências e habilidades entendidas como essenciais, a serem desenvolvidas no decorrer do curso para atender ao perfil profissional, foram selecionadas dentre as indicadas pela Comissão de Especialistas de Pedagogia/MEC (1998) e em consonância com as Competências Gerais Docentes, descritas no Anexo da Resolução CP/CNE Nº 2 (2019), a saber:

- compreensão ampla e consistente do fenômeno e da prática educativos que se dão em diferentes âmbitos e especialidades;
- compreensão do processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido em seu contexto social e cultural;
- capacidade de identificar problemas socioculturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social;
- compreensão e valorização de diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas e de sua função na produção do conhecimento;
- capacidade de identificar as dinâmicas culturais relacionadas ao fenômeno educativo e de planejar intervenções pedagógicas que as considerem;
- capacidade para identificar a problemática pedagógica envolvida na educação das pessoas com necessidades educativas especiais;
- capacidade de articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- utilização de conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
- articulação da atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;

- capacidade de promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e da comunidade, os temas e necessidades do mundo social e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular, conhecendo e dominando os conteúdos básicos relacionados às áreas/disciplinas de conhecimento e às questões sociais que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades dos alunos;

- compreensão dos processos de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuação sobre ele;

- elaboração de projetos pedagógicos;

- capacidade de realizar atividades de planejamento, organização, coordenação e avaliação pautadas em valores como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso;

- estabelecimento de relações de parceria e colaboração com a comunidade externa à escola e, de modo especial, com os pais dos alunos, a fim de promover sua participação na comunidade escolar e uma comunicação fluida entre eles e a escola.

7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS

A concepção atribuída pela Faculdade de Educação a princípios formativos refere-se às proposições básicas que fundamentam a formação do pedagogo, as quais servem de alicerces e parâmetros para orientar e inspirar a organização do Curso de Pedagogia na modalidade à distância, bem como seu processo de implementação e acompanhamento.

7.1 RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Esta proposta curricular rompe com a clássica proposição de que a teoria precede à prática, dicotomizando um enfoque globalizado no currículo, assumindo a concepção da relação entre teoria e prática, atribuindo à práxis sua categoria fundante. A partir da práxis, a prática é compreendida como ponto de partida e de

chegada do trabalho intelectual, mediada pela ação educativa que integra estas duas dimensões (Freire, 1981).

A docência é uma profissão que se aprende desde que se entra na escola pela primeira vez, através da observação do comportamento dos professores. O aluno, quando chega ao processo de formação inicial, leva não somente seus conhecimentos prévios sobre a prática docente, como também uma epistemologia, da qual irá utilizar-se para construir seus conhecimentos sobre a sua profissão. Neste sentido, “a pretensão de integrar ambos os conhecimentos em um só tipo escolar, ou a de fazer o conhecimento escolar substituir o cotidiano, dificilmente dará resultado, além de ser muito questionável” (RODRIGO, 1998, p.235).

Um dos pontos centrais desse debate está em conceber os programas formativos como espaços legítimos das relações sociais e formas de socialização de conhecimentos, desafiando o futuro profissional do ensino, como agente privilegiado na formação dos processos educativos intencionalmente adotados pelas escolas, a rever, de forma reflexiva e crítica, sua práxis docente, enquanto um dos mecanismos para garantir seu desenvolvimento profissional.

Lucarelli (2001) alerta que a articulação teoria e prática como inovação na formação inicial do professor manifesta-se na prática profissional, bem como em estratégias pedagógicas. Na prática profissional, através da resolução de problemas significativos presentes no cotidiano docente, cujo desafio está em reconhecer determinadas características da profissão em diferentes condições históricas. Isto possibilita identificar e refletir o quanto as práticas pedagógicas “tradicionais” fazem-se ainda presentes no cotidiano, ao mesmo tempo em que se evidenciam a distância, na maioria dos casos, de características pedagógicas que expressam uma atuação docente numa perspectiva mais emergente.

As estratégias pedagógicas para articular teoria e prática emergem de momentos relativos à construção de conhecimentos interdependentes, em um verdadeiro processo dialético: destaca-se a alternância de espaços dedicados ao tratamento teórico dos temas, com outros onde a análise da realidade e a prática sobre ela também geram reflexões, indagações e questionamentos teóricos.

Requer a inclusão de espaços curriculares e situações de ensino e aprendizagem onde: ocorra a reflexão na ação, se propicie a realização do prático-

reflexivo, o aluno assuma o perfil profissional em função da incerteza que lhe apresentará o futuro na realidade de trabalho e possa entender, a partir de situações diversificadas, como pensam os profissionais quando atuam.

Segundo Paulo Freire (1979), conhecer os níveis de pensamento dos alunos, suas habilidades, seus sentimentos, pode favorecer um ensino efetivo, uma vez que a praxe resgata seus problemas em torno de temas geradores da sua vida cotidiana (aqui especificamente problemas relacionados ao ensinar e ao aprender) e que, em função dos estudos acadêmicos, o conteúdo de ensino é apurado dialogicamente com os alunos, relacionando o epistemológico à realidade.

Nessa perspectiva, a articulação teoria e prática na formação inicial do professor aponta para formas alternativas da didática. Uma simples atividade de exemplificação pode desencadear um significado diferente para os alunos, desde que o conteúdo e o tipo de aprendizagem que se pretende estejam sintonizados com o desenvolvimento de determinadas estruturas do processo de cognição humana (ensinar e aprender conceitos, por exemplo, requer estratégias didáticas diferentes para o ensinar e o aprender procedimentos ou habilidades de estudo): estas estruturas inserem-se em outras mais complexas, como a resolução ou a produção de situações problemas, ou a análise crítica de outras produções, promovendo, assim, situações de aprendizagens mais complexas, que demandam o pensamento crítico e reflexivo do aprendiz.

Esses pontos em comum, que estabelecem a relação teoria e prática relativa ao ensinar e o aprender na universidade, constituem-se enquanto essência deste Curso, uma vez que a Pedagogia é compreendida como a teoria da prática educativa.

7.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A formação do Pedagogo, na perspectiva do profissional da Educação anunciada pelas DCN/Pedagogia (BRASIL, 1999), pressupõe, segundo Aguiar *et al* (2006, pp. 832- 833), a solidez de uma formação teórica, alicerçada no estudo “das práticas educativas escolares e não-escolares e no desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo fundamentado na contribuição das diferentes ciências e dos campos de saberes que atravessam o campo da pedagogia”. Nesse sentido, o currículo do

Curso e sua organização precisam ser repensados de modo a integrar disciplinas, situar saberes e abrir inúmeras possibilidades para a construção efetiva do conhecimento na área.

Ao tomarmos o princípio da contextualização como alvo de nossa reflexão, podemos dizer que ele é o responsável por orientar a organização do currículo na devida adequação dos conteúdos às características regionais e locais onde se desenvolve. Essas características são importantes na medida em que guardam relações com a vida dos formandos, permitindo que o currículo se transforme em um confronto saudável entre os saberes: tanto os dos estudos básicos quanto os do aprofundamento e diversificação de estudos. Por conseguinte, é a contextualização que nos permitirá pensar o currículo com base em uma ideia distante daquela em que o mundo está organizado pela certeza do conhecimento, pela medida e definição precisa das coisas, fugindo à experiência confusa, vaga e incerta do sujeito humano.

Com base nessa orientação, o princípio da contextualização leva-nos a entender também que o Curso de Pedagogia à distância da UERN, ao invés de considerar a docência como um fim, toma-a como base para ampliar o desenvolvimento profissional do pedagogo. Isto se explica pelo fato de que a aprendizagem do sujeito é situada e, por isso, o futuro profissional precisa entender, tal como sugere Oliveira-Formosinho (2007), a pedagogicidade existente tanto nos espaços quanto nos materiais com os quais se irá trabalhar. Afinal, segundo a autora, “esses elementos são importantes para criar uma outra visão da criança e do professor, do ensinar e do aprender” (p. 23).

Nesse sentido, a escola torna-se para o educador em formação mais que um espaço físico: ela se constituirá em um contexto social no qual circulam metas, memórias, valores e intencionalidades múltiplas. Ora, se a cultura é inseparável do contexto, como nos diz Oliveira-Formosinho (*idem*), então o segundo funciona como um elemento constituidor do primeiro e, por isso, torna-se também espaço de formação. Assim sendo, quanto mais relações forem estabelecidas pelo currículo entre os espaços educativos e os futuros educadores, melhores poderão ser vislumbradas as possibilidades de desenvolvimento profissional desses sujeitos.

Além da criação desses significados, o princípio da contextualização preocupa-se com o fato de que o formando deve ser capaz de ampliar suas ações para outros espaços que vão além do chão da sala de aula.

7.3 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade é, desde sempre, uma categoria em definição e em processo de elaboração. É complexa e seu entendimento requer que se alicerce nas mais íntimas inter-relações, porque a interdisciplinaridade, como diz Fazenda (1993), é busca, é pesquisa, é comunicação, é síntese.

O enfoque interdisciplinar, compreendido como uma busca da construção de uma visão holística e dialética da realidade (esta, vista como dinâmica e em permanente vir a ser), manifesta-se no contexto da educação como uma contribuição para a reflexão e o encaminhamento de solução às dificuldades relacionadas ao ensino e à pesquisa. No campo da pedagogia, Luck (2003, p.59-60) compreende que o enfoque interdisciplinar “emerge da compreensão de que o ensino não é tão somente um problema pedagógico e sim um problema epistemológico”. Este se apresenta como possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências escolares entre si, como também delas com a realidade social e com o que é discutido nas universidades.

No campo da produção do conhecimento científico, a interdisciplinaridade é chamada a contribuir para superar a dissociação do conhecimento produzido e para orientar a produção de uma nova ordem de conhecimento. E, no ensino, constitui uma das condições para a melhoria da sua qualidade, por orientar-se na perspectiva da formação integral do homem.

Pesquisa e ensino contribuem para que o indivíduo assuma uma postura crítica perante os desafios sociais, por meio de uma abordagem interdisciplinar entre o conhecimento acumulado e as situações do cotidiano. Desvendar a realidade é, então, o compromisso do pesquisador. Na prática, tal constatação abre espaço para o debate sobre o papel do educador, para além da natureza social de sua profissão, resultante da transformação de sua práxis e dos diversos saberes instituídos. Para tanto, a formação do educador pesquisador depende necessariamente de “saber modificar velhas concepções e procedimentos inadequados que impedem o rigor teórico-prático, desvirtuando as análises dos fenômenos sociais, culturais e políticos” (Calazans, 2002, p. 60).

Nesta perspectiva, educar e pesquisar ultrapassam a noção de diálogo apenas como instrumento de trabalho. A finalidade do aprendizado é resultado da interação entre as pessoas. Nesse caso, passamos da ideia de ensinar o que se sabe, para descobrir o que não se sabe, de forma a pensar na possibilidade de que professores e alunos sejam tidos como aprendizes permanentes. Aqui, professor e aluno partilham das mesmas experiências, descobrem e criam o que aprendem.

Há uma necessidade de preparar os alunos para serem produtores e criadores de conhecimentos, de maneira que a educação, como partilha na construção de saberes, perceba o momento de ousar. Isso requer desde cedo uma formação e aceitação da pesquisa educacional que oportunize o desenvolvimento da capacidade crítica, em que o aluno, ao encontrar um problema, seja capaz de formular e avaliar as hipóteses, dado o estímulo das novas descobertas.

Na verdade, é reforçar quão prazeroso é desvendar o mundo, o outro, a experiência interativa do cotidiano. A pesquisa, a fundamentação teórica, a coleta e o tratamento das informações, o compromisso e o interesse do pesquisador traduzem um processo formal e sistemático de desenvolvimento da prática investigativa, importante ao aluno na sua iniciação científica, na graduação.

7.4 DEMOCRATIZAÇÃO

O formando em Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades que deverão estar pautadas em princípios possibilitadores de consolidar o exercício da profissão, dentre os quais se destaca a democratização. Entende-se esse princípio como a possibilidade de oferecer ao formando condições adequadas para a participação na gestão do processo educativo, considerando-se a compreensão de seu papel como sujeito que se insere em uma dada realidade de maneira crítica, participativa e transformadora.

Democratizar o ensino no Curso de Pedagogia à distância não se limita apenas à oferta de vagas. Em uma compreensão mais ampla, de acordo com as DCN/Pedagogia, direciona-se para a formação de um profissional habilitado para: o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover

a educação para e na cidadania; a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigação de interesse da área educacional.

A abrangência do documento leva ao entendimento de que o princípio da democratização permite ao formando em Pedagogia compreender a educação em sua dimensão formadora e transformadora, a qual resulta no acesso às possibilidades de desenvolvimento integral do homem, tendo em vista os aspectos individuais e sociais, que encontram na escola o lócus de preparação do sujeito que a sociedade tecnológica requer, ou seja, um cidadão crítico, reflexivo e capaz de transformar a realidade.

A competência do professor que se pretende formar deve estar pautada em princípios de ética democrática que revelem a dignidade humana, a justiça, o respeito mútuo, a participação, a responsabilidade, o diálogo e a solidariedade que permitam ao indivíduo atuar tanto como profissional quanto como cidadão.

Esse entendimento é revelador de que a universidade só tem sentido se ela tiver, efetivamente, uma prática social interventiva na realidade, firmada no compromisso de transformá-la. Na avaliação de Graciani (2006), não há mais sentido para as universidades somente construir grandes teses, num país de analfabetos. Segundo a autora, é preciso atentar para a importância do compromisso social com a formação, com a investigação, para que isso possa realmente se reverter na mudança que a sociedade precisa, pois possibilita conhecer de perto a realidade em que o pedagogo atua.

A formação do pedagogo deve estar voltada para a conscientização de que “a escola é uma instituição social que apresenta unidade em seus objetivos (sócio-políticos e pedagógicos), interdependência entre a necessária racionalidade no uso dos recursos (materiais e conceituais) e a coordenação do esforço humano coletivo” (LIBÂNEO, 2001, p. 78). Considera-se, então, que a formação do pedagogo não pode divergir dos objetivos básicos da escola e da educação, os quais dizem respeito à construção do conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, éticas e afetivas.

7.5 FLEXIBILIZAÇÃO

Segundo Ferreira (1999), a flexibilização é o ato de tornar algo flexível, ou seja, algo que se adapta às circunstâncias, que não é rígido. As mudanças ocorridas no mundo contemporâneo através do processo de globalização colocam às universidades algumas questões fundamentais para a formação dos profissionais desse novo milênio: além de formar profissionais que venham atender às mudanças nas relações de trabalho e de produção, é preciso que estes estejam aptos a intervir e contribuir na mudança da realidade, buscando a construção de uma sociedade mais justa e democrática; exige o princípio da flexibilização enquanto mecanismo para acompanhar as mudanças vigentes e as demandas advindas da sociedade, por uma formação de profissionais críticos e cidadãos.

Nossa compreensão da flexibilização curricular está em permitir ao aluno uma participação mais ativa na sua formação. Trata-se de uma proposta que aponta para outras formas de interação, de atuação, de ensino, de aprendizagem, que não mais se restrinja ao espaço da sala de aula, mas projete-se para outras possibilidades geradoras de “uma visão crítica que permite ao aluno extrapolar a aptidão específica do seu campo de atuação profissional” (CARVALHO; SANTOS, 2004, p.86).

A concretização da flexibilização curricular nesta proposta aponta para duas perspectivas principais: a flexibilização vertical e a flexibilização horizontal. A flexibilização curricular vertical expressa-se através da organização dos conhecimentos em eixos formativos, os quais possibilitam, gradativamente, a apropriação de saberes e competências inerentes à atuação do pedagogo em espaços escolares. O caráter da flexibilização vertical revela-se na possibilidade de cada componente curricular (disciplinas/atividades) propiciar uma formação voltada para a criatividade e a criticidade, subsidiada pela interdisciplinaridade, enquanto exigência para contribuir com a qualidade da formação inicial do professor.

A flexibilização horizontal perpassa o ensino, a pesquisa e a extensão, no sentido de inserir o aluno em atividades acadêmicas diversas que vão além daquelas concernentes ao espaço da sala de aula. São atividades como: participação e atuação em eventos científicos e culturais, seminários, monitorias, oficinas pedagógicas, palestras, grupos de estudos, dentre outros.

Através do princípio da interdisciplinaridade, busca-se a interação entre as diversas áreas do saber, permitindo ao aluno um conhecimento global, rompendo com a fragmentação do processo do conhecimento. É evidente que não estamos negando

as especialidades de cada componente curricular, mas é preciso que se entenda que a produção do conhecimento pressupõe o diálogo entre eles, visando contribuições mútuas.

7.6 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A formação de indivíduos em uma perspectiva acadêmica, profissional e cidadã tem sido amplamente discutida nas instituições de ensino superior. No bojo dessas discussões apresenta-se como consenso a formação alicerçada em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. A pesquisa, princípio indispensável da formação profissional, constitui-se em mecanismo necessário à produção de conhecimentos que, em interação com o ensino e as práticas extensionistas, integra conhecimentos teóricos a atividades práticas, contribuindo com o processo de transformação da sociedade.

A formação acadêmica precisa articular competências científicas, proporcionadas através da apropriação dos conhecimentos que fundamentam uma dada ciência, processo que requer domínio da evolução histórica da respectiva ciência, domínio dos métodos e linguagens, em cuja base de fundamentos pode-se construir o aprender a aprender, condição para o exercício profissional criativo e busca permanente à atualização.

O processo de construção do conhecimento no espaço da formação acadêmica exige que seja oportunizado aos que dela participam a capacidade de “ampliar a percepção da realidade” através da articulação entre práticas investigativas, disciplinas e projetos de intervenção, a qual conduz a uma formação de múltiplas abordagens, tendo em vista que a complexidade do processo educacional não é específica de um componente curricular, nem de momentos dicotômicos entre teoria e prática, no processo de formação.

A extensão como atividade formativa ganha potência nos cursos de graduação, com a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2017), o qual estabelece, no mínimo 10% da carga horária dos cursos, destinados às atividades de Extensão. Dessa forma, o curso de Pedagogia em EAD da UERN, disponibiliza 330 horas para as Unidades Curriculares de Extensão - UCE, nas quais os graduandos têm a

oportunidade de vivenciar projetos de extensão que possibilitem a problematização e a intervenção em contextos sociais diversos por meio da mobilização de conhecimentos científicos que se entrecruzam aos conhecimentos do cotidiano. A extensão, como componente curricular obrigatório, por se situar em demandas sociais de um público plural e heterogêneo, abre possibilidades de contribuir significativamente com a pesquisa e a extensão e, conseqüentemente, com novas formas de pensar/fazer a formação acadêmico-profissional.

Nesse enfoque, prima-se por uma estruturação curricular que proporcione a articulação permanente do tripé ensino-pesquisa-extensão, permitindo a incorporação de formas diversificadas de aprender.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular está baseada na finalidade de garantir ao aluno, não somente a inscrição em ofertas de componentes curriculares, mas uma formação em que as atividades curriculares estejam sustentadas por determinados princípios formativos, como: interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, relação teoria e prática, democratização e articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com esta finalidade, a estrutura curricular é capaz de propiciar uma formação mais dinâmica para o aluno e ao mesmo tempo, mais próxima do estudo dos fenômenos que constituem a realidade educacional. Esta estrutura está organizada através de Eixos Formativos e de Núcleos de Estudos, cuja compreensão, impõe à formação um processo de constante conexão e dinamicidade entre os diversos componentes curriculares.

A carga horária do Curso de Pedagogia totaliza 3.225 (três mil, duzentas e vinte e cinco) horas de efetivo trabalho acadêmico, com a seguinte distribuição:

GRUPO 1: 810 (oitocentas e dez) horas de formação geral, destinadas aos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e sua articulação com os sistemas de ensino e suas práticas;

GRUPO 2: 1605 (um mil, seiscentas e cinco) horas destinadas a conhecimentos específicos do ensino-aprendizagem da educação infantil e dos anos

iniciais do ensino fundamental, com ênfase nos campos de experiências e nas áreas de ensino referenciadas na BNCC (BRASIL, 2019), assim distribuídas: 1425 (inclui 330 de UCEs, 195 de TCC) somadas as 60h de optativas e as 120h de atividades complementares);

GRUPO 3: 810 (oitocentas e dez) horas de práticas pedagógicas, sendo 405 (195 + 210) horas de estágio supervisionado e 405 horas de prática como componente curricular, transversalizando toda a formação.

Quadro 2: Distribuição dos componentes curriculares com carga horária por grupos (BNC Formação)

GRUPO 1 (810h) (oitocentas e dez) horas destinadas aos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e sua articulação com os sistemas de ensino e suas práticas.				
GRUPO 2 (1605h), sendo 900 horas de atividades teóricas, 330 de UCEs, 195 de TCC, 60h de optativas e 120 de atividades complementares				
GRUPO 3 (810) (oitocentas e dez) horas de práticas pedagógicas, sendo 405 (195 + 210) horas de estágio supervisionado e 405 horas de prática como componente curricular, transversalizando toda a formação.				
PERÍODO	COMPONENTES CURRICULARES	CH por Grupos		
		G1	G2	G3
1º	Ambientação na EAD e Letramento Digital	30	-	30
	Escola e Diversidade	60	-	15
	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	60	-	15
	Psicologia da Educação: infância e adolescência	60	-	15
	Pensamento Pedagógico	60	-	15
2º	OPTATIVA	-	60	-
	UCE I	-	120	-
	Pesquisa em Educação: teorias e métodos	-	60	15
	História da Educação Brasileira	60	-	15
	Psicologia da Aprendizagem	60	-	15
	Sociologia da Educação: Sociologia da Criança e da Infância	60	-	15
	UCE II	-	105	-

3º	Escola e Inclusão Social na Perspectiva da Educação Especial	60	-	15
	O Exercício da Profissão Docente: questões da cultura profissional e sua profissionalização	60	-	15
	Escola e Currículo	60		15
	Planejamento e Avaliação dos Processos de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	60	15
4º	UCE III	-	105	-
	Políticas Públicas Educacionais e a Organização do Ensino	60	-	15
	Didática	60	-	15
	Literatura e infância	-	60	15
	Organização do Trabalho Docente na Educação Infantil	-	60	15
	Introdução à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS		60	
5º	Ciências Humanas I: História	-	60	15
	Ciências da Natureza I	-	60	15
	Linguagens: Alfabetização e Letramento	-	60	15
	Matemática I	-	60	15
	Linguagens: Artes		30	30
6º	Estágio supervisionado na Educação Infantil	-	-	195
	Ciências Humanas II : Geografia	-	60	-
	Ciências da Natureza II	-	60	-
	Linguagens: Língua Portuguesa	-	60	-
	Matemática II	-	60	-
7º	Projeto Político Pedagógico e seu Planejamento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	45	15
	Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	-	210
	Trabalho de Conclusão de Curso I	-	75	-
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	-	120	-
	Corpo, Movimento e Ludicidade	-	45	15
	Relações étnico-raciais em contextos educacionais	60	-	15
Atividades complementares		-	120	-
Carga horária parcial		810	1605	810
Carga horária total		3.225		

8.1 EIXOS FORMATIVOS

Os eixos formativos constituem concepções basilares para a formação profissional, as quais compreendem componentes contínuos e transversais no currículo que queremos desenvolver, destinados a articular as partes do fluxo curricular como um todo, através de uma significativa visibilidade no âmbito dos conteúdos e das atividades que o compõem. Dito de outro modo, os eixos formativos assumem condição de conceitos orientadores e, ao mesmo tempo, mediadores entre o desenvolvimento profissional e pessoal do pedagogo e a apreensão das competências que lhes são próprias, entre elas, as competências docentes.

O processo acadêmico de funcionamento do Curso aponta que a formação do pedagogo não ocorre por meio de eixos separados entre si, mas entre eixos, de modo a formar para o exercício integrado e indissociável da docência, bem como da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. Nessa compreensão, o presente Projeto Pedagógico para o Curso de Pedagogia à distância da UERN está constituído de cinco eixos formativos, assim identificados:

Eixo 1 - Educação e Cultura.

Eixo 2 - Processo Ensino-Aprendizagem.

Eixo 3 - A escola e os Processos Pedagógicos.

Eixo 4 - Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: campos de experiências e áreas de ensino.

Eixo 5 - Pesquisa, Experiências e Práticas Pedagógicas.

8.1.1 EIXO I: EDUCAÇÃO E CULTURA

Este eixo articula elementos da Cultura e da Educação, relacionando, contextualmente, a formação no curso de pedagogia à finalidade proposta para a atividade docente. Ser professor é 'ir sendo' professor em permanente formação, buscando compreender as complexas inter-relações sociais, políticas, históricas, econômicas, geográficas que permeiam a ação/atuação docente como elemento cultural. Cultura, então, entendida como intrincadas teias de articulação de significados para convivência em sociedade, com mudanças e permanências, invenções e recriações, hibridizadas em subjetivações políticas interessadas,

constituindo identidades híbridas que atuam em contextos sociais não totalmente decifráveis (Bhabha, 2007).

Nesta perspectiva, sugere-se que o professor esteja a serviço da construção de uma sociedade plural e diversa, justa e igualitária, que respeite as diferenças, que acolha as minorias, que entenda-se parte da natureza, contribua para relações sociais e ambientais regidas pelos princípios da sustentabilidade, da vida, da biopolítica, e, por fim, que seja radicalmente democrática e, conseqüentemente, inclusiva. Neste sentido, o eixo Educação e Cultura introduz e atravessa o curso como um todo.

8.1.2 EIXO II: PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Este eixo considera, dentre outros, a tríade professor, aluno e conhecimento, entendida como parte de processos dinâmicos. Compreende conhecimento como elemento/dispositivo potente de compreensão do mundo, a partir de produções e significações produzidas em contextos diversos e suas implicações no educar, no ensinar e no aprender. Aborda aspectos identificados como Fundamentos da Educação. Propõe situações de construções do graduando em Pedagogia quanto à sua identificação enquanto professor e concepções de infância e de criança como algo historicamente construído.

8.1.3 EIXO III: A ESCOLA E OS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Abordar os processos pedagógicos de forma contextualizada, na perspectiva de romper com enfoques que fragmentam em polos opostos teoria-prática, universidade-escola, ensino-pesquisa, política-instâncias sociais é um requisito fundamental para uma formação que atenda não apenas o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para cada modalidade de ensino a que se propõe o curso, mas uma formação ampla, que possibilite ao futuro professor a compreensão crítica do contexto no qual se insere o fenômeno educativo.

Desse modo, os componentes curriculares que compõem o presente eixo, articulado aos demais, ensejam explicitar os vínculos entre o singular e o geral de modo a favorecer a compreensão de que os processos didáticos se articulam a matrizes teóricas do pensamento pedagógico, que por sua vez se conectam as

finalidades da educação e a um projeto social, os quais devem orientar a construção dos projetos políticos pedagógicos, a serviço do qual se estabelecem formas de gestão, administração, bem como a visão curricular. A reflexão sobre os processos pedagógicos demanda a articulação/mobilização de saberes e competências contextualizadas numa abordagem plural e interdisciplinar.

8.1.4 EIXO IV: EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CAMPOS DE EXPERIÊNCIA E ÁREAS DE ENSINO

A formação qualificada do pedagogo para atuar na Educação Básica – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pressupõe a aquisição de saberes e fazeres específicos desses níveis de ensino, tendo como propósito intencionalidades educativas que promovam o pleno desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Trazemos nesse eixo a perspectiva de uma formação em que epistemologias das práticas, ou seja, os saberes produzidos nos currículos praticados nas escolas junto às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), a Base Nacional Comum Curricular, aos conhecimentos referentes ao papel da escola e das práticas de ensino-aprendizagem, inseridas em contextos de diversidade, de cultura digital, de singularidades das crianças e de seus ambientes sociais, entretecidos, se constituam em perspectivas plurais de se pensar e fazer a docência. o que requer a mobilização de conhecimentos que possibilitem ao pedagogo organizar, sistematizar, selecionar e atuar, em um constante movimento da práxis. Nesse sentido, o eixo IV se consolida quando relacionado a todos os demais eixos da formação.

Para a docência na educação infantil, é premissa proporcionar práticas pedagógicas que assegurem às crianças o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, envolvendo-as em campos de experiência potencializadores do desenvolvimento infantil, a saber: Eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta fala; pensamento e imaginação; espaço tempo, quantidades, relações e transformações (BNCC, 2019).

A docência nos anos iniciais está necessariamente articulada aos conhecimentos da docência na educação infantil. Sem desconsiderar as mudanças substanciais no processo de desenvolvimento das crianças dos anos iniciais, a

articulação com os campos de experiências vivenciados na educação infantil, precisa ser amplamente conhecida pelos graduandos.

A formação pedagógica para esses níveis de ensino requer, em síntese, a condição de conhecer, articular, planejar bem os campos de experiências e as diferentes áreas de ensino- aprendizagem, sendo capaz de criar ambiências interdisciplinares e metodologias inclusivas em prol da autonomia e do protagonismo na vida social de crianças.

8.1.5 EIXO V: PESQUISA, EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Esse eixo traz a premissa de que “a formação é experiencial ou não é formação” (JOSSO, 2010). Ter experiências, fazer experiência e pensar sobre as experiências é postura acadêmica de um sujeito em formação, devendo transversalizar todas as etapas do curso de graduação. Para tanto, a pesquisa e as práticas pedagógicas são dispositivos para/ na produção de saberes e fazeres pedagógicos experienciais, cabendo aos docentes e discentes criarem momentos de vivências, sistematização, reflexão, compreensão desses processos formativos por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão.

9 DISCIPLINAS

9.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas fazem parte do conjunto dos componentes curriculares, divididas em obrigatórias e optativas.

Quadro 3: Distribuição dos componentes curriculares por períodos letivos, eixos formativos, créditos e carga horária

PERÍODO	EIXO FORMATIVO	COMPONENTES/ATIVIDADES	Cr/CH
	Eixo 1	Ambientação na EAD e Letramento Digital	04/60

1º	Eixo1	Escola e Diversidade	05/75
	Eixo 2	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	05/75
	Eixo 2	Psicologia da Educação: infância e adolescência	05/75
	Eixo 3	Pensamento Pedagógico	05/75
2º	Eixo 5	Pesquisa em Educação: teorias e métodos	05/75
	Eixo 2	História da Educação Brasileira	05/75
	Eixo 2	Psicologia da Aprendizagem	05/75
	Eixo 2	Sociologia da Educação: Sociologia da Criança e da Infância	05/75
		Optativa	04/60
		UCE I	08/120
3º	Eixo 1	Escola e Inclusão Social na Perspectiva da Educação Especial	05/75
	Eixo 2	O Exercício da Profissão Docente: questões da cultura profissional e sua profissionalização	05/75
	Eixo 3	Escola e Currículo	05/75
	Eixo 3	Planejamento e Avaliação dos Processos de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	05/75
		UCE II	07/105
4º	Eixo 2	Organização do Trabalho Docente na Educação Infantil	05/75
	Eixo 3	Políticas Públicas Educacionais e a Organização do Ensino	05/75
	Eixo 2	Didática	05/75
	Eixo 2	Literatura e Infância	05/75
	Eixo 5	Introdução à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	04/60
		UCE III	07/105
5º	Eixo 4	Ciências Humanas I: História	05/75
	Eixo 4	Ciências da Natureza I	05/75
	Eixo 4	Linguagens: Alfabetização e Letramento	05/75
	Eixo 4	Matemática I	05/75
	Eixo 4	Linguagem: Artes	04/60
	Eixo 4	Ciências Humanas II: geografia	04/60

6º	Eixo 4	Ciências da Natureza II	04/60
	Eixo 4	Linguagens: Língua Portuguesa	04/60
	Eixo 4	Matemática II	04/60
	Eixo 5	Estágio supervisionado na Educação Infantil	13/195
7º	Eixo 3	Projeto Político Pedagógico e seu Planejamento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	04/60
	Eixo 5	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	14/210
	Eixo 5	Trabalho de Conclusão de Curso I	05/75
8º	Eixo 5	Trabalho de Conclusão de Curso II	08/120
	Eixo 3	Relações étnico-raciais em contextos educacionais	05/75
	Eixo 4	Corpo, Movimento e Ludicidade	04/60
Atividades complementares			08/120

9.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

As Disciplinas Optativas propõem atender a interesses e necessidades individuais do formando, com oferta no segundo período do curso. É obrigatória a integralização de 60 (sessenta) horas correspondentes às Disciplinas Optativas, a ser escolhida no rol apresentado a seguir.

Quadro 4: Rol de disciplinas optativas

Optativas	Ch	Curso de oferta
Educação ambiental nas práticas pedagógicas	60	Pedagogia EaD
Educação especial e inclusão	60	Pedagogia EaD
Relações de gênero e sexualidade na educação	60	Pedagogia EaD
Educação Popular: Perspectivas Freirianas.	60	Pedagogia EaD

9.3 ATIVIDADES DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

A Prática Como Componente Curricular (PCC), com carga horária de 405 horas, é um componente que transversaliza toda a formação do licenciando em Pedagogia EAD e tem como objetivo promover atividades didático/pedagógicas relacionadas à formação docente na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental como espaço/tempo/lugar de potencialização de saberes e fazeres inerentes à pesquisa, à reflexão, à sistematização de questões referentes à educação e, mais especificamente, às questões relacionadas ao ensino-aprendizagem.

Como referenciado na BNC – Formação (BRASIL, 2019), a Prática como Componente Curricular deve proporcionar uma progressiva familiarização com a docência, culminando em um estágio supervisionado em que o licenciando mobilize conhecimentos e fazeres referentes às suas aprendizagens ao longo da formação, sendo capaz de resolver problemas, refletir e atuar em um ensino-aprendizagem que contribua para/na formação de crianças autônomas e cidadãs. Para tanto, é imprescindível o contato com uma rede de profissionais e instituições que atuam na educação básica.

Em um movimento constante da práxis pedagógica, a PCCC encontra no Webfólio o espaço de sistematização e reflexão sobre as aprendizagens, as vivências e os dilemas da formação e da profissão docente, contribuindo, sobremaneira, para a construção de um profissional com capacidade de se ver e atuar no seu processo formativo.

Como parte integrante dos componentes curriculares, a PCCC se desenvolve no Curso de Pedagogia EAD conforme se pode perceber no quadro 2 Componentes curriculares, por períodos, eixos formativos, carga horária/crédito, aplicação e pré-requisitos

9.4 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado dar-se-á em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, estabelecidas na Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019 e com o que preceitua a Resolução n° 06/2015 – CONSEPE/UERN.

O Estágio Supervisionado, nesta proposta formativa, é um componente que integra o Eixo V – Pesquisa, experiências e práticas pedagógicas, que aglutina atividades que tomam a pesquisa e a prática como dispositivos para a produção de saberes/fazeres pedagógicos. Nesse sentido, é compreendido enquanto atividade teórica instrumentalizadora da práxis, não se limita a aplicação de técnicas aprendidas, de conhecimentos adquiridos na formação acadêmica. O fundamental é conhecer, refletir e analisar novas maneiras de enfrentar os problemas, de pesquisar, de ensinar e aprender, constituindo-se assim num processo de investigação na ação. Uma atividade teórico-prática em interação com os demais componentes do curso, portanto, desenvolvido em articulação com a totalidade das ações do currículo. Para tanto,

É concebido como um campo de conhecimento teórico-prático e interdisciplinar, que possibilita ao educando a aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto social, ético, político, tecnológico, cultural e educacional no qual o trabalho docente está inserido, configurando-se, assim, como espaço de convergência dos conhecimentos científicos pertinentes a cada área e das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer dos cursos, sendo essencial para a formação de competências docentes do futuro profissional licenciado. (CONSEPE/UERN, 2015).

O objetivo é contribuir para a formação de um profissional reflexivo, pesquisador, comprometido com o pensar/agir diante das problemáticas educacionais evidenciadas nos espaços escolares, campo de ação profissional do futuro licenciado. O Estágio configura-se assim, como um espaço de produção do conhecimento que favorece a pesquisa e a extensão através da troca de experiência entre os envolvidos no processo e do aprimoramento progressivo do conhecimento sistematizado, a partir da confluência das diversas atividades curriculares, não se limitando assim, a transferência linear da teoria para a prática. Deve ocorrer tanto através do exercício direto *in loco* quanto pela participação do estagiário em ambientes próprios da área profissional, objeto de sua formação, desde que esses espaços atendam às condições necessárias apontadas pela legislação em vigor.

Em consonância com a Resolução CNE/CP Nº 2/2019 e a com Resolução nº 06/2015 – CONSEPE –, as atividades de estágios serão efetivadas mediante

o prévio ajuste formal entre a UERN e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as instituições públicas de ensino.

A carga horária do estágio obrigatório, em conformidade com o que estabelece a Resolução CNE/CP N° 2/2019, em seu Art. 11, inciso III, alínea A, deve compreender ao mínimo de 400 horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia a Distância compreenderá uma carga horária total de 405, distribuídas em dois componentes curriculares: Estágio Supervisionado na Educação Infantil, ministrado no sexto período, com 195h e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ofertado no sétimo período, com a carga horária de 205h.

O componente de estágio será ministrado por um único professor, que fará a supervisão dos estagiários, sendo auxiliado por tutores que ficarão responsáveis por grupos de até no máximo 10 (dez) alunos.

O Estágio Supervisionado será desenvolvido com base na seguinte estruturação:

A. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A.1) Organização:

- Número de alunos por professor/tutor: até 10;
- Local de realização do estágio: Espaços escolares em que se realizem um trabalho pedagógico com a Educação Infantil, observadas as condições;
- Carga horária Total: 195h.

A.2) Detalhamento da carga horária distribuída por atividade:

- Orientações/discussões teórico- metodológicas – 45h
- Observação direta na sala de aula – 20h
- Planejamento de ações pedagógicas para desenvolver na sala de aula – 30h
- Regência de classe - 60h, sendo no mínimo 40h de trabalho na sala de aula, diretamente com os alunos, podendo 20h serem

operacionalizadas com outros atores da escola e comunidade, com atividades de formação com professores e equipe pedagógica da escola, dentre outras articuladas a área de atuação do pedagogo;

- Registro e sistematização da experiência – 20h
- Avaliação: webinar – seminário na web com apresentação por escola, da experiência do estágio – 20h.

B. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

B.1) Organização:

- Número de alunos por professor/tutor: até 10;
- Local de realização do estágio: Espaços escolares em que se realizem um trabalho pedagógico com Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observadas as condições;
- Carga horária Total: 210h

B.2) Detalhamento da carga horária distribuída por atividade:

- - Orientações/discussões teórico- metodológicas – 45h
- - Observação direta na sala de aula – 20h
- - Planejamento de ações pedagógicas para desenvolver na sala de aula – 30h
- Regência de classe - 60h, sendo no mínimo 40h de trabalho na sala de aula, diretamente com os alunos, podendo 20h serem operacionalizadas com outros atores da escola e comunidade, com atividades de formação com professores e equipe pedagógica da escola, dentre outras articuladas a área de atuação do pedagogo;
- Registro e sistematização da experiência – 25h
- Avaliação: webinar – seminário na web com apresentação por escola, da experiência do estágio – 30h.

O estágio é um componente curricular, que dadas suas características, poderá assumir formas de estruturação didático-pedagógica diversas, facultada a formação de turmas, de acordo com as peculiaridades do projeto pedagógico do curso, respeitando os critérios estabelecidos por regulamentação própria da UERN.

Considerando que a oferta do curso de Pedagogia a Distância se efetivará em polos que se encontram distantes da sede do Campus Central e mediante a possibilidade das cidades-sede desses polos não comportarem o número de estagiários matriculados, será permitido ao aluno efetivar o estágio em outros municípios, desde que as instituições de ensino atendam aos critérios definidos pela regulamentação da UERN e que haja a anuência da coordenação do curso.

9.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio não-obrigatório no âmbito da UERN se fundamenta na Resolução 15/2017 – CONSEPE e na Lei Nº 11.788/2008 que define: Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior (...)” (BRASIL, 2008).

A legislação vigente estabelece também que o estágio deve fazer parte do Projeto Pedagógico do Curso e integrar o itinerário formativo do educando. Especificamente, a Resolução 15/2017 – CONSEPE/UERN determina que para a oferta do Estágio curricular supervisionado não obrigatório deverá ser firmado termo de Convênio entre a UERN e a Instituição concedente. É celebrado também o Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o discente a instituição concedente do estágio e a UERN.

A referida Resolução estabelece ainda as competências e obrigações atribuídas às partes envolvidas no estágio. Vale ressaltar que o estágio não pode constituir vínculo empregatício de qualquer natureza, e deverá ter acompanhamento de professor da UERN e de um profissional da instituição concedente do estágio. Outro ponto importante é que o discente vinculado ao Estágio curricular supervisionado não obrigatório deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como auxílio-transporte.

A carga horária do estágio não obrigatório não pode exceder 30 horas semanais e poderá ser integralizada como Atividades Complementares.

9.6 REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O aproveitamento das experiências profissionais seguirá o estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, Art. 11, Parágrafo único: “Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009)”.

No âmbito da UERN, o aproveitamento das experiências profissionais deve ocorrer, em conformidade com o que é estabelecido no Art. 35 da Resolução n. 06/2015 – CONSEPE/UERN, que assim institui:

Os discentes que exercem o magistério na educação básica como professores efetivos, na área objeto da formação, poderão ter redução de, até, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total de Estágio prático desenvolvido no Campo de Estágio, observando-se o que dispõe a Legislação específica, e os critérios estabelecidos no PPC de cada Curso.

Assim, o aproveitamento deve ocorrer a partir da área do objeto em formação, ou seja, o aproveitamento é solicitado com base nas experiências profissionais que o estudante vem desenvolvendo enquanto servidor efetivo das redes estadual e municipal. Neste sentido, a solicitação de aproveitamento para o Estágio ocorre quando:

- Estágio de Educação Infantil - o estudante atua como servidor efetivo no exercício da docência da Educação infantil (creches e pré-escolas);
- Estágio dos Anos Iniciais - o estudante esteja desenvolvendo atividades efetivas em escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (regular).

O pedido de redução de carga horária nas atividades de estágio supervisionado, deve ser efetivado em conformidade com a Resolução 06/2015 – CONSEPE/UERN, mediante apresentação, pelo discente estagiário interessado, de requerimento instruído com documento comprobatório do exercício efetivo, com tempo igual, ou superior a um ano, e que esteja em efetivo exercício. A redução de carga horária de que trata o Art. 35 da Resolução 06/2015 do CONSEPE resulta na possibilidade de aproveitamento de um dos componentes de estágio.

A solicitação será apreciada por uma banca composta pelo Coordenador do Curso e por mais dois professores que atuam como Supervisores Acadêmicos de Estágio, a quem caberá definir a carga horária a ser reduzida. A redução da carga horária de Estágio não poderá, em hipótese alguma, ter caráter acumulativo, ou ser contada em duplicidade. A solicitação da redução de carga horária e aproveitamento das atividades profissionais do magistério nas atividades obrigatórias nos estágios supervisionados do Curso de Pedagogia a Distância, deverá ocorrer em datas previstas por editais internos da UERN, e seguir os seguintes critérios: a) Será dispensado o aluno que comprovar ter, no mínimo, dois anos de docência exercida no nível de ensino equivalente àquele para o qual está sendo formado (Educação Infantil ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental); b) O aluno que obtiver dispensa de parte de sua carga horária não poderá deixar de participar das atividades de orientação, planejamento, discussão e avaliação coletivas nos encontros de orientação teórico-metodológicas; c) O aluno deverá apresentar relatório das atividades realizadas em sua atuação profissional, sob a orientação do seu supervisor de estágio.

O aproveitamento de componente curricular de estágio poderá efetivar-se, ainda, mediante a participação do aluno no Programa Institucional de Residência Pedagógica – ou outro que venha a substituí-lo – e que não tenha se beneficiado de outro ato recursal. O aproveitamento poderá ser integral ou parcial da carga horária cursada para o Estágio Curricular Supervisionado, em conformidade com a Instrução Normativa PROEG/UERN N.º 01/2019, de 22 de julho de 2019. Para obter o aproveitamento integral ou parcial, o aluno deverá requerer ao coordenador do Estágio Supervisionado, em formulário próprio, com apensa da documentação necessária, para que seja apreciada, em conformidade com a Instrução Normativa PROEG/UERN N.º 01/2019, de 22 de julho de 2019.

9.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) se apresenta como um componente curricular direcionado a finalização do curso, materializando-se em uma produção textual do discente, com orientação de um docente. O trabalho se pautará em estudos teóricos e práticos ligados às vivências e aprofundamentos acadêmicos dos(as) alunos (as).

A produção textual será direcionada a construção da análise de registros e sistematizações de seu percurso acadêmico envolvendo suas experiências investigativas teórico-práticas, bem como suas vivências nos espaços de formação e prática escolar.

O processo da construção do trabalho de conclusão de cursos terá três etapas: Webfólio; TCC1 E TCC2.

O webfólio pode ser definido como um portfólio digital. Nele o discente descreverá a sua jornada acadêmica, apresentando todo o processo evolutivo de aprendizagem através de diversos tipos de registro.

Esse instrumento será de suma importância tanto para o acompanhamento do desenvolvimento discente, quanto para reflexão, análise e auto avaliação do (a) próprio (a) aluno (a).

Webfólio é um instrumento avaliativo que viabiliza o acompanhamento do processo evolutivo da aprendizagem do estudante criando memória da vida individual escolar de cada aluno através de diversos tipos de registros que servem de análise e reflexão como procedimento que visa a auto avaliação tanto dos estudantes quanto dos professores.

Também chamado de portfólio online ou portfólio digital, o webfólio se organiza obedecendo os mesmos mecanismos constitutivos do portfólio físico. É um instrumento de avaliação processual, que a partir de uma seleção de registros intencionalmente organizados possibilita o acompanhamento do processo evolutivo da aprendizagem do aluno.

Através do webfólio o discente pode registrar suas memórias e, assim, acompanhar o seu próprio progresso durante todo o curso. Cada parte do webfólio será construída durante todo o semestre, sendo apresentada ao final deste, contendo, além de suas reflexões, uma análise do período e de cada disciplina cursada.

Os instrumentos, ferramentas e aplicativos digitais serão escolhidos por cada aluno, a partir de um leque de opções apresentados pelo curso.

Como dispositivo de sistematização das vivências acadêmico-formativas, o Webfólio transversaliza toda a formação, iniciando no componente curricular "Ambientação na EAD e Letramento Digital", no qual os graduandos organizam no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle/AVA o espaço de sistematização, registro

reflexivo e rastros digitais das experiências que mais atribuem sentido na sua formação, a fim de favorecer a autonomia acadêmico-profissional e subsidiar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

A Construção do TCC, tem, portanto, as seguintes etapas:

1ª Construção do Webfólio - com orientação no primeiro e no terceiro períodos, nos respectivos componentes curriculares, a saber: Ambientação na EAD e Letramento Digital e Pesquisa e Educação: teorias e métodos;

2ª Elaboração do TCC1 (7º período) - Definição do enfoque, planejamento e análise dos registros produzidos no webfólio;

3ª Elaboração do TCC2 (8º período) - Construção final do TCC.

Nesta etapa, o discente poderá optar por um dos dois tipos de trabalho aqui listados:

- **Artigo com relatos de experiências formativas** como produção de sentidos, podendo também versar sobre a apresentação e discussões de resultados, ideias, métodos, técnicas e processos produzidos a partir de pesquisas realizadas pelos alunos ao longo do curso, ligadas às áreas de estudos das disciplinas. ou;

- **Memorial acadêmico.** O memorial acadêmico possibilita ao graduando em Pedagogia refletir sobre o que foi vivido e nomear o que foi aprendido, em um processo de produção de conhecimento possibilitado pela relação dos sujeitos com as experiências (JOSSO, 2010). Assim, constituem-se etapas da construção do memorial acadêmico:

A) Construção do Webfólio (iniciado no 1 ano do curso): no qual os alunos registram e narram as experiências que mais atribuem sentido em seu processo formativo;

B) Elaboração do Projeto (TCC1): Definição de temáticas e tópicos que serão apresentados no memorial:

C) Elaboração do memorial (TCC2) em um exercício da práxis, buscando compreender os processos de formação, de conhecimento e de aprendizagens.

D) Comunicação/ apresentação do TCC (gravação de vídeo e disponibilização no canal do YouTube TCC EAD Pedagogia/UERN.

9.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades acadêmicas complementares incluem a participação dos estudantes em atividades específicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, ocorrem ao longo do processo formativo em articulação com as demais ações formativas que delineiam o perfil do formando em Pedagogia. Caracteriza-se pela diversificação de estudos acadêmico-científico-culturais de modo a propiciar múltiplas vivências pedagógicas e de pesquisa em organizações escolares públicas e privadas. Considera-se, em função da modalidade do Curso a Distância, que as possibilidades de atividades complementares envolvem, sobremaneira, os espaços de formação e mediação online, como lives, web seminários e outras tantas possibilidades de formação da cultura digital.

O estudante deve compor, ao longo do Curso, um conjunto de atividades com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas, envolvendo participação em projetos de iniciação científica, em discussão de grupos de pesquisa, em projetos de extensão, atuação em monitoria online ou presencial, apresentação e ou participação em evento científico no formato online ou presencial, em eventos científico-culturais, publicações, dentre outros, conforme os critérios de pontuação abaixo:

Quadro 5 - Pontuação de atividades complementares

I – Atividade de docência	Carga horária	Documentação comprobatória
Disciplinas não obrigatórias cursadas na instituição ou em outras universidades, nas modalidades presencial ou a distância.	Até 40h anuais	Declaração ou Histórico acadêmico
Atividades de Iniciação à docência (PIM, PIBID, RESPED e outros, enquanto bolsista ou voluntário	Até 40 h semestrais	Relatório ou Declaração
Experiência no campo da docência em sala de na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Escola pública ou privada Até 6 meses - 20 h	Declaração da instituição

	Mais de 6 meses - 40 h	
Experiência no campo de atuação da área de atuação pedagógica	Instituições e outros espaços sociais Até 6 meses - 15 h Mais de 6 meses - 30h	Declaração da instituição responsável ou cópia do contrato
Aulas de acompanhamento escolar (reforço e nivelamento)	15 horas semestrais	Plano de trabalho com assinatura do responsável pelo assistido

II - Atividade de pesquisa	Carga horária	Documentação comprobatória
Bolsista de iniciação científica (bolsista ou voluntário)	40 horas semestrais	Declaração
Participação em grupos de pesquisa	15 horas semestrais	Declaração

III - Atividade de Extensão	Carga horária	Documentação comprobatória
Participação em projetos de extensão (bolsista ou voluntário)	40 horas semestrais	Declaração
Participações pontuais em atividades de extensão	Até 30 h semestrais	Declaração

IV - Produção técnica e científica	Carga horária	Documentação comprobatória
Artigos publicados	Jornal (20h) Anais: Trabalho Completo (40h) e Resumo (30h) Revista Científica (60h) Capítulo de livro (60h)	Cópia do índice e primeira folha do trabalho ou cópia da matéria do jornal
Publicações	Cartilha e livreto (50h) Livro (80 h)	Cópia da capa da publicação.

	Cordel (40 h)	
--	---------------	--

V - Outras atividades	Carga horária	Documentação comprobatória
Participação em eventos acadêmico-científicos (congresso; seminários; simpósios, conferências; oficinas, outros similares (são eventos de iniciativa das instituições ou entidades com atividades voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão)	Considerar a carga horária dos certificados	Certificado de participação
Participação em eventos artístico-culturais (são eventos inseridos na categoria de reunião coloquial que tem como objetivo difundir manifestações, estimular a criatividade e expressões populares, artísticas e culturais)	Considerar a carga horária dos certificados	Certificado ou Declaração
Participação em cursos ou minicursos	Considerar a carga horária dos certificados, estabelecendo o limite de 50h de integralização para cada curso.	Certificado ou Declaração
Participação em comissões	20 horas semestrais	Portaria, certificado ou declaração
Ações voluntárias	Campanhas e projetos sociais (Até 15 h semestrais) Doação de sangue (10 horas semestrais).	Declaração
Atividades esportivas/recreativas/sociais	5 horas semestrais	Declaração da entidade promotora
Estágio não-obrigatório na área de formação específica	30 horas semestrais	Declaração
Outros (casos não previstos que tenham a aprovação do orientador acadêmico)	Até 15 horas	Declaração, certificado ou afins.

9.9 UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

As atividades Curriculares de Extensão no âmbito da UERN são regulamentadas pela Resolução nº 25, de 21 de junho de 2017 e pela Instrução Normativa nº 1/2018 – PROEX/PROEG/UERN. Conforme a Resolução 25/2017, em seu Art. 1 a Curricularização se organizará a partir do Componente Curricular nomeado Unidade Curricular de Extensão (UCE), consistindo em componente curricular obrigatório, autônomo e elemento constante da matriz curricular dos Curso de Graduação na UERN, devendo corresponder a, no mínimo, 10% da carga horária total do Curso. Essa atividade emerge de projetos de extensão diversos e intenciona possibilitar uma experiência formativa interdisciplinar e em relação constante com as demandas sociais. No Curso de Pedagogia em EAD, as UCE estão distribuídas conforme o Quadro 6.

Quadro 6 - Unidade Curricular De Extensão

Unidade Curricular de Extensão (UCE)	Carga Horária
UCE I	120h
UCE II	105h
UCE III	105h

10 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 7: Componentes curriculares, por períodos, eixos formativos, carga horária/crédito, aplicação e pré-requisitos

1º PERÍODO								
Código/ eixo	Componente curricular	Ch TOTAL	Aplicaçã o	Ch			crédito	Pré- requisito
			T, P, T/P	T	T/ P	PCC		
Eixo 1	Ambientação na EAD e Letramento Digital	60	TP	30		30	4	-
Eixo1	Escola e Diversidade	75		60		15	5	-

Eixo2	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	75		60		15	5	-
Eixo2	Psicologia da Educação: infância e adolescência	75		60		15	5	-
Eixo3	Pensamento Pedagógico	75		60		15	5	-
Total parcial		360		270		90	24	
Total Geral								

2º PERÍODO								
Código /eixo	Componente curricular	Ch TOTAL	Aplicação	Ch			crédito	Pré-requisito
			T, P, T/P	T	TP	PC C		
Eixo 5	Pesquisa em Educação: teorias e métodos	75	T	60		15	5	
Eixo2	História da Educação Brasileira	75		60		15	5	-
Eixo2	Psicologia da Aprendizagem	75		60		15	5	-
Eixo2	Sociologia da Educação: Sociologia da Criança e da Infância	75		60		15	5	-
	Optativa			60			4	-
	UCE I				120		8	
Total Parcial		480		300	120	60	32	
Total Geral								

3º PERÍODO								
Código EIXO	Componente curricular	CH total	Aplicação	Ch			crédito	Pré-requisito
			T, P, T/P	T	TP	PC C		
Eixo1	Escola e Inclusão Social na Perspectiva da Educação Especial	75	TP	60		15	5	-

Eixo 2	O Exercício da Profissão Docente: questões da cultura profissional e sua profissionalização	75	T	60		15	5	
Eixo 3	Escola e Currículo	75	T	60		15	5	
Eixo 3	Planejamento e Avaliação dos Processos de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	75	T	60		15	5	
	UCE II					105	7	
	Total parcial Total Geral	405		240	105	60	27	

4º PERÍODO								
Código /eixo	Componente curricular	CH total	Aplicação T, P, T/P	Ch			crédito	Pré-requisito
				T	TP	PC C		
Eixo 2	Organização do Trabalho Docente na Educação Infantil	75		60		15	5	
Eixo 3	Políticas Públicas Educacionais e a Organização do Ensino	75		60		15	5	
Eixo 2	Didática	75		60		15	5	
Eixo 2	Literatura e Infância	75		60		15	5	
Eixo 5	Introdução à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60	T	60			4	
	UCE III				105		7	
Total Parcial		465		300	105	60	27	

5º PERÍODO								
Código /eixo	Componente curricular	CH total	Aplicação T, P, T/P	Ch			crédito	Pré-requisito
				T	TP	PC C		
Eixo 4	Ciências Humanas I : História	75	T	60		15	5	
Eixo 4	Ciências da Natureza I	75	T	60		15	5	

Eixo 4	Linguagens: Alfabetização e Letramento	75	T	60		15	5	
Eixo 4	Matemática I	75	T	60		15	5	
Eixo 4	Linguagens: Artes	60		30		30	4	
	Total Parcial Total Geral	360		27 0	-	90	24	

6º PERÍODO								
Código /eixo	Componente curricular	CH total	Aplicação T, P, T/P ESTÁGIO	Ch			crédito	Pré-requisito
				T	T P	PCC		
Eixo 4	Ciências Humanas II: Geografia	60	T	60			4	
Eixo 4	Ciências da Natureza II	60	T	60			4	
Eixo 4	Linguagens: Língua Portuguesa	60	T	60			4	
Eixo 4	Matemática II	60	T	60			4	
	Estágio supervisionado na Educação Infantil		195				13	Didática
	Total Parcial Total Geral	435	195	240			29	

7º PERÍODO								
Código /eixo	Componente curricular	CH total	Aplicaçã o T, P, T/P ESTÁGI O	Ch			crédito	Pré-requisito
				T	T P	PC C		
Eixo 3	Projeto Político Pedagógico e seu Planejamento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	T	45		15	4	
Eixo 5	Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental		210				14	Didática
Eixo 5	Trabalho de Conclusão de Curso I	75			75		5	
	Total Parcial Total Geral	345	210	45	75	15	23	

8º PERÍODO								
------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Código /eixo	Componente curricular	Depart origem	Aplicação	Ch			Crédito	Pré-requisito
			T, P, T/P	T	T P	PCC		
Eixo 5	Trabalho de Conclusão de Curso II		T	120			8	Trabalho de Conclusão de Curso I
Eixo 3	Relações étnico-raciais em contextos educacionais	75		60		15	5	
Eixo 4	Corpo, Movimento e ludicidade	60		45		15	4	
	Total parcial Total Geral	255		225		30	17	

11 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

Para o desenvolvimento do Curso de Pedagogia EaD serão adotadas diferentes estratégias metodológicas adequadas à modalidade de ensino a distância com vistas a atender ao perfil do aluno. Essas estratégias envolvem diferentes atores e profissionais visando a qualidade do processo ensino aprendizagem. Destacamos a necessidade de, dentre outros elementos, preparação das interfaces e recursos digitais em rede, a elaboração dos desenhos didáticos visando contextualizar o potencial interativos do AVA, a preparação e seleção dos materiais instrucionais, a criação de conteúdos multimodais e o desenvolvimento de estratégias de mediação e de acompanhamento dos sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. Detalhamos a seguir as principais dimensões: preparação do Ambiente Virtual de Ensino/Aprendizagem (AVEA) Moodle, desenho didático dos componentes curriculares e planejamento com professores e tutores dos componentes curriculares

Preparação do Ambiente Virtual de Ensino/Aprendizagem (AVEA) Moodle:

O ambiente virtual Moodle é uma plataforma para gerenciamento de conteúdo online, o termo MOODLE é o acrônimo de Modular *Object-Oriented Dynamic Learning Environment* que vem sendo amplamente utilizado por instituições públicas para promover a oferta de cursos e atividades interativas em rede. Por se tratar de um Software Livre “pode-se redistribuí-lo e/ou modificá-lo sob os termos da GNU *General*

Public License como publicada pela *Free Software Foundation*, versão 2 ou qualquer versão posterior". (MOODLE.ORG).

O Ambiente Moodle hospedado no servidor da DeaD/UERN será utilizado para o desenvolvimento das disciplinas e organização das atividades durante cada semestre letivo de oferta do curso. As interfaces interativas do Moodle permitem a realização de uma multiplicidade de ações que facilitam o processo comunicativo e didático, trazendo potencialidades pedagógicas que efetivam o processo de ensinar/aprender, promovendo atividades colaborativas ou individuais, conforme o desenho didático da disciplina. A seguir destacamos algumas das inúmeras interfaces e suas potencialidades de forma resumida:

Fórum de discussão: interface muito utilizada na EaD, pois permite que os participantes se comuniquem de forma assíncrona, facilitando o gerenciamento do tempo pelo aluno e a organização de seus estudos. Existem vários tipos de fóruns que podem ser propostos pelos professores. As mensagens e intervenções dos alunos nos fóruns podem ser avaliadas pelo professor, tutores ou pelos estudantes (avaliação por pares). As avaliações podem ser agregadas para formar uma única nota final a ser gravada no livro de notas. Fórum tem muitas utilidades, como:

- Um espaço social para os estudantes se conhecerem
- Anúncios sobre o curso (usando um fórum de notícias com assinatura forçada)
- Para discutir conteúdos do curso ou os materiais para leitura
- Para continuar online uma discussão iniciada em sala de aula
- Para discussões entre os professores (utilize um fórum oculto)
- Uma central de ajuda onde tutores e estudantes podem conseguir ajuda
- Uma área de suporte um-para-um para comunicações particulares entre professor e estudante (usando um fórum com grupos separados e um estudante por grupo)
- Para atividades de extensão, por exemplo "*brainstorms*" para estudantes sugerirem e avaliarem ideias.

ConferênciaWeb RNP é utilizada para a criação de videoconferências dentro da disciplina, permitindo a comunicação síncrona, disponibilizando recursos como conversação com áudio e vídeo, compartilhamento de tela, chat síncrono, entre

outros. Essa ferramenta é muito útil para a realização de aulas online e reuniões. Nela, é possível agendar reuniões, gravá-las e deixar essas gravações disponíveis para visualização posterior e/ou download. A webconferência permite uma aproximação entre o grupo, fortalecendo o acolhimento e sentimento de pertencimento do aluno à instituição.

Wiki: a interface wiki permite aos participantes adicionar e editar uma coleção de páginas da web. Um wiki pode ser colaborativo, com todos podendo editá-lo, ou individual, onde cada um tem seu próprio wiki e somente ele pode editar. Wikis têm muitas utilidades, como:

- Para agrupar anotações ou guias de estudo;
- Para os membros de uma faculdade planejarem um esquema de trabalho ou agendarem uma reunião juntos;
- Para que os alunos criem colaborativamente um livro on-line, criando conteúdo em um tópico definido pelo seu tutor;
- Para narração colaborativa ou criação de poesia, onde cada participante escreve uma linha ou verso;
- Como uma revista pessoal para notas de exame ou revisão (usando um wiki individual).

Questionário: permite criar e configurar questionários para provas ou exercícios de fixação com questões de vários tipos, incluindo múltipla escolha, verdadeiro ou falso, correspondência, resposta curta entre outras). Os questionários podem ser utilizados:

- Como provas de um curso
- Como pequenos testes para tarefas de leitura ou no final de um tópico
- Como prova de revisão usando questões de provas anteriores
- Enviar comentários imediatos sobre o desempenho
- Para auto-avaliação

O Ava Moodle DeaD/UERN além de disponibilizar interfaces digitais interativas para a oferta de cursos EaD, também permite a inserção de outros recursos e interfaces digitais para o desenvolvimento de diversas propostas metodológicas.

Desenho didático dos componentes curriculares

O planejamento de cursos no contexto da EaD exige que se atenda às complexidades e características que envolvem esta modalidade de ensino, observando além de todos as variáveis que envolvem gestão da sala de aula tradicionalmente reconhecida, elementos como as tecnologias envolvidas e o perfil específico do aluno EaD.

A elaboração do desenho didático dos componentes curriculares permite que os docentes reflitam sobre todos os elementos que envolvem o planejamento do ensino a distância, pensando nos tempos, espaços, interfaces, atividades, mediação, conteúdos multimodais, orientações, entre outros. “Tudo estruturado a partir de um desenho didático, isto é, da estrutura de apresentação do conjunto de conteúdos e de situações de aprendizagem compostos e dispostos estrategicamente de modo a serem utilizados pelo docente e pelos cursistas com a finalidade de potencializar a construção coletiva da comunicação, do conhecimento, da docência, da aprendizagem e da avaliação. (Santos e Silva, 2009, p. 269)

Neste sentido, a equipe pedagógica/Dead UERN promoverá, juntamente com a coordenação do curso, encontros pedagógicos para formação dos docentes para elaboração do desenho didático das disciplinas.

As formações ocorrerão no próprio AVA Moodle/DeaD visando preparar o professor para compreender: os fundamentos para para elaboração do desenho didático no Moodle; os usos pedagógicos das interfaces Moodle; a seleção dos materiais didáticos em repositórios e bibliotecas virtuais; produção de videoaulas e outros materiais audiovisuais. Também, são desenvolvidas oficinas síncronas para utilização de interfaces mais relevantes para EaD e novos recursos e atualização disponibilizados.

Os professores elaboram os desenhos das disciplinas no Ambiente Moodle e durante o processo de elaboração são assessorados pela equipe pedagógica. Após a finalização da construção dos desenhos didáticos, estes são revisados e, se necessário, solicitado ajuste.

Neste processo a equipe de comunicação atua na formação e gravação de materiais audiovisuais.

Planejamento com professores e tutores dos componentes curriculares

Por se tratar de uma modalidade de ensino em que o professor atua com o auxílio de uma equipe de tutores, visando acompanhar o aluno em seu percurso formativo, estimulando a participação, realizando avaliações e fazendo mediação pedagógica, entre outras ações, torna-se necessário que professores e tutores tenham uma preparação e encontros de planejamento mesmo antes de iniciar o semestre letivo. Nesse contexto são promovidos encontros entre os professores, tutores e coordenação visando promover a colaboração entre todos os envolvidos.

12 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES E/OU APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Este Projeto de criação de curso não apresenta quadro de equivalências. Para efeito de integralização curricular, o aluno poderá solicitar aproveitamento de estudos oriundos de outras Instituições de Ensino Superior (IES), bem como, solicitar equivalência de algum componente curricular ou de outra atividade qualquer.

O objeto (aproveitamento de estudos e/ou equivalência de componentes curriculares) que trata esse item específico deverá ser solicitado via requerimento ao Departamento de Educação, a ser analisado pela orientação acadêmica do curso Pedagogia EaD, no período letivo que antecede o período de oferta do componente ou da atividade objeto de solicitação.

13 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

13.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1º PERÍODO

Nome do componente:	Ambientação na EAD e Letramento Digital (EIXO 1)	Classificação: obrigatória
----------------------------	---	--------------------------------------

Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática	
Carga horária/Crédito: Teórica 30 / 2; Prática: 30 / 2; Total 60 / 4	
<p>EMENTA: Educação a distância (EaD) em AVA. Papéis do aluno, tutor e professor virtual. A comunicação, a colaboração, interação, a concepção de autonomia do aluno da EaD e a netiqueta. O ambiente virtual de aprendizagem - AVA (Moodle) e suas interfaces interativas. Uso de diferentes aplicativos para o ensino/aprendizagem. Pesquisa avançada nos repositórios digitais. Orientação sobre a legislação de direitos autorais e plágio. Visão geral e proposta pedagógica do curso de Pedagogia EaD/UERN, (calendário acadêmico, dinâmica das disciplinas, normas acadêmicas para aprovação e avaliação do aluno) e das relações entre os diferentes participantes que atuam diretamente com o aluno (coordenador de curso, professores, administradores, secretarias, tutores virtuais e presenciais). O webfólio como dispositivo formativo para construção do conhecimento e sistemática do TCC.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2009.</p> <p>MORAN, J. M.; BEHRENS, M. A. & MASSETO, M. T. Novas tecnologias e mediação Pedagógica Campinas, SP: Papyrus, 2007.</p> <p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da EaD – UERN, 2022.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALMEIDA, M. E. B. e MORAN, J. M. (org.) Integração das Tecnologias na Educação – Salto para o Futuro. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.</p> <p>LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: E. 34, 1999.</p> <p>PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para a sala de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>RIBEIRO, M. R. F.; YOUNG, R. S. . Formação Docente na Cibercultura: caminhos para as literacias digitais. In: As Redes Educativas e as Tecnologias: transformações e subversões na atualidade, 2013, Rio de Janeiro. As Redes Educativas e as Tecnologias: transformações e subversões na atualidade. Rio de Janeiro: EDU Educação, 2013.</p> <p>SOARES. Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, 2002 https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf&lang=pt</p>	

Nome do componente:	Escola e diversidade (EIXO 1)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	

Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas
<p>EMENTA: Os sujeitos da educação e a diversidade: gênero, raça, idade, pessoas com deficiência, religiosidade, constituição familiar. A diversidade na legislação educacional: Constituição, LDB e BNCC, documentos escolares. Escola, infância e diversidade: educação inclusiva e socialmente referenciada. Interlocuções com sujeitos escolares (Atividades teórico-práticas): práticas de formação e usos de recursos (literatura, cinema, televisão, propaganda, museus, artes plásticas, mídias digitais).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ABRAMOWICZ, Anete. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.</p> <p>KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M. C. (orgs.). Educação Infantil: Formação e Responsabilidade 1ªed.; Campinas: Papyrus, 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação como prática da diferença. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.</p> <p>BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu. n. 25, janeiro-junho de 2006, p. 329-376.</p> <p>CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade. In: Cadernos de textos: saberes e fazeres. V. 1: Modo de ver. A cor da Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.</p> <p>GALLO, Sílvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. Disponível em: http://www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEuOutroOutros.pdf. Acesso em maio de 2013, p. 1-16.</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras: Educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>

Nome do componente:	Fundamentos Histórico-Filosóficos da educação (Eixo 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		

EMENTA:

Origem, caracterização e desenvolvimento histórico da Filosofia. O sentido do pensamento histórico-filosófico para a formação do pedagogo. As ideias pedagógicas fundamentais sob a perspectiva das teorias e correntes filosóficas em diferentes contextos: mundial, nacional e local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo. Moderna 2006.
 BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. Coleção primeiros passos. 48 Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
 FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.
 MORIN, E. **Os Sete saberes Necessários à educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2006.
 SILVA, L. H. **A Escola Cidadã no contexto globalizado**. Petrópolis: Vozes, 1999.
 STREHL, A.; RÉQUIA, I. R. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

Nome do componente:	Psicologia da Educação: infância e adolescência (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		
EMENTA: Noção de criança e de infância a partir das contribuições da psicologia. Papel da filogênese, ontogênese e cultura na determinação do ser humano. Instrumental da Psicologia para o estudo do comportamento humano. Aprendizagem: definição; caracterização; tipos e processos psicológicos envolvidos. Diferentes abordagens em psicologia da aprendizagem. Desenvolvimento na infância e na adolescência: ciclo vital e principais áreas do desenvolvimento: físico; cognitivo; social; moral; e afetivo. Aprendizagem e desenvolvimento em interação na infância e na adolescência: implicações educacionais e o papel do educador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.		
CARMO, João dos Santos; GUALBERTO, Priscila Mara de Araújo. Psicologia da criança e da educação: uma introdução . São Carlos: EdUFSCar, 2012. 136 p. (Coleção UAB-UFSCar).		
APALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano . Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

BOCK, Ana M. B. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13a edição reformulada e ampliada. Editora Saraiva. São Paulo. 2001

BOCK, Ana M. B. e AGUIAR, Wanda Maria J. **Psicologia da Educação**: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. In: BOCK, Ana M. B. (Org.). A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHIARATTI, Fernanda G. de Oliveira. **Psicologia da Educação**: desenvolvimento e aprendizagem. – Londrina –: Ed. e Distribuidora Educacional S.A., 2014.

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FROIS, Erica. MOREIRA, Jacqueline. STENGE, Márcia. **Mídias e a imagem corporal na adolescência**: o corpo em discussão. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 1, p. 71-77, jan./mar. 2011.

Nome do componente:	Pensamento Pedagógico (EIXO 3)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		
EMENTA:		
Análise contextual do pensamento pedagógico europeu e sua influência na elite educacional brasileira, com ênfase nas propostas de escolarização no Brasil. Os jesuítas e a primeira escola. Contribuições de Rousseau, Freinet, Pestalozzi, Comenius, Moutessouri, Roger, Piaget, Bourdieu, Vygotsky e Freire, dentre outros, na formação pedagógica atual. Possibilidades de escolas teórico-pedagógicas específicas na região: estudo de caso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOTO, Carlota. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados. Uberlândia, EDUFU, 2018.		
CAMBI, Franco. A História da Pedagogia. São Paulo, UNESP, 1999.		
ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação como prática da diferença. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
AGAMBEN, Giorgio. Infância e História: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.		
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.		
ALTHUSSER, Louis. Os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.		
BOURDIEU, Pierre & PASSERON, J. Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.		
BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982.		

2º PERÍODO

Nome do componente:	História da Educação Brasileira (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		
<p>EMENTA: Historiografia da educação, fontes de pesquisa de memória de professores e alunos Estudo das ideias pedagógica e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>COSTA, M. A. T. O ensino primário no Rio Grande do Norte: memória, educadores e lição sobre o ensinar (1939-1969). Mossoró: Edições UERN, 2010.</p> <p>GERMANO, J. W. Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>RIBEIRO, M. L. O. História da educação no Brasil. 10 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1978.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>SAVIANE, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>AZEVEDO, F. A cultura Brasileira. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1964.</p> <p>FREIRE, P. Educação e mudança. Coleção Educação e Comunicação, Vol. 1. Tradução: Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio De janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>LOURENÇO, M. B. Introdução ao estudo da escola nova. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.</p> <p>NUNES, C.; CARVALHO, M. Historiografia da educação e fontes. Cadernos ANPED. 4 ed. Porto Alegre: p. 7-64; set, 1993.</p>		

Nome do componente:	Psicologia da Aprendizagem (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		

EMENTA:

Aprendizagem: definições e parâmetros delimitadores do fenômeno. Diferenças e aproximações entre aprendizagem e desenvolvimento. Psicologia da Aprendizagem como campo de investigação e aplicação. Métodos experimentais, correlacionais e observacionais nos estudos sobre aprendizagem. Caracterização das perspectivas externalista, internalista e interacionista no estudo da aprendizagem, apontando caminhos de superação das dicotomias teóricas. Tipos e processos básicos de aprendizagem. Aprendizagem complexa: linguagem e equivalência. Processos de memória, operações motivacionais e aprendizagem em contextos de ensino. Planejamento de contextos de aprendizagem e avaliação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, Cesar, Palacios, J. Marchesi, A. (org) **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Psicologia da Educação. Vol.2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

OSTERMAN, F.; CAVALCANTI, C. J. H. **Teorias de aprendizagem**: texto introdutório. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PRADO NETO, A.; COSTA, O. S. **A importância da psicologia da aprendizagem e suas teorias para o campo do ensino-aprendizagem**. In Fragmentos de Cultura, v.27, n. 2, pp. 216-224, abr/jun, 2017..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 1993.

JUNQUEIRA, P (Org.). **Henri Wallon**. Coleção Educadores/MEC. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo SP: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI LS, LURIA AR, LEONTIEVE NA. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10a Ed. São Paulo SP: Ícone, 2006.

PIAGET, J; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. São Paulo, SP: Difel, 1986.

Nome do componente:	Sociologia da Educação: Sociologia da Criança e da Infância (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		
EMENTA: Análise dos principais paradigmas da sociologia da educação. Articulações e mediações entre educação e sociedade. Reflexão acerca de práticas educativas formais e não formais – práticas sociais cotidianas – tendo como referência norteadora as instituições sociais, o processo de socialização e a educação contra-hegemônica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

COSTA, M. C. C. Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 1995.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

GOMES, C. A Educação em Perspectiva Sociológica. 3 ed. São Paulo: EPU, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KRUPPA, S. M. P. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1995.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

CARNOY, M. Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações. São Paulo: Cortez, 1984.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (orgs.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), 1996.

Nome do componente:	Pesquisa em Educação: teorias e métodos (EIXO 1)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
EMENTA: O processo de pesquisa enquanto forma de conhecer a realidade e enquanto formação educativa. A metodologia científica na pesquisa em educação. O projeto de pesquisa e seus elementos estruturais. Desenvolvimento e acompanhamento do webfólio como dispositivo para construção do conhecimento e preparação do TCC.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1991.		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2002.		
UERN. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UERN/ Organizadores: Aline Karoline da Silva Araújo... [et al.]. – Mossoró: Edições UERN, 2021. 79f.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa , n. 113, p. 51-64, julho, 2011. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 27 de julho de 2011.		
DEMO, Pedro. Metodologia da investigação em educação . Curitiba: Ibpex, 2005. 186 p.		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 1993.		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1991.		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2002.		

3º PERÍODO

Nome do componente:	Escola e Inclusão Social na Perspectiva da Educação Especial (EIXO 1)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		
<p>EMENTA: Perspectiva histórica e conceitual da evolução na educação especial. Documentos internacionais e legislação brasileira. Abrangência e pressuposto legais de educação especial no contexto político educacional brasileiro. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Conceituação de inclusão escolar. Princípios e fundamentos da inclusão escolar. Aspectos necessários para promover a inclusão escolar. As necessidades educacionais especiais e as deficiências. Inclusão escolar e adequações curriculares.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BEYER, H. O. A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. In: Cadernos de Educação Especial. Santa Maria: UFSM, 2003. N. 22.</p> <p>FIGUEIRA, E. O que é educação inclusiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus. 2006.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ASSAKI, R. K. S. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: W. V. A, 1997.</p> <p>BASTOS, Maria Inês de Souza Ribeiro. Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros. Brasília, DF: UNESCO, 2007.</p> <p>BIANCHETTI, I. FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença. 2a ed. Campinas: Papyrus, 2000.</p> <p>BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, 2008.</p> <p>BUENO, J.G.S. Educação Especial Brasileira: Integração/Segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.</p> <p>DUK, C. Educar na Diversidade: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2005.</p> <p>EDLER CARVALHO, R. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p> <p>FONTES, R. de S. Educação Especial um capítulo à parte na história do direito à educação no Brasil. In: Revista Ensaio. Avaliação de políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro: 2002 v.10.</p>		

FRANCO, M. O PCN e as adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais: um debate. In: TEIAS: Revista da Faculdade de Educação. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Educação, 2000. n.1 (jun.2000) pp74-83.

MAZZOTTA, M.S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

Nome do componente:	O Exercício da Profissão Docente: questões da cultura profissional e sua profissionalização (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA: A natureza da profissão docente. O processo histórico de delimitação dos saberes docentes. A profissionalização enquanto competência e reconhecimento social. As identidades socioprofissionais dos professores que atuam na Educação Infantil e Anos Iniciais: o leigo, o técnico, o profissional. Profissão docente e relações de gênero. O desenvolvimento pessoal e profissional do professor reflexivo. As instituições e práticas de formação docente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>NÓVOA, A. Profissão professor. Portugal: Porto, 1994.</p> <p>PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 2 ed. SP: Cortez, 2004.</p> <p>CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. São Paulo: Papyrus, 1989.</p> <p>LEAL, F. C. Profissão professor: sábio, anjo ou demônio? Revista iberoamericana de educación.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora?: Novas exigências educacionais e profissão docente. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PENIN, S. T. S. Profissão docente: Salto para o futuro. Ed. Especial. Ano XIX, n 14, outubro de 2009.</p>		

Nome do componente:	Escola e Currículo (EIXO 1)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	

Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5	
<p>EMENTA:</p> <p>Teorias do currículo, práticas curriculares e formação docente. Pressupostos sociopolíticos e filosóficos do currículo: debates contemporâneos. Seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar. Concepções curriculares presentes no cotidiano das práticas docentes. Propostas curriculares desenvolvidas em espaços escolares.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>LOPES, Alice. MACEDO, Elizabeth. Teorias do Currículo. Rio de Janeiro, Cortez, 2012.</p> <p>TADEU, Tomaz. Documento de identidade: Uma introdução às teorias de currículo. São Paulo, Autêntica, 1999.</p> <p>ALVES, Nilda (org). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002. (Série cultura, memória e currículo, v.1.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>_____. GARCIA, Regina Leite (orgs). O sentido da escola. 5ª ed. Petrópolis: DP <i>et Alli</i>, 2008.</p> <p>BERTICELLI, Ireno Antonio. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). O currículo nos limiars do contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Cadernos Indagações sobre currículo. Brasília, 2007. (vs. 1-5)</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de nove anos. Brasília, 2004.</p> <p>GALIAZZI, Maria do Carmo. Teorias curriculares dos formadores. In: _____. Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.</p>	

Nome do componente:	Planejamento e Avaliação dos Processos de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EIXO 3)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		

Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5
<p>EMENTA:</p> <p>Planejamento e avaliação: conceitos. Planejamento do ensino, avaliação e desenvolvimento da prática pedagógica. Docência e componentes curriculares: perspectivas contemporâneas. Propostas e diretrizes oficiais e ação docente. Concepções de avaliação e o uso de instrumentos e procedimentos avaliativos. Registros avaliativos. Projeto político-pedagógico: implicações no planejamento e na avaliação. Elaboração e análise de planos e projetos educacionais na escola.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FREIRE, Madalena. Observação, registro e reflexão. Instrumentos metodológicos. Ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico - elementos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2006.</p> <p>ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>OLIVEIRA, Ines B de. ALVES, Nilda. Pesquisa no/do cotidiano escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2006.</p> <p>ZABALZA, Miguel. Diários de aula. Porto Alegre: ArtMed, 2004. ZÓBOLI, Graziella Bernardi. Práticas pedagógicas: subsídios para a atividade docente. São Paulo: Ática, 2002, p. 13-38.</p> <p>ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.</p>

4º PERÍODO

Nome do componente:	Organização do Trabalho Docente na Educação Infantil (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA:</p> <p>Educar/Cuidar de crianças em contextos coletivos na Educação Infantil. A docência na Educação Infantil: singularidade, identidade e especificidades das práticas educativas. Propostas pedagógicas e o trabalho pedagógico com as múltiplas linguagens curriculares na Educação Infantil. Brincar como linguagem privilegiada no trabalho pedagógico com a criança. Fundamentos contextuais do planejamento pedagógico: tempo, ambientes educativos, materiais pedagógicos e as experiências das crianças no contexto educacional. Registro das práticas, documentação e avaliação na Educação Infantil.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>		

BONDIOLI, A. e MANTOVANNI, S. Manual de Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil . Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil . Vol.1,2,3. Brasília: MEC, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, M.M., ROSEMBERG, F. Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças . 6ª ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

DAHLBERG, G., MOSS, P., PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância – perspectivas pós modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

EDWARDS, C.; GANDINI, L; FORMAN, G. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VIGOTSKY, L. S. Imaginação e criação na infância : ensaio psicológico: livro para professores. São Paulo: Ática, 2009. 135 p.

Nome do componente:	Políticas Públicas Educacionais e a Organização do Ensino: (EIXO 3)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
EMENTA:		
<p>Políticas públicas educacionais e as implicações na escola e no fazer docente. Contexto histórico, reformas educacionais, projetos em disputa e as possibilidades de implementação/ressignificação das políticas na escola. Políticas, gestão do ensino e normativas atuais. Estudo sobre os impactos das políticas no ensino.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico - elementos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2006.</p> <p>ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Plano Nacional de Educação e planejamento: A questão da qualidade da educação básica. Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n. 15, p. 265-280, jul./dez. 2014.</p> <p>BARBOSA, Ivone G. et.al. A educação infantil no PNE: Novo plano para antigas necessidades. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n. 15, p. 505-518, jul./dez. 2014. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/456/587. Acesso em: 14 fev. 2019.</p>		

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LARANJEIRA, Cintia. A Base Nacional Comum Curricular: uma leitura a contrapelo dos avanços tecnológicos e metodológicos da educação infantil. RevistAleph, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 117-131, dez. 2017.

MORENO, J. C. História na Base Nacional Comum Curricular: Déjà vu e novos dilemas no século XXI. História & Ensino, Londrina, v. 22, n. 1, pp. 07-27, jan./jun, 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2006.

Nome do componente:	Didática (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA: As tendências pedagógicas e revisitações contemporâneas. O objeto de estudo da didática e a mediação dos processos pedagógicos; O planejamento das ações educativas: projetos didáticos e planos de ensino. A gestão dos conteúdos e dos processos educativos nos espaços escolar e não escolar. Avaliação como prática mediadora.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CASTRO, A. D. ; CARVALHO, A. M. P. (orgs). Ensinar a Ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Thompson, 2002.</p> <p>FARIAS, I. M. S. et al. Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2009.</p> <p>HOFFMANN, J. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre. Mediação, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALVES, R. Pinóquio às avessas: uma estória sobre crianças e escolas para pais e professores. Campinas, SP: Versus editora, 2005.</p> <p>BRASIL, MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>BEYER, H. O. Educação inclusiva ou integração escolar? Implicações pedagógicas como rupturas paradigmáticas. In: Ensaio Pedagógicos. Brasília: MEC/SEE, 2006.</p> <p>CORDEIRO, J. Didática. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>LUCK, H. Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.</p>		

--

Nome do componente:	Literatura e Infância (EIXO 2)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA: Literatura e Infância: conceitos e aspectos históricos. Diversidade de gêneros literários e a infância. Literatura, leitura e formação de leitores. A presença da literatura infantil na escola: aspectos teóricos e metodológicos. A literatura como socialização cultural e direito da criança.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1999.</p> <p>BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.</p> <p>CADEMARTORI, Ligia. O que é literatura infantil? 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>COLOMER, Teresa. Introdução à Literatura Infantil e Juvenil atual. São Paulo: Global, 2017.</p> <p>FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003.</p>		

Nome do componente:	Introdução à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (EIXO 5)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/4; Prática: ___/___; Total: 60/4		
<p>EMENTA: Libras em contexto. Estudos das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		

FELIPE, T. A. Libras em Contexto: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. MEC:SEESP, Brasília, 2001.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto . Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

PERLIN, G.. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-74.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SÁ, N. R. L. Cultura, Poder e Educação de Surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SILVA, M. P. M. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Ciências Humanas I: História (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA: Noções e conceitos históricos: tempo e espaço, cultura, sujeito, fatos, memória e identidade. Aspectos teórico-metodológicos para ensinar e aprender História, por meio da articulação entre história local e história do cotidiano, regional, nacional e mundial. A história numa perspectiva interdisciplinar e a análise do livro didático.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BITTENCOURT, C. (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. (Coleção Repensando o Ensino).</p> <p>GUIMARÃES, S. Didática e prática de ensino de história. São Paulo: Papirus, 2003. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).</p> <p>SCHIMIDT, M. A.; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>BORGES, V. P. O que é história? 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).</p>		

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** historia, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC – História.** Versão final. Brasília, DF, 2017.

FONSECA, S. G. **Caminhos da História Ensinada.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1983 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVA, M. A. **História: o prazer em ensino e pesquisa.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

Nome do componente:	Ciências da Natureza I (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA: O ensino de ensino de Ciências da perspectiva tradicional as demandas atuais e, a partir dessa contextualização discutir: aspectos teórico-metodológicos que orientam a ação docente; relações aluno-conteúdo-metodologia-professor; a relação das Ciências com a realidade e com a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável. Metodologias ativas e mobilização de recursos digitais no ensino de ciências.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da Natureza – Ensino Fundamental (1a a 4a série). 2a edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>CARVALHO Isabel. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Ed Cortez, 2002.</p> <p>PERDIGÃO, ANA L. R. V. et. al. Ciências da Natureza: ensino na perspectiva de formação para cidadania. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 30p. (Coleção UAB-UFSCar).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FOUREZ, Gérard. A Construção das Ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências . São Paulo: Editora Unesp, 1995.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.</p>		

GADOTTI, M. Educar para a Sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

KRASILCHIK, Mirian; MARANDINO, M. Ensino de Ciências e Cidadania. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

MOREIRA, Antonio Flavio & CANDAU, Vera. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n.23, v.2, 2003.

Nome do componente:	Linguagens: Alfabetização e Letramento (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA: Aspectos históricos, políticos, sociais, linguísticos e psicológicos da alfabetização e as práticas de letramento. Concepções de linguagem e língua. Preconceito linguístico. A psicogênese da língua escrita. O processo de Letramento escolar e os letramentos. A indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento no contexto da cultura escrita. Práticas de leitura e escrita na perspectiva do alfabetizar letrando.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, ANA. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.</p> <p>SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita. A alfabetização como processo discursivo. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é. Como se faz. 55ed.São Paulo: Edições Loyola,2013.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>KLEIMAN, A. B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.</p>		

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gg3SdLpVLM8bJ7bJ84cD8zh/?lang=pt&format=pdf>

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2004.

Nome do componente:	Matemática I (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5		
<p>EMENTA: A natureza do conhecimento matemático, aspectos históricos e a função da matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Educação matemática e políticas curriculares. Enfoques teórico-metodológicos que orientam a ação docente no ensino de matemática. A produção do conhecimento matemático no início da escolarização. O conceito de número, o sistema de numeração decimal e as operações fundamentais na perspectiva da futura prática profissional articulada às Tendências em Educação Matemática. Avaliação, elaboração e utilização de materiais didáticos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. da S.; PASSOS, C. L. B. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p> <p>SANTOS, A. O.; JUNQUEIRA, A. M. R.; OLIVEIRA, G. S. de. Teorias da aprendizagem e conhecimento matemático: aportes teóricos a prática docente. Perspectivas em Psicologia, v. 19, n. 1, 2015. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/30853/16835</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CERQUETTI-ALBERKANE, F.; BERDONNEAU, C. O ensino de matemática na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>CLARETO, S. M. Professor, quem inventou a Matemática? Travessias de uma pergunta que se torna problema e um problema que inventa currículo. Revemat, v. 11, p. 297, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/viewFile/1981-1322.2016v11nespp297/33453</p> <p>D'AMBROSIO, B. S. A subversão responsável na constituição do educador matemático. In Obando, G. (Ed.). 16º Encuentro Colombiano de Matemática Educativa (pp. i-xx). Bogotá, Colombia: Asociación Colombiana de Matemática Educativa, p. 1-8, 2015.</p> <p>KAMII, C. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto à escolares de 04 a 06 anos. 36. ed. Campinas: Papirus, 2008.7</p>		

NUNES, Terezinha. CAMPOS, Tânia Maria. MAGINA, Sandra. BRYANT, Peter. **Educação Matemática 1: números e operações numéricas.** São Paulo: Cortez, 2005.

Nome do componente:	Linguagens: Artes (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática: 30/2; Total 60/4		
<p>EMENTA: Produção em arte: o fazer artístico e o ato de criar. Arte como linguagem e construção de sentidos. Arte como produto da história e da multiplicidade de culturas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. 2016. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. DUARTE JR, João Francisco. Por que arte-educação. 20. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009. IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003. MARTINS, Mirian; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. Teoria e prática do ensino de arte: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997. _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. HONÓRIO, Cíntia Maria. Arte & caminhos: construção e fruição. 2. ed. Curitiba: Base, 2008. OLIVEIRA, Jô; GARCEZ, Lucília. Explicando a arte: uma iniciação para entender e apreciar as artes visuais. 8. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. PROENÇA, Graça. História da arte. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997. BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil. São Paulo: Peirópolis, 2003. MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. Metodologia do ensino de teatro. 7. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001.</p>		

6º PERÍODO

Nome do componente:	Ciências Humanas II: Geografia (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	

Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: __/__; Total 60/4	
<p>EMENTA: O Ensino de Geografia e as múltiplas influências das correntes geográficas. Articulações entre o saber geográfico e o saber pedagógico. O conhecimento geográfico, as possibilidades de interrelação e expressão da realidade social, com enfoque na realidade local. Visão do ser humano inserido no tempo e no espaço geográfico. Interlocução da geografia com outras áreas de conhecimento científico. Práticas pedagógicas que envolvem conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes no ensinar e aprender Geografia.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de Geografia na escola. Papirus. Campinas 2012. _____. Temas da Geografia na Escola Básica. Papirus. 1º ed. Campinas. 2013. TONINI, I; GIORDANI, A; COSTELLA, R; GASTROGIOVANNI, A.C.; KAERCHER, N. Orgs. Aprender a ensinar Geografia: a vivencia como metodologia. Evangraf. Porto Alegre. 2014. _____. et al. Geografia e Livro didático, para tecer leituras de mundo. OIKOS. São Leopoldo. 2018. _____. et al. O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem. Sulina. Porto Alegre. 2017. DE ALMEIDA, Rosângela Doin. O espaço geográfico: ensino e representação. Editora Contexto, 1994. CASTELLAR, Sonia. Educação geográfica: teorias e práticas docentes. Editora Contexto, 2006. CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COUTO, Marcos Antônio Campos. Base Nacional Comum Curricular-BNCC Componente curricular: geografia Parecer Crítico. PANTELIADES, D. Base Nacional Comum Curricular: Tudo que você precisa saber sobre a BNCC. 2016. BRASIL. Base nacional Comum Curricular (BNCC). 2016. Brasil/MEC.</p>	

Nome do componente:	Ciências da Natureza II (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: __/__; Total 60/4		
<p>EMENTA: Conteúdos de Ciências da natureza: conceitos fundamentais e estruturas explicativas. Conteúdos de ensino -aprendizagem na BNCC: matéria e energia; vida e evolução; terra e universo. O ensino e aprendizagens de Ciências na perspectiva de Diretrizes Curriculares Nacionais, de propostas curriculares de sistemas de ensino estadual e municipal, de planos pedagógicos que estabelecem</p>		

políticas e orientações para as séries iniciais da Educação Fundamental; 4. Avaliação, elaboração e utilização de materiais didáticos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ciências da Natureza. Brasília : MEC/SEF, volume 4, 1997. 136p.

FERNANDES, J. A. B. A seleção de conteúdos: o professor e sua autonomia na construção do currículo. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

HARGREAVES, A. O ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança. Porto, Portugal: Porto Editora, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, volume 3, 1998.

CASTRO, A. D. & CARVALHO, A. M. P. (org.) Ensinar a Ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002 .

GIL-PÉREZ, D., Fernández, I., Alís, J. C., Cachapuz, A. & Praia, J., 2001. Por uma imagem não deformada do trabalho científico. Ciência & Educação, 7 (2), 125-153.

HOFFMANN, W. A. M. (Org.). Ciência, tecnologia e sociedade: desafios da construção do conhecimento. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 312 p.

MATTHEWS, M. História, filosofia e ensino de ciências: a tendência atual de reaproximação. Caderno Catarinense de Ensino de Física, v. 12, n. 3, p. 164-214, 1995.

Nome do componente:	Linguagens: Língua Portuguesa (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: __/__; Total 60/4		
<p>EMENTA: Concepções de linguagem e de língua – nas práticas sociais e no ensino de língua materna. Eixos básicos do ensino de língua portuguesa: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão cultural. Competências e habilidades necessárias ao professor para o planejamento e práticas de aula em língua materna. Objetivos, conteúdos, aspectos metodológicos e avaliação do ensino de língua portuguesa. Análise e produção de material didático.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. 2016. Disponível em: <<http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

BATISTA, A. A. **Aula de português**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GERALDI, João Wanderley. (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MAROTE, João Teodoro D'Olim; FERRO, Gláucia D'Olim Marote. **Didática da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 2000.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Tereza. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Nome do componente:	Matemática II (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: __/__; Total 60/4		
<p>EMENTA: Letramento matemático e educação crítica. Ensino de matemática e a importância das articulações de saberes intra e interdisciplinares. Enfoques teórico-metodológicos que orientam a ação docente em uma perspectiva de professor-pesquisador. Metodologias ativas no ensino de Matemática. Noções de espaços e formas, grandezas e medidas, números fracionários, probabilidade e estatística na perspectiva da futura prática profissional articulada às Tendências em Educação Matemática. elaboração e utilização de materiais didáticos. Investigação, prática e teorização em Educação Matemática na educação básica.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>D'AMBRÓSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática. Campinas: Papius, 2012.</p> <p>KNIJNIK, Gelsa. Educação Matemática e os problemas "da vida real". In: CHASSOT, A.; OLIVEIRA, R. J. (Org). Ciência, ética e cultura na educação. São Leopoldo: UNISINOS, 1998.</p> <p>SKOVSMOSE, O. Um convite à Educação Matemática Crítica. Campinas, SP: Papius, 2014.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BORBA, R.; GUIMARÃES, G. (Orgs.). Pesquisa e atividades para o aprendizado matemático na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2015. Disponível em: http://www.sbemrasil.org.br/ebook/ebook.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>FONSECA, Maria da Conceição F.R. et al. O ensino de Geometria na escola fundamental: três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais. 2 ed. Autêntica, 2002.</p>		

MACHADO, N. J. **Medindo cumprimentos**. São Paulo: Editora Scipione, 1988. (Coleção Vivendo a Matemática).

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Nome do componente:	Estágio supervisionado na Educação Infantil (EIXO 5)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: () Disciplina () TCC (X) Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/ 3; Prática: 150/10; Total 195/13		
<p>EMENTA: Concepções de Estágio, o Estágio como pesquisa, relação teoria e prática. Estudo, análise e problematização do campo de atuação profissional. Elaboração de plano de trabalho para intervenção nas práticas pedagógicas de Educação Infantil.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANGOTTI, Maristela. Educação Infantil – para quê, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil. Brasília: MEC. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FORMOSINHO, Júlia Oliveira. FORMOSINHO, João. A Formação como Pedagogia da Relação. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 27, n. 51, p. 19-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/4963>. Acesso em 23 de julho de 2018.</p> <p>GUIMARÃES, Daniela. Técnicas corporais, cuidando de si e cuidando do outro nas rotinas com bebês. In: ROCHA, Eloisa A. C, KRAMER, Sônia (org.). Educação infantil: enfoques e diálogos. Campinas, SP: Papirus, 2011.</p> <p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: mediação, 2009.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em 20 de Janeiro de 2018.</p>		

UERN. RESOLUÇÃO Nº 06/2015 – CONSEPE: Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. UERN, 2015. Disponível em: <http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_06_2015_consepe_correta_regulamenta_o_esta%C2%A1gio_obrigata%C2%B3rio_currilcar_do_cursos_de_licenciatura_na_uern.pdf>. Acesso em 20 de março de 2017.

7º PERÍODO

Nome do componente:	Projeto Político Pedagógico e seu Planejamento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EIXO 3)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45/3; Prática: 15/1; Total 60/4		
<p>EMENTA:</p> <p>Projeto Político-Pedagógico: discussão teórica e necessidade coletiva da escola. Escola, infância e a construção coletiva do projeto pedagógico. Projeto Político-Pedagógico para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, avaliação institucional e Propostas Curriculares. Atuação docente e metodologias de trabalho.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: Como Construir o Projeto Político Pedagógico da Escola; São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>PARO. Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo, Editora Àtica, 2010.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho? Como organizar o Colegiado escolar Instituto Paulo Freire; São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>GADOTTI, Moacir; Romão, José E. (orgs.). Autonomia da escola da escola: princípios e propostas; São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>NÓVOA, Antonio (org.). As organizações escolares em análise; Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1992.</p> <p>SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILLE, Eveline (orgs). Conselhos participativos e escola; Rio de Janeiro: DP&A, 2010.</p> <p>VIEIRA, Sofia Lerche. Política e gestão da escola; Porto Alegre: Líber Livro, 2010.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2006.</p>		

Nome do componente:	Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EIXO 5)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: () Disciplina () TCC (X) Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/ 3; Prática: 165/11; Total: 210/14		
<p>EMENTA: Organização e ação didática a partir do diagnóstico dos processos educativos escolares nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O Projeto Pedagógico, o planejamento e a ação docente como elementos indissociáveis da prática pedagógica escolar. Materiais didático-pedagógicos e diferentes metodologias no ensino-aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. A avaliação mediadora no processo ensino-aprendizagem.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALMEIDA, A.M.B.de. [et al.]. Dialogando com a escola: Reflexões do estágio e da ação docente nos cursos de formação de professores. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.</p> <p>LIMA, Maria Socorro Lucena. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FERREIRA, Helena Perpétua de Aguiar. SOUZA, Míria Helen Ferreira de. (Org.). Entre saberes e fazeres: polifonias do estágio em pedagogia. Curitiba: CRV, 2018.</p> <p>MULLER, Maria Candida. Estágio e Pesquisa: caminhos para a formação inicial do professor pesquisador. Revista de Ciências Gerenciais. v. 20, n. 31 (2016) ISSN: 1415-6571. e-ISSN: 2178-6909. pp. 101-109.</p> <p>NUNES, I. B.; RAMALHO, B. L. A pesquisa como recurso da formação e da construção de uma nova identidade docente: notas para uma discussão inicial. Eccos Revista Científica, v. 7, p. 87-111, jan/jun. 2005.</p> <p>TARDIF, M; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico, 7ª ed. São Paulo: Libertad, 2000.</p> <p>ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>		

Nome do componente:	Trabalho de Conclusão de Curso I (EIXO 5)	Classificação: obrigatória
----------------------------	--	-----------------------------------

Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: () Disciplina (X) TCC () Estágio () Internato () UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática	
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/ 1; Total 75/5	
<p>EMENTA: Definição do enfoque do TCC (artigo ou memorial), planejamento e análise dos registros produzidos no Webfólio. Partes constitutivas de um artigo e de memorial. Elaboração do Projeto do TCC. Apresentação final do projeto nos polos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. Sao Paulo: Atlas, 2002. 175 p</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1991.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 22^a edição, São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade . Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, julho, 2011. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 27 de julho de 2011.</p> <p>AZEVEDO, Israel Belo de. O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos . Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 1998.</p> <p>BIANCHELLI, L.; MEKSENAS, P. A trama do conhecimento : teoria, método e escrita em ciência e pesquisa . Campinas: Papius, 2008</p> <p>GONSALVES, E. P. Conversas sobre iniciação a pesquisa científica . São Paulo: Alínea, 2007.</p> <p>LUDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa . Educação & Sociedade , ano XXII, nº 74, Abril/2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 27 de julho de 2011.</p>	

8º PERÍODO

Nome do componente:	Trabalho de Conclusão de Curso II (EIXO 5)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: () Disciplina (X) TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 120/8; Prática: __/ __; Total: 120/08		
<p>EMENTA: Construção final do TCC . Artigo com relatos de experiências formativas como produção de sentidos ou Artigos sobre discussões de resultados de intervenções, de ideias, métodos, técnicas, e processos produzidos a partir de pesquisas realizadas ao longo da formação.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. A construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. .

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 1993.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 22^a edição, São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação : buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, julho, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEVEDO, Israel Belo de. O prazer da produção científica : diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 1998.

BIANCHELLI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo. A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas: Papirus, 2008

LUDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001.

Nome do componente:	Relações étnico-raciais em contextos educacionais (EIXO 3)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60/horas; Prática: 15/horas; Total: 75/horas		
<p>EMENTA: Educação para as relações étnico-raciais como dimensão indispensável à Didática. Conceitos de raça e etnia, povos, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena, matrizes religiosas. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.); Petronilha Beatriz Goncalves e Silva (Org.); Valter Roberto Silverio (Org.). De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil . São Carlos: EdUFSCar, 2003. 345 p.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/BB 14/1999 Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas . Brasília, 1999. (www.mec.gov.br/cne)</p>		

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília, 2004. www.mec.gov.br/cne.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMOWICZ, Anete. A pluralidade de ser judeu. In: GOMES, Nilma L. & SILVA, Petronilha B. G. E. Experiências étnico raciais para formação de professores . 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006. p. 35-49.

ANDREWS, George Reid. Negros e brancos em SP (1888-1988). Tradução:Magda Lopes. São Paulo: EDUSC, 1998.

CHNAIDERMAN, Miriam. Minorias, discriminação étnica, preconceito, miséria...da tragédia cotidiana a uma ética da alteridade. In ABRAMOVVICZ, A. SILVÉRIO, V.R. (orgs) Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola, Campinas , Papyrus, 2005.

DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Editora Unesp, 2006. GOMES, Nilma L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In SILVA, P.B.B.;

GUIMARÃES, Antonio S. Classes, raças e democracia . São Paulo: Editora 34, 2002.

Nome do componente:	Corpo, Movimento e Ludicidade (EIXO 4)	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45/3; Prática: 15/1; Total: 60/4		
EMENTA: O homem visto como ser biopsicossocial. A corporeidade como experiência. Estudo das diferentes concepções alternativas metodológicas dos jogos e brincadeiras. Atividades práticas que possibilitem vivenciar o corpo em todos os seus movimentos ou dimensões.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987.		
DANTAS, Estélio H. M. Pensando o corpo e o movimento. Rio de Janeiro: Shape, 2005.		
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 13ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
NISTA-PICCOLO, Vilma L; MOREIRA, Wagner W. Corpo em movimento na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2012.		
BARROS, Anna e SANTAELLA, Lucia (orgs). Mídias e Artes – os desafios da arte no início do século XXI. São Paulo: Unimarco, 2002		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

BARBOSA, Ana Amália T. Bastos. Além do corpo: uma experiência em Arte/educação. São Paulo: Cortez, 2015.

BOAL, Augusto. Stop: c'est magique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 3ª Versão; Brasília, DF, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMARGO, Luiz (Org) Arte-Educação, da Pré-Escola à Universidade. SP: Studio Nobel, 1994.

MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

13.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Nome do componente:	Educação ambiental nas práticas pedagógicas	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 60 / 4		
<p>EMENTA: A Educação Ambiental nos currículos escolares. Resolução de problemas a partir de temas geradores: dimensões e desafios. Atividades pedagógicas para a educação ambiental na Educação Infantil e Anos iniciais. Experiências de projetos de EA em espaços escolares e não escolares; diagnósticos de problemáticas socioambientais e elaboração de projetos para proposições de intervenções em problemas concretos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 65-71.</p> <p>LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PENTEADO, H. D. Meio Ambiente e formação de professores. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da nossa época; v. 38).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BERNA, Vilmar. Como fazer Educação Ambiental. São Paulo: Paulus, 2001</p> <p>BRANCO, Sandra. Meio Ambiente e Educação Ambiental na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2007</p>		

CABRAL NETO, A.; MACEDO FILHO, F. D. de; BATISTA, M. do S. da S. Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. Brasília: Liber Livro, 2010.

CARVALHO, I. (Org.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. Ecopercepção – Um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004

DOURADO, J.; BELIZÁRIO, F. (Org.). Reflexão e Práticas em educação ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2012

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008

REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SATO, Michèle. Educação Ambiental. São Carlos: RIMA, 2003

Nome do componente:	Educação especial e inclusão	Classificação: Optativa
Código: a criar	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 60 / 4		
<p>EMENTA: A trajetória histórica da Educação Especial e Inclusiva no Brasil. Política, legislação, conceitos e abordagens sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Estudo do público-alvo da Educação Especial: deficiências, Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) e altas habilidades/superdotação. Dificuldades de aprendizagem e demais necessidades específicas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). O papel do professor e dos profissionais especializados no processo de inclusão. Práticas pedagógicas inclusivas para a garantia do direito de todos à Educação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.</p> <p>_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva/Ministério da Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.</p> <p>GLAT, Rosana. PLETSCHE, Marcia Denise (Org.) Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. 1. ed. Rio de Janeiro: EUERJ, 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA): DSM-V-TR. Associação Americana de Psiquiatria. DSM-V-TR- Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 2013.</p> <p>BATTISTUZZO, Ligia Helena Caldana. A Experiência de Aprendizagem Mediada de Reuven Feuerstein: A Modificabilidade em Alunos de Cursos Profissionalizantes. Quaestio: revista de</p>		

estudos em educação, [S.l.], v. 11, n. 1, p. p. 187-190, ago. 2010. ISSN 2177-5796. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/93>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BEZ, Maria Rosângela. Comunicação Aumentativa e Alternativa para sujeitos com transtornos globais do desenvolvimento na promoção da expressão e intencionalidade por meio de ações mediadoras. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, 2010.

GALVÃO FILHO, T. A.; MIRANDA, T. G. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In: GALVÃO FILHO, T. A. (Org.); MIRANDA, T. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia -

EDUFBA, 2012, p. 247-266. ISBN: 9788523210144. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/salas_de_recursos.pdf. Acesso em: 30 set. 2016.

NUNES, Leila Regina d' Oliveira de Paula et al (Org.). Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

Nome do componente:	Relações de gênero e sexualidade na educação	Classificação: Optativa
Código: a criar	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 60 / 4		
<p>EMENTA: Concepções de sexualidade e de gênero e a formação humana. As propostas governamentais para a educação sexual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Tema Transversal Orientação Sexual. Propostas pedagógicas para uma educação não sexista. Sexualidade e relações de gênero no cotidiano escolar: discursos, práticas e formação do educador.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AQUINO, J. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.</p> <p>CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.</p> <p>CATANI, D. B. et al (Org.). Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 2000.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>COELHO, W. B. A cor ausente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.</p> <p>EGYPTO, A. C. (Org.). Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 2002.</p>		

GOLDBERG, M. A. A. Educação sexual: uma proposta, um desafio. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
GUIMARÃES, I. Educação sexual na escola: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. (Coleção Dimensões da sexualidade).

Nome do componente:	Educação Popular: Perspectivas Freirianas	Classificação: Optativa
Código: a criar	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: 60 / 4		
<p>EMENTA: O estudo dos Fundamentos da Educação Popular: relações com a história e a filosofia. Conceitos de Educação Popular. A Educação Popular e a Escola Pública: possibilidades da escola cidadã com Freire e Gadotti. As relações entre educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia. Paulo Freire, a construção de uma metodologia dialógica e a formação de professores. Relação entre as teorias da educação com as práticas educativas populares desenvolvidas na região.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA COSTA, M. V. (Org.). Educação Popular Hoje. São Paulo. Edições Loyola. 1999. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3º Ed. 1994. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 20. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOUFLEUER, J. P. Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2001. GADOTTI, M. Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar. Petrópolis: Vozes, 1990. GADOTTI, M.; TORRES, C. (Org.). Educação Popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994. GARCIA, R., L.; VALLA, V. A fala dos Excluídos. São Paulo: Papyrus editora, 1996. PAIVA, V. (Org). Perspectivas e dilemas de educação popular. Rio de Janeiro, Graal. 1984. SANTOS, J. M. C. T. Paulo Freire: Teorias e práticas em educação popular. Escola pública, humanização, inclusão. Fortaleza, Edições UFC, 2011.</p>		

13.3 EMENTÁRIO DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (UCes)

2º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE I	Classificação: obrigatória
Código: a criar	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: EDUCAÇÃO	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	

Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h; Prática:105; Total: 08/120
EMENTA: A ser indicada no Projeto de Extensão
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A ser elaborada de acordo com o Projeto de Extensão
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A depender do Projeto de Extensão.

3º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE II	Classificação: obrigatória
Código: a criar		Avaliado por: () Nota (x) Conceito
Departamento de origem: EDUCAÇÃO		Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h; Prática:105; Total: 08/120 07/105		
EMENTA: A ser indicada no Projeto de Extensão		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A ser elaborada de acordo com o Projeto de Extensão		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A depender do Projeto de Extensão.		

4º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE II	Classificação: obrigatória
Código: a criar		Avaliado por: () Nota (x) Conceito
Departamento de origem: EDUCAÇÃO		Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h; Prática:90; Total: 07/105		
EMENTA: A ser indicada no Projeto de Extensão		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A ser elaborada de acordo com o Projeto de Extensão		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A depender do Projeto de Extensão.		

14 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino/aprendizagem ocorrerá por meio do Ambiente Virtual de ensino/aprendizagem (AVA) e suas interfaces interativas, abrangendo o potencial comunicativo e hipermediático para o desenvolvimento de diferentes atividades e propostas no contexto da EaD. O AVA deverá ser configurado conforme as intencionalidades pedagógicas propostas neste projeto tornando-se uma sala virtual interativa e construída com a contribuição de todas(os).

Pautando-se no princípio de uma avaliação mediadora (HOFFMAN, 2004), que valoriza todo processo de ensino/aprendizagem, no âmbito da EaD a participação ativa, a autonomia dos alunos e a construção do conhecimento, “tem-se a oportunidade de estimular, observar e registrar, as formas de comunicação com as quais o aluno obteve maior êxito, bem como detectar aquelas em que apresentou maior dificuldade. Os registros dessa trajetória não têm por finalidade apenas diagnosticar a situação e sim, a partir deles, reestruturar o planejamento, direcionando o trabalho pedagógico para a promoção de tarefas que possam incentivar o aluno a desenvolver estratégias pessoais de superação da dificuldade apresentada” (BARREIRO-PINTO, SILVA, 2008, p. 34).

Neste sentido, a partir do desenho didático proposto no AVA e de atividades presenciais nos polos de apoio em cada período letivo, destaca-se duas sistemáticas principais para o desenvolvimento das atividades avaliativas necessárias aos cursos de graduação:

- Online, por meio AVA MOODLE e suas interfaces e recursos digitais durante cada período letivo. As atividades avaliativas online são desenvolvidas de acordo com o calendário letivo e desenhos didáticos das disciplinas elaborados pelos docentes de cada período.
- Presencial, nos polos de apoio em que os alunos estão vinculados no ato da matrícula.

As atividades avaliativas presenciais serão elaboradas pelo professor e aplicadas pelo tutor presencial. Sendo possível ao professor formador e tutor a distância também realizarem as avaliações nos polos, desde que definido

antecipadamente com a coordenação do Curso e DeaD/UERN para encaminhamentos necessários.

Este deverá considerar que cada disciplina com carga horária igual ou superior a 60 horas/04 créditos, assim como as de 45 horas/03 créditos, terão três avaliações, uma delas, obrigatoriamente, presencial. Cada disciplina de 30 horas/02 créditos terá duas avaliações, sendo uma delas, obrigatoriamente, presencial.

Assim a definição dos tipos de avaliação e dos seus respectivos critérios serão discriminados nos planos de ensino de cada disciplina, respeitando as normas da UERN para cursos de graduação, em conformidade com os critérios aprovados pelo colegiado do curso, e no que dispõe o Decreto 9057/2017.

Desse modo, a avaliação escrita sobre os conteúdos específicos das disciplinas é também um importante momento do diagnóstico do aprendizado do aluno. As avaliações escritas podem constar de questões discursivas e objetivas. Todas as avaliações serão elaboradas e corrigidas pelo docente da disciplina com o apoio dos tutores.

A frequência e participação ativa do aluno em atividades presenciais e online no AVA Moodle, durante o período letivo, é imprescindível para que o processo de avaliação ocorra de forma mediada e para que seja efetivado o acompanhamento do discente pelos tutores e professores. Assim, a média final na disciplina deve refletir o desempenho global do aluno ao término do período letivo. O professor de cada disciplina deve detalhar o processo avaliativo aos seus alunos através do mapa de atividades disponível no AVA.

O professor deverá divulgar a nota obtida na avaliação até no máximo dez dias úteis após a avaliação, sendo garantido ao aluno o acesso à sua prova, podendo solicitar cópia dela à coordenação do curso. Caso o aluno venha a discordar da nota recebida em qualquer das avaliações, poderá solicitar revisão do resultado à Coordenação do Curso, conforme determina o Regimento Geral da UERN.

Recuperação

O aluno que não alcançar rendimento mínimo no final de cada período poderá realizar um exame final. Para isto, ele deverá ter média igual ou superior a 4,0 (quatro). O exame final deverá ser realizado no 5º (quinto) dia útil, a contar da data de

publicação do resultado parcial. A nota mínima de aprovação, no exame final, é 6,0 (seis).

14 EQUIPES DISPONÍVEIS E NECESSÁRIAS

14.1 EQUIPES DISPONÍVEIS

Para o desenvolvimento do curso de Pedagogia na modalidade a distância estão disponíveis os seguintes profissionais:

- a) professores formadores (docentes de disciplinas);
- b) coordenador do curso;
- c) tutores presenciais;
- d) tutores a distância;
- e) auxiliar administrativo (monitor de secretaria);
- f) coordenador(a) da tutoria;
- g) coordenador pedagógico;
- h) gerente do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA);
- i) coordenador do polo;
- j) Núcleo Docente Estruturante.

A seguir, estão descritas as responsabilidades de cada um desses profissionais, assim como de outros que atuarão no curso.

PROFESSORES FORMADORES (DOCENTES)

Os professores formadores que atuarão no curso de Pedagogia EaD serão selecionados por meio de editais, baseados na Portaria da CAPES nº 102 de 10 de maio de 2019. Os editais serão elaborados por comissão formada por professores do Departamento de Educação – DE e aprovado em plenária departamental. Após aprovação os editais serão encaminhados à Diretoria de Educação a distância para realização do processo seletivo. Poderão participar do processo seletivo professores efetivos da UERN, e, em caso de não preenchimento das vagas por professores efetivos, será aberto para a comunidade externa. A validade dos editais

serão de até 04 (quatro) anos. As atribuições dos professores formadores são as seguintes:

São atribuições do Professor Formador:

I. Planejar, de acordo com o PGCC, as ações de formação, viabilizando metodologias que atendam às necessidades formativas dos discentes;

II. Orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos Tutores;

III. Acompanhar e executar ações formativas em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

IV. Avaliar junto com a Coordenação do Curso o processo de formação dos discentes no decorrer do período letivo;

V. Adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, bem como conduzir análises e estudos sobre o desempenho dos discentes nos componentes curriculares;

VI. Desenvolver, em colaboração com os demais agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sistemas e metodologias de avaliação de alunos, mediante uso dos recursos previstos nos PGCCs;

VII. Participar de atividades formativas que visem o desenvolvimento de metodologias e de materiais didáticos para a modalidade a distância;

VIII. Produzir relatórios de acompanhamento das respectivas atividades, sempre que solicitado pela Coordenação de Curso;

IX. Organizar atividades e encontros com os Professores Tutores para acompanhamento e avaliação do curso;

X. Encaminhar ao Coordenador de Curso informações pertinentes a participação e o desempenho dos discentes nas atividades acadêmicas

A seguir disponibilizamos o quadro de professores efetivos da Faculdade de Educação / FE que se configuram como potenciais professores que poderão atuar no curso de Pedagogia EaD.

Quadro 8: Relação dos docentes efetivos da Faculdade de Educação da UERN

Prof. Dr. Alessandro Teixeira Nóbrega
Prof. Me. Alex Carlos Gadelha
Prof. Me. Alexsandro Donato Carvalho

Prof. Dr. Allan Solano Souza
Prof ^a . Dr ^a . Ana Lúcia Oliveira Aguiar
Prof ^a . Dr ^a . Antônia Batista Marques
Prof ^a . Dr ^a . Antônia Maíra Emelly Cabral da Silva Vieira
Prof ^a . Dr ^a . Arilene Maria Soares de Medeiros
Prof ^a . Dr ^a . Brígida Lima Batista Félix
Prof ^a . Ma. Celiane Oliveira dos Santos
Prof ^a . Ma. Eliana da Silva Filgueira
Prof ^a . Dr ^a . Emanuela Carla Medeiros de Queiros
Prof ^a . Dr ^a . Emanuela Rútila Monteiro Chaves
Prof. Dr. Erick Vinicius Santos Gomes
Prof ^a . Ma. Eugênia Morais de Albuquerque
Prof ^a . Dr ^a . Flávia Spinelli Braga
Prof ^a . Dr ^a . Francisca Maria Gomes Cabral Soares
Prof. Dr. Gilson Ricardo de Medeiros Pereira
Prof ^a . Dr ^a . Giovana Carla Cardoso Amorim
Prof. Dr. Gutemberg de Castro Praxedes
Prof ^a . Ma. Helena Perpetua de Aguiar Ferreira
Prof. Dr. Hélio Júnior Rocha de Lima
Prof ^a . Dr ^a . Iasmin da Costa Marinho
Prof. Dr. Jean Mac Cole Tavares Santos
Prof. Me. José Evangelista de Lima
Prof. Me. Josenildo Oliveira de Morais
Prof. Dr. Júlio Ribeiro Soares
Prof ^a . Dr ^a . Luzia Ferreira Pereira Enéas
Prof. Dr. Magnus Kelly Moura da Cunha
Prof. Me. Manoel Fábio Rodrigues
Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Morais
Prof ^a . Dr ^a . Márcia Betânia de Oliveira
Prof ^a . Dr ^a . Maria Carmem Silva Batista
Prof ^a . Ma. Maria Cleonice Soares
Prof ^a . Dr ^a . Maria da Conceição Lima de Andrade
Prof ^a . Dr ^a . Maria do Socorro Barreto
Prof ^a . Dr ^a . Maria Edgleuma de Andrade
Prof ^a . Dr ^a . Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro

Prof ^a . Dr ^a . Meyre-Ester Barbosa de Oliveira
Prof ^a . Ma. Míria Helen Ferreira de Souza
Prof ^a . Dr ^a . Normândia de Farias Mesquita Medeiros
Prof ^a . Dr ^a . Regina Santos Young
Prof ^a . Ma. Samira Fontes Carneiro
Prof. Dr. Sandro Soares de Souza
Prof ^a . Ma. Sirleyde Dias de Almeida
Prof ^a . Ma. Valmária Lemos da Costa Santos
Prof. Dr. Zacarias Marinho

COORDENADOR DO CURSO

- I. Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- II. Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na IES;
- III. Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância, e do sistema de avaliação do aluno;
- IV. Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e formação dos profissionais envolvidos no curso;
- V. Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, a avaliação da aprendizagem do aluno;
- VI. Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- VII. Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, quando necessário;
- VIII. Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- IX. Verificar “in loco” o bom andamento do curso;
- X. Acompanhar e supervisionar as atividades dos professores formadores, conteudistas, revisores e tutores.

TUTORES

Neste curso, atuam o tutor presencial e tutor a distância. O tutor presencial é aquele que atua no polo regional, mantendo contato com os alunos pelos meios de comunicação e também diretamente, ao realizar encontros presenciais obrigatórios

com seu grupo ou ao atender solicitações individuais de alunos que se desloquem até o polo à procura de orientação para seus estudos. Esses tutores devem ser licenciados em Pedagogia. O tutor a distância atua diretamente no Ambiente Virtual de Ensino/aprendizagem, juntamente com o professor formador da disciplina, no acompanhamento dos alunos e mediação das atividades/conteúdos da disciplina.

Todos os tutores deverão participar de um programa de formação para atuar como tutores em cursos a distância, especialmente desenvolvido para esse fim. A seleção de tutores presenciais e a distância se dará por meio de processo seletivo, regido por edital, conforme Portaria da CAPES nº 102 de 10 de maio de 2019. Os processos seletivos deverão ser realizados pela Diretoria de Educação a Distância, acompanhados pela coordenação do curso, e abertos à participação da comunidade em geral, atendidos os requisitos previstos nos respectivos editais.

Dentro das atribuições comuns aos dois tipos de tutores destacam-se as seguintes:

- I. Mediar a comunicação de conteúdos entre o Professor Formador e os discentes;
- II. Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- III. Apoiar o Professor Formador da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- IV. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- V. Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- VI. Participar das atividades de capacitação e atualização;
- VII. Elaborar relatórios bimestrais de acompanhamento dos alunos e encaminhar ao Professor Formador;
- VIII. Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do Professor Formador;
- IX. Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) e responder às solicitações dos discentes no prazo máximo de 24 horas;
- X. Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na realização de avaliações e de atividades práticas.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (MONITOR DE SECRETARIA)

Sua função é de auxiliar administrativo, com as atividades de:

- a) Direcionar o atendimento telefônico;
- b) Esclarecer dúvidas administrativas e, se necessário, encaminhá-las para a secretaria do curso;
- c) Registrar dados dos atendimentos administrativos;
- d) Realizar atividades de cadastramento, arquivamento, recebimento e encaminhamento de correspondências;
- e) Orientar os alunos na utilização dos equipamentos computacionais e no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

COORDENADOR (A) DA TUTORIA

A escolha do coordenador de tutoria será feita por meio de processo seletivo, regido por edital, realizado pelo colegiado do Departamento de Educação e Diretoria de Educação a Distância, conforme Portaria da CAPES nº 102 de 10 de maio de 2019.

As atribuições desse coordenador são:

- a) Participar do processo de seleção dos tutores;
- b) Distribuir os tutores entre as disciplinas, com o auxílio dos professores;
- c) Coordenar o trabalho das equipes de tutores presenciais e a distância;
- d) Visitar os polos regionais para acompanhar o trabalho do tutor presencial;
- e) Participar de reuniões convocadas pela coordenação do curso;
- f) Propor cursos de capacitação para os tutores;
- g) Realizar reuniões com o grupo de tutores do curso, sempre que julgar necessário;
- h) Acompanhar o desempenho qualitativo e quantitativo dos tutores.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

A coordenação pedagógica orienta as ações relativas à modalidade a distância, dentre elas a produção dos materiais e o planejamento das atividades desenvolvidas a distância, atendendo às solicitações da coordenação geral do curso.

A coordenação pedagógica será responsável pelos processos de gestão inerentes à modalidade a distância nos aspectos pedagógicos, de planejamento geral

do curso, de análise, aprovação e produção dos materiais didáticos. Dentre as atividades, destacam-se:

- a) Criar a arquitetura pedagógica do curso dentro da modalidade a distância;
- b) Implementar a proposta pedagógica nos materiais didáticos;
- c) Coordenar a produção dos materiais didáticos (impressos e on-line);
- d) Identificar problemas relativos à modalidade EAD, a partir das observações e das críticas recebidas dos professores, alunos e tutores e buscar encaminhamentos de solução junto ao coordenador do curso;
- e) Organizar e executar o processo de pesquisa e avaliação do curso;
- f) Realizar estudos sobre a educação a distância;
- g) Participar do programa de formação das equipes de trabalho (professores, alunos, tutores, técnicos) para atuarem na modalidade a distância.

GERENTE DO AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM (AVEA)

Responsável por coordenar a equipe que irá customizar a plataforma escolhida adaptando-a às necessidades pedagógicas e gráficas do curso. Essa coordenação tem como atribuições:

- a) Formar as equipes e os alunos para o uso do ambiente virtual de aprendizagem;
- b) Fornecer senhas de acesso aos professores, alunos, tutores, coordenação acadêmica, coordenação pedagógica, coordenação de tutoria, coordenação de polos e secretaria do curso;
- c) Disponibilizar os materiais no ambiente virtual de aprendizagem;
- d) Prestar o suporte técnico para as webconferências.

COORDENADOR DO POLO

Essa função será exercida por professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior, responsável pela coordenação do polo de apoio presencial.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Com a finalidade de acompanhar a execução do PPC e de acordo com a legislação vigente a Faculdade de Educação compôs o Núcleo Docente Estruturante – NDE de acordo com a Resolução Nº 59/2013 – CONSEPE/UERN, com o objetivo de acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso.

A função do NDE não se confunde com atividades de ordem burocrática, embora esse aspecto permeie todas as ações propostas. Além das atribuições definidas na Resolução 59/2013, na Faculdade de Educação, incumbe-se também de:

- Mobilizar todos os integrantes da Faculdade de Educação para a necessária apreensão e efetivação desta proposta pedagógica;
- Propor parceria de trabalho entre a FE e campos de Estágio;
- Provocar vínculos de pesquisas entre a prática formativa, o Curso de pós-graduação lato sensu e os Grupos de Pesquisa da FE;
- Divulgar resultados avaliativos e experienciais da implementação curricular;
- propor o aperfeiçoamento da proposta curricular, à medida que possíveis deficiências forem surgindo.

Neste sentido, o NDE, formado por professores do curso, com perfil acadêmico para desenvolver tais atividades e mobilizar ações como as que seguem:

Quadro 9: Ações desenvolvidas pelo NDE

Ações desenvolvidas pelo NDE AÇÕES	OBJETIVOS
Coordenar o processo de planejamento pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar conjuntamente com os professores, as seguintes atividades: PPP, Atividades Acadêmicas Introdutórias e Seminários de Estudos sobre o Ensinar e o Aprender; - Promover seminários para discutir experiências metodológicas, avaliativas, de pesquisas, dentre outras; - Realizar e socializar avaliação da proposta curricular nos períodos letivos do curso.
Coordenar os Estágios Supervisionados: obrigatórios e não obrigatórios.	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir sistematicamente com o corpo docente questões relativas ao Estágio Supervisionado; - Mapear campo de estágio em espaços escolares; -Diagnosticar necessidade e possibilidades de parceria pedagógica com as escolas.

Orientar o Corpo Discente do curso.	-Divulgar, acompanhar e validar as atividades integradoras; - Acompanhar o processo de matrícula; -Caracterizar o perfil evolutivo de cada turma.
Articular parceria entre FE, UERN e Campo de Atuação Pedagógica.	-Mapear campo de estágio em espaços não escolares; -Intercambiar a construção de Ações de Integração Formativa para o Pedagogo.

Para tanto, se faz necessário que o Departamento de Educação reserve a cada membro do NDE carga horária, conforme normas institucionais, de modo a viabilizar a real efetivação das atividades, bem como espaço físico exclusivo e adequado aos trabalhos, com o respectivo aparato burocrático que exige um serviço de secretaria.

É importante lembrar que todas as ações do NDE são aprovadas em plenária departamental e do CONSAD da Faculdade de Educação por ocasião do planejamento semestral e nas diversas atividades desenvolvidas ao longo dos semestres letivos.

14.2 EQUIPES NECESSÁRIAS

Os professores e tutores que atuarão no Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD serão selecionados por edital para vinculação ao curso como bolsistas pelo programa UAB/CAPES. Mesmo que haja desistência ou fim de vigência do edital, um novo processo seletivo é realizado. As atividades de ensino, pesquisa e extensão na EaD não contabilizam horas de trabalho para o PIT dos professores efetivos.

A diretoria de Educação a distância - DeaD/UERN por meio de suas equipes especializadas vem atuando no suporte técnico e pedagógico para que os cursos EaD sejam implementados no âmbito da universidade. Os cursos de graduação existentes e os que irão iniciar já contam com equipe de profissionais e bolsistas UAB/CAPES.

14.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

Conforme citado anteriormente, os professores que compõem o quadro do Curso de Pedagogia EaD são selecionados por meio de editais regidos pela UAB/CAPES. Diante disso, os professores atuam como bolsistas, não havendo, por isso, uma política de afastamento desses docentes para a realização de cursos de

pós-graduação. A titulação mínima de mestre é exigida durante o processo seletivo. No caso de um professor que também atue nos cursos presenciais ser afastado para a capacitação, este deverá abdicar da bolsa UAB/CAPES, não podendo atuar no Curso de Pedagogia EaD durante o período de afastamento.

A política de capacitação dos docentes e tutores do curso se dá, desse modo, no âmbito da formação para o trabalho com a educação a distância por meio de cursos ofertados pela Diretoria de Educação a Distância (DEAD). Os cursos são ofertados periodicamente por meio da plataforma Moodle, dentre os quais destacamos a Formação para Docência Virtual e os cursos de produção, edição e gravação de videoaulas e A tutoria na Educação Online: da formação à atuação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN, aprovado pela Resolução nº 34/2016 – CONSUNI –, coloca como uma de suas diretrizes para a educação a distância a “Garantia, assessoramento e/ou promoção de estratégias de EaD (graduação, pós-graduação e/ou extensão)”, estabelecendo as seguintes metas: A) Assessorar os departamentos acadêmicos no desenvolvimento de estratégias em EaD; B) Assessorar os departamentos acadêmicos na execução de estratégias em EaD; C) Zelar pela continuidade e ampliação das ofertas em EaD. Considerando tais objetivos, a DEAD tem ampliado o número de capacitações para professores e tutores, buscando a ampliação e o aprimoramento da educação a distância no âmbito da UERN.

Quanto à política para capacitação do corpo técnico-administrativo, aplica-se o que prevê a Resolução nº 27/2017 – CONSEPE/UERN –, que prevê, dentre outros pontos, os objetivos e modalidades da capacitação do pessoal técnico-administrativo:

São objetivos da capacitação, em nível de pós-graduação, do servidor técnico-administrativo:

Os níveis e modalidades da capacitação do pessoal técnico-administrativo serão os seguintes: Estágio pós-doutoral, Curso de doutorado, Curso de mestrado (acadêmico e profissional), Curso de especialização e Treinamento.

Diante disso, temos trabalhado junto à unidade acadêmica no planejamento e execução do Plano de Capacitação do Pessoal Técnico-administrativo, visando sempre à qualificação desses profissionais e um melhor atendimento à comunidade.

15 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

Nos polos presenciais de apoio aos cursos EaD da UERN, contamos com uma infraestrutura básica que atente às necessidades dos nossos estudantes. Em cada polo, os alunos têm acesso à midiateca, computadores conectados à rede eletrônica, equipamentos para a realização de webconferências e salas de estudo, assim como suporte técnico e administrativo. Também nos polos, os alunos desenvolvem as atividades didáticas obrigatórias, a orientação junto à tutoria e conseguem obter material bibliográfico para seus estudos.

O funcionamento do polo é organizado levando em conta que os alunos do curso são trabalhadores. Nesse sentido, são priorizados horários compatíveis com a necessidade da clientela, o que implica o atendimento nos finais de semana e em períodos noturnos.

No tocante ao aspecto da acessibilidade, os polos oferecem condições razoáveis, porém, passíveis de aperfeiçoamento, o que está sendo monitorado pela UERN, no sentido de sanar qualquer deficiência.

A organização dos espaços definidos para os polos está em conformidade com as normas da UAB, conforme segue: uma sala para secretaria acadêmica, uma sala da coordenação do polo, uma sala para tutores presenciais, uma sala de professores e reuniões, uma sala de aula presencial típica, um laboratório de informática, uma sala de webconferência, uma biblioteca.

As atividades administrativas serão desenvolvidas no Campus Central na Faculdade de Educação, em que funcionará a Coordenação do Curso.

INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Polo de apoio presencial - Os cursos necessitam de uma infraestrutura básica física de apoio que é disponibilizada nos polos de presenciais que conta com laboratório de informática, biblioteca local e salas para aulas e avaliações sistemáticas. Os polos são localizados nos municípios sendo gerido pelo convênio com as prefeituras. Os coordenadores de polos são responsáveis pela organização da infraestrutura dos polos.

Infraestrutura pedagógica e tecnológica - A infraestrutura tecnológica necessária é gerenciada pela DeaD que disponibiliza o Ambiente Virtual Moodle DeaD/UERN. Também, um suporte técnico de apoio aos alunos, tutores, professores, coordenadores.

Coordenação do Curso – A sede do curso será a Faculdade de Educação para atendimento às demandas pedagógico e administrativas desenvolvidas por meio dos sistemas acadêmicos e ambiente virtual moodle para atendimento aos alunos, professores e tutores.

16 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

16.1 POLÍTICA DE GESTÃO

Em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERN a Faculdade de Educação faz uma gestão colegiada do curso de Pedagogia por meio de ações deliberativas e formativas em plenárias departamentais e Conselho Administrativo (CONSAD), também gere uma Pós Lato Sensu coordenada por um grupo de pesquisa e um Programa *Strictu Sensu*, mestrado em educação (POSEDUC) por meio de um colegiado instituído por professores e técnicos da Faculdade de Educação que atua no referido programa.

Os órgãos colegiados apresentam cronograma semestral de plenárias deliberativas e encontros formativos para o corpo docente e administrativo. O ambiente social também inclui momentos de confraternização com a participação de professores e técnicos no Chafé, evento de socialização realizado em datas comemorativas e fechamento de cada semestre. Nesse processo busca meios para produzir resultados almejados, motivando os profissionais para agregarem suas competências e darem contribuições para o fortalecimento das ações formativas do curso de Pedagogia, primando sempre por uma maior articulação universidade/comunidade.

Tendo em vista os princípios da democracia, da gestão colegiada, humanização, responsabilidade socioambiental e inclusão a Faculdade de Educação em respeito a autonomia dos profissionais que nela trabalham legitima suas decisões com agilidade após exposição e discussão de suas metas e interesses formativos como liberações para formação, gestão de programas, formação de quadros docentes e toda estrutura organizacional.

No entanto, o princípio da hierarquia também é considerado a fim de favorecer a agilidade do gerenciamento, sem perder de vista a colegialidade das decisões e

esse é um grande desafio, já que a visão crítica da gestão colegiada, baseada em comissões permanentes como NDE, COSE, grupo de estágio, de orientação acadêmica, concede legitimidade às ações derivadas das decisões compartilhadas e corresponsabilidade.

Assim a dinâmica organizacional, com a plenária departamental e o Conselho Acadêmico Administrativo (CONSAD) e o Colegiado do Programa de pós-graduação *stricto sensu* criam uma cultura institucional com composição fundamental para decisões legais no âmbito do curso. Dessa forma vislumbra-se uma política de gestão institucional baseada na coletividade, no diálogo e com a participação da comunidade acadêmica, na perspectiva de garantir uma gestão dialógica e democrática. O trabalho dos docentes e técnico-administrativos potencializa esforços no sentido de fortalecer a cultura organizacional, centrada em ações voltadas à gestão de pessoas que somam esforços para promover uma formação impactante em nível de graduação para os graduandos do curso de Pedagogia.

Essa dinâmica de gestão do curso de Pedagogia está hierarquicamente, vinculada à política de administração universitária que se operacionaliza em nível superior e das unidades acadêmicas, conforme o Regimento Geral e o Estatuto da UERN.

Nível Superior

I - Órgãos consultivos e deliberativos:

- a) Conselho Universitário – CONSUNI; e
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

II - Órgãos executivos:

- a) Reitoria
- b) Pró-Reitorias
- c) Assessorias
- d) Órgãos suplementares, administrativos e comissões permanentes.

III - Assembleia Universitária

- a) O Conselho Universitário é o órgão máximo de função consultiva, deliberativa e normativa em matéria de administração e política universitária.
- b) O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo, deliberativo e normativo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

c) A Reitoria é o órgão executivo central da administração superior, sendo exercida pelo reitor e, em seus impedimentos e ausências, pelo vice-reitor.

d) As Pró-Reitorias são órgãos auxiliares de direção superior que propõem, superintendem e supervisionam as atividades em suas áreas respectivas. São as seguintes: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

e) As assessorias são diretamente subordinadas ao Gabinete do Reitor, com atribuição de assessoramento superior em matéria de planejamento, comunicação social, avaliação institucional, assuntos jurídicos, internacionais, pedagógicos e científicos.

f) Os órgãos administrativos com atribuição de coordenação de atividades-meio fornecem apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

g) Os órgãos suplementares, com atribuições de natureza técnico didático-administrativa, são destinados à coordenação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. As comissões permanentes, com atribuições e constituição específicas, são definidas no Regimento Geral da UERN.

h) A Assembleia Universitária (não deliberativa) é a reunião da comunidade universitária, constituída pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Nível das Unidades Universitárias

I - Órgãos deliberativos

- a) Conselho Acadêmico-Administrativo
- b) Plenária dos departamentos

II - Órgãos executivos

- a) Diretoria das Unidades Universitárias
- b) Chefia dos departamentos.

c) O Conselho Acadêmico-Administrativo (CONSAD), é o órgão máximo deliberativo e consultivo de cada unidade em matéria acadêmica e administrativa.

d) O Colegiado é, no âmbito de atuação departamental, o órgão deliberativo em matéria didático-científica e administrativa. No Departamento de Educação fazem parte do Colegiado, com direito a voz e voto: todos os docentes lotados no

departamento (efetivos e temporários); representação estudantil, composta por 1/5 (um quinto) dos docentes, eleita pelos seus pares; representação de técnicos-administrativos, composta por 1/5 de técnicos lotados no departamento.

16.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

A Faculdade de Educação - UERN, como instituição educativa, tem o compromisso social e político, de acompanhar e avaliar periodicamente sua proposta formativa, como mecanismo indispensável para refletir, teorizar e intervir com ações transformadoras nas práticas curriculares.

O caráter de inovação proposto no conjunto desta proposta curricular aponta para sua complexidade operacional, principalmente quando tomamos como referência toda uma tradição já vivenciada por nós, de propostas curriculares reduzidas a grandes elencos de Disciplinas operacionalizadas de modo individual e superpostas, em uma constante prática contributiva para o esfacelamento do saber, as omissões de experiências e aprendizados que poderiam ser socializados e reinventados no coletivo docente.

Estamos diante de uma proposta formativa que exige do professor formador a disposição para enfrentar o novo, para aprender a “ser e fazer uma nova docência” através do coletivo, em meio a seus pares: dialogando, experienciando, teorizando, questionando, acertando, errando, pesquisando. Trata-se de fomentar uma cultura formativa capaz de provocar mudanças significativas em nosso cotidiano de trabalho.

A política de avaliação institucional da UERN está definida no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA e Assessoria de Avaliação Institucional – AAI. No âmbito das unidades acadêmicas, essa política é desenvolvida pelas Comissões Setoriais – COSES.

Nesse sentido, além do NDE, é instituída na Faculdade de Educação, a Comissão Setorial de Avaliação – COSE, que de acordo com a Resolução 13/2016 – CONSUNI/UERN tem as seguintes atribuições: sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo curso para os processos de avaliação institucional; desenvolver o processo de autoavaliação na unidade acadêmica, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Própria de Avaliação –

CPA-UERN; organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades; sistematizar e prestar informações solicitadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/UERN e apresentar relatório das atividades realizadas à CPA/UERN.

Semestralmente, a Assessoria de Avaliação Institucional e a CPA realizam a avaliação da docência por disciplina, por meio de instrumento de avaliação online. Esse instrumento é respondido por alunos e professores de todas as disciplinas e compreende aspectos didático-pedagógicos e condições de infraestrutura para a oferta da disciplina. O resultado dessa avaliação é um dos pontos importantes do relatório da COSE.

Além de todos esses processos de avaliação a Faculdade de Educação tem realizado um evento denominado Seminário de Avaliação do Curso de Pedagogia – SEMAPED que objetiva o acompanhamento do PPC do curso e em sua II versão amplia-se para Seminário Nacional de Avaliação de Cursos de Pedagogia com a finalidade de avaliar a formação do pedagogo em nível nacional e local.

16.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

Definir uma política de pesquisa e pós-graduação para a Faculdade de Educação requer que se enfrente e supere os gargalos institucionais que, tradicionalmente, têm marcado a vida da instituição. O que exige atitudes como gestão profissionalizada, compromisso com a vida acadêmica e a busca por um padrão de excelência no processo de formação.

Assim, talvez seja apropriado, por exemplo, destacar um dos principais desafios que a Faculdade de Educação, tanto do ponto de vista acadêmico como administrativo, tem de enfrentar: **A qualidade do ensino do Curso de Pedagogia**. Manter e aperfeiçoar esse patamar de qualidade é condição *sine qua non*, para dar respostas efetivas às complexas demandas da sociedade. Desse modo, a pesquisa e a pós-graduação *stricto sensu* constituem-se em pressupostos essenciais para a Faculdade, sobretudo quando se tem em conta a sua função estratégica na totalidade das ações da UERN.

É fato que são a pesquisa e a pós-graduação *stricto sensu* que credenciam as Instituições de Ensino Superior no sentido de manterem o *status* de Universidade.

Normatizando a matéria, a LDB 9.394/96, no capítulo dedicado à Educação Superior, art. 52 e seus incisos, realça as características que dão forma a uma Universidade:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral” (BRASIL, LDB 9.394/96).

No atendimento às prerrogativas legais, objetivando assegurar o *status* de universidade da UERN, verifica-se que a Faculdade de Educação tem dado a sua relativa contribuição, no que concerne aos incisos II e III do art. 52 da LDB. A Faculdade, no ano de 2022, apresenta um quadro docente constituído por 48 professores efetivos, dos quais 33 são doutores e 15 mestres.

Diante do exposto, constata-se que a Faculdade de Educação não só cumpre o dispositivo da LDB que estabelece que as universidades devam ter um terço do corpo docente, mas vai além pois apresenta 98% do seu corpo docente com titulação de mestrado e doutorado.

Quanto ao regime de trabalho do professorado, a Faculdade de Educação vai além da exigência legal de um terço do corpo docente com dedicação exclusiva, pois conforme o gráfico a seguir, 85% do corpo docente apresenta-se nesta condição.

A pesquisa na FE tem sido ampliada, visto que nos anos de 2018 e 2019, registra-se um crescimento significativo de projetos financiados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) junto à UERN e ao CNPq, além dos projetos PIBIC de caráter voluntário, bem como com financiamento aprovado em editais externos através de instituições de fomento nacionais como a CAPES e o CNPq, conforme os quadros a seguir:

Quadro 10: Projetos PIBIC/UERN, PIBIC/CNPq, PIBIC voluntário

Alessandro Teixeira Nóbrega	Geopoética da Imaginação Na Literatura de Antônio Francisco
Allan Solano Souza	Relações Público_privadas e Suas Implicações Na Gestão Educacional_estudo A Partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Ana Lucia Oliveira Aguiar	Inserção da Pessoa Com Deficiência No Mercado de Trabalho: Políticas Públicas e Subjetividades - Parte II
Antônia Batista Marques	Necessidades Formativas de Professores Acerca do Processo de Alfabetização À Luz da Psicologia Sócio-histórica, Uma Intervenção Necessária
Antonia Maira Emelly Cabral da Silva Vie	Leitura Literária Na Educação Infantil: Representações Sociais de Professoras da Pré-escola
Arlene Maria Soares de Medeiros	Gestão Escolar Em Tempos de Pandemia
Emanuela Carla Medeiros de Queiros	A Formação do Professor-leitor Na Sala de Leitura do Curso de Pedagogia-uern
Emanuela Rútila Monteiro Chaves	A Gestão das Desigualdades Em Contexto Pandêmico: Recortes Sobre O Perfil Socioeconômico e Acesso Às Políticas Institucionais dos Estudantes da Fe/uern
	Crise de Aprendizagem, Pobreza e Pandemia: O Ensino Remoto e O Projeto Oportuno de Privatização da Educação Básica Tutelado Pelo Banco Mundial.
Erick Vinicius Santos Gomes	A Trajetória Filosófica da Velhice – Considerações Teóricas e Metodológicas Em Torno do Pensamento de Simone de Beauvoir
Eugênia Morais de Albuquerque	Gestão Democrática Em Espaços Escolares Em Tempo de Retrocessos
Flávia Spinelli Braga	Formação Inicial Cidadã: Compreendendo A Participação da Cidadania Nos Cursos de Licenciatura do Campus Central da Uern
Giovana Carla Cardoso Amorim	O Educador Infantil Em Foco: Quais Os Recursos de Ensino e Saberes Estão Sendo Mobilizados Na Prática Educativa Atual?
Helio Junior Rocha de Lima	Imagem e Drama: Um Estudo Sobre A Miséria Humana e A Educação Em Tempo de Distanciamento Social
Jean Mac Cole Tavares Santos	Política Para O Ensino Médio: Atuação e Contexto Nas Políticas de Currículo
	Políticas Para O Ensino Médio: Atuação e Contexto Nas Políticas de Currículo
Marcelo Bezerra de Morais	Subjetividades e Formação Docente Para O Ensinam de Matemática: Mapeamento da Produção Acadêmica Stricto Sensu Brasileira
	Subjetividades e Ensino de Matemática: Mapeamento da Produção Acadêmica Stricto Sensu Brasileira
Marcia Betania de Oliveira	Probncc do Ensino Médio: Produções Discursivas Sobre Formação Docente e Referencial Curricular
Maria Cleonice Soares	O Brinquedo, As Brincadeiras e Os Processos Criativos No Desenvolvimento e Aprendizagem das Crianças da Educação Infantil
Maria Edgleuma de Andrade	Ensino Remoto Emergencial Na Educação Superior: Desafios Didático-pedagógicos Na Práxis Docente e Vida Acadêmica Discente
Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro	Ensino Remoto No Curso de Pedagogia: Percepções dos Discentes Sobre A Formação
Meyre Ester Barbosa de Oliveira	Políticas Curriculares Para A Formação de Professores: A Bnc-Formação Em Debate
	Inclusão de Alunos Com Autismo Na Escola Pública: Narrativas de Experiencias das Professoras do Ensino Fundamental

Normandia de Farias Mesquita Medeiro	Prática Docente No Contexto Pós Pandemia - Covid-19: Narrativas de Experiências das Professoras do Ensino Fundamental
---	---

Quadro 11: PROJETOS DE PESQUISA DA FE – Editais de Fluxo Contínuo referentes à 2021

Coordenação	Projetos
Zacarias Marinho	A política pedagogia de projetos em escolas de anos iniciais da rede municipal de ensino de Mossoró-RN.
Antônia Batista Marques	Contribuições de Vygotsky e Paulo Freire à pesquisa em formação docente II
Júlio Ribeiro Soares	A dimensão subjetiva da vivência escolar na pandemia

O potencial para o desenvolvimento da pesquisa na FE é observado, quando trazemos para o cenário de análise os grupos de pesquisa já institucionalizados. Assim, compreende-se que os Grupos de “Formação e Profissionalização do Professor”, “Estado, Educação e Sociedade”, “Contexto e Educação”, “Literatura, Tecnologias e Novas Linguagens”, “Educação e Subjetividade”, “Formação, Memória e Políticas Educacionais”, “Currículo e Ensino”, “Educação, Memórias, (Auto)biografias e Inclusão” constituem-se em lócus privilegiados para o desenvolvimento da formação continuada junto a profissionais da área da Educação.

Pensar o papel do educador em espaços escolares e não escolares, possibilita contribuir com a qualidade da formação dos graduandos em Pedagogia e com a demanda socioambiental local e dos municípios circunvizinhos.

16.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão encontra respaldo legal no artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e está amplamente disseminado em documentos que normatizam e legitimam a condição de funcionamento e desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao processo acadêmico-formativo numa universidade. No entanto, esse princípio constitucional não se concretiza em práticas formativas para um significativo número de discentes universitários uma vez que, historicamente, a extensão não segue o mesmo ritmo quantitativo de atividades demandadas no ensino e na pesquisa (RIBEIRO; MENDES e SILVA, 2018).

Em estudos de Paula (2003), se encontram argumentos que mostram por que a atividade extensionista se diferencia quantitativamente das atividades de ensino e de pesquisa, os quais destacamos: o fato da extensão ter sido a última atividade a compor o tripé da formação na história das universidades, sua natureza interdisciplinar, a dinâmica de uma atividade que extrapola os muros da universidade, sua relação com demandas de um público amplo, difuso e heterogêneo, dentre outros aspectos, justifica o número reduzido de ações de extensão em detrimento das demais atividades que compõem o tripé acadêmico.

No Curso de Pedagogia da UERN, a extensão tem sido busca constante no sentido de gradativamente ampliarem-se as ações em que alunos e professores potencializem a formação por meio da práxis, ou seja, que o diálogo reflexivo entre teoria e prática ocorra situado no cotidiano, no fluxo transdisciplinar de saberes, no qual as narrativas acadêmicas se entrecruzam às narrativas dos saberes comuns contextualizados nas práticas da vida. Uma formação assim, situada nas demandas dos sujeitos sociais, é potência em devir para uma aprendizagem comprometida com o outro, com a profissão e com o exercício da cidadania. O que necessita é de uma educação que, por meio da tessitura de saberes acadêmicos e experienciais, tradicionais, de autoformação, potencialize a nossa capacidade de resolver problemas complexos e os desafios da sociedade. Uma postura que precisa ser tecida entre professores e alunos no processo formativo.

Nesse sentido, a extensão no Curso de Pedagogia tem transversalizado as práticas formativas indissociáveis, sendo algumas vinculadas aos grupos de pesquisa, outras, resultado de reflexões no ensino quanto às demandas sociais sentidas pelo grupo de alunos na relação com seus professores.

Apesar de ainda se constituir em ações de menor quantidade, quando comparada ao grande número de PIBIC, várias práticas de ações extensionistas envolvendo público interno e externo, têm exemplificado a construção desse processo, conforme quadro a seguir:

Quadro 12: AÇÕES DE EXTENSÃO - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS CENTRAL (PERÍODO 2022)

AÇÕES DE EXTENSÃO 2022	COORDENADOR(A)	SITUAÇÃO
Projeto Teatro Imagem na Sala de Aula	Hélio Junior Rocha de Lima Início:	
Projeto Quarta Cinematográfica	Manoel Fábio Rodrigues	

		Início: 31 de maio de 2022
Projeto Mathêmatikos: grupo colaborativo em Educaçao	Alex Carlos Gadelha	
Projeto Praticas de Leitura e Escrita na Escola- PraLEE	Maria Edgleuma de Andrade	
Projeto Dialogos em Paulo Freire e Educaçao Popular – LEFREIRE	Maria Cleonice Soares	
Projeto Clube de Leitura - FE/UERN	Emanuela Carla Medeiros de Queiros	
Projeto Cafe Filosofico: os desafios da formacao do homem contemporaneo e a importancia dos fundamentos da educacao para consciencia critica – 4a edição	Erick Vinicius Santos Gomes	
Projeto UERN vai a escola: formacao e resistencia coletiva	Iasmin da Costa Marinho	
Curso Rosa da Palavra: vocalizacoes dos contos de Joao Guimaraes Rosa em Primeiras Estorias	Sandro Soares de Souza	
Curso Formacao dos Conselheiros Escolares da Rede Publica Municipal de Mossoro-RN	Arilene Maria Soares de Medeiros	

Para além dos ciclos de estudos e debates, a Extensão no Curso de Pedagogia se consolida em ações apresentadas no Edital Anual de Ações de Extensão, com projetos referentes à formação em Libras, indisciplina nas escolas, artes, leitura e contação de história, formação na cibercultura.

Outras atividades de natureza pontual compõem o cenário de uma formação em sintonia com as demandas educacionais locais, ou seja, professores e alunos participam de ações de extensão em semanas pedagógicas das escolas e de prefeituras e, ainda, de atividades formativas no Corredor Cultural em Mossoró-RN, com temáticas diversas como: formação docente no contexto da cibercultura, gestão escolar, artes, BNCC, contação de história, políticas de currículo etc.

O Curso de Pedagogia da UERN, em sintonia com o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e com as políticas de formação interna, tem realizado estudos junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) para a implantação, até 2020, da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, o qual dispõe de, no mínimo, 10% da carga horária do curso para a curricularização da extensão. Com a implantação dessa política de formação, o curso de Pedagogia abre possibilidades de concretização do princípio da indissociabilidade, envolvendo 100% dos alunos nessa realidade.

O processo de inserção da Curricularização da Extensão no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia acompanha a dinâmica de discussão e instrução

normativa da UERN. A Resolução Nº 25/2017 que *Regulamenta as Atividades da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da UERN*, estabelece um prazo de 2 anos a partir da data de publicação do *Manual de Orientações para a Curricularização da Extensão na UERN*.

Assim, se constitui como meta desse caminhar acadêmico do curso de Pedagogia, a elaboração de Programas de Extensão que agreguem Projetos em função de uma formação acadêmica-profissional-humana referenciada nas demandas sociais locais. Sabemos que a natureza da extensão como atividade que requer postura intelectual aberta a inter e à transdisciplinaridade, realizada por meio do diálogo plural e do respeito à alteridade, é processo, é postura que se tece em sentido, sendo, fazendo, acontecendo.

Acreditamos que a curricularização da extensão, como norma institucional e em consonância com a Plano Nacional de Educação, será instigadora de novas posturas formativas, nas quais, professores e alunos são provocados a repensar formas, muitas vezes transmissíveis e lineares de ensino-aprendizagem para adentrarem em outras possibilidades de se relacionarem com o conhecimento e com a formação.

16.5 POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Avançando na perspectiva de uma política de pesquisa e pós-graduação para a Faculdade de Educação, é pertinente definir duas frentes de ação: a) fomentar cada vez mais a participação de seus professores em pesquisas institucionais para que se tenha um quadro docente com produção científica; b) viabilizar a continuidade da pós-graduação *stricto sensu*, hoje na modalidade de Mestrado, e futuramente na modalidade de Doutorado, contribuindo, assim, para consolidar a UERN como universidade e procurando atender às demandas da região.

A Faculdade conta atualmente com o curso de pós-graduação *lato sensu* e o programa de pós-graduação *stricto sensu* (POSEDUC) está em pleno funcionamento desde 2011 com o Curso de Mestrado em Educação.

O POSEDUC, ao longo de sua existência, tem firmado esforços e compromisso político e social de elevar a qualificação de profissionais para atuarem na educação

pública, associada à produção do conhecimento científico no campo da Educação, visando contribuir para formar pessoal qualificado para o exercício de atividades de ensino e pesquisa na área de Educação, que venha assegurar uma formação acadêmica sólida e consistente, capaz de elevar a qualidade dos serviços prestados pelos sistemas de ensino, bem como pelas demais iniciativas de educação.

Missão esta, complexa, mediante os inúmeros problemas por que passam a Pós-Graduação em Educação no Brasil e os desafios institucionais de manter um Programa de Pós-Graduação no interior do Estado, na região Nordeste, em uma Universidade pública estadual como a UERN, sobretudo, em uma região pobre, com forte desigualdade social e com carência de políticas públicas que potencializem investimentos e ações para melhorar a infraestrutura física e fomento para a produção do conhecimento.

O Curso de Pedagogia, conforme o seu Projeto Curricular vem delineando, exige uma problematização constante. A Pedagogia não pode descuidar do rigor teórico-metodológico, dando margem para que a sua relação com o conhecimento seja vista de forma inconsistente e a pesquisa educacional não seja rotulada como desprovida de fundamentação científica.

Tendo em vista uma cientificidade própria do campo educativo vir sendo, historicamente, secundarizada em função da centralidade científica, na esfera educativa, de ciências que lhe são exógenas, ou, no dizer de Charlot (1995), trata-se de entender que existe pesquisa *sobre educação* (exógena) e pesquisa *em educação* (endógena), sendo necessário, portanto, assegurar um estatuto de centralidade à esta última.

Diante do exposto, enquanto a Faculdade de Educação consolida a sua pós-graduação *stricto sensu*, cabe não abrir mão de sua pós *lato sensu*, visto que, o Curso de Especialização em Educação vem, ao longo de mais de duas décadas, cumprindo seu papel na formação continuada dos profissionais da educação.

Outro aspecto importante diz respeito à participação dos alunos, nos últimos anos, em eventos com a apresentação de trabalhos, que vem crescendo a cada ano tanto em eventos locais como o SENACEM – Seminário Nacional do Ensino Médio, assim como o Simpósio de Pós-Graduação realizados pela Faculdade de Educação de forma bienal desde 2009. Registra-se ainda o envolvimento dos alunos em eventos internacionais como o FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia, organizado pelo Campus de Pau dos Ferros, que ocorreu na Cidade de Pau dos Ferros-RN em 2018,

e ainda em eventos regionais como o EPEN- Encontro de Pesquisa do Nordeste, eventos nacionais como o COLE – Congresso de Leitura, promovido pela UNICAMP, e a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação em Educação, ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, dentre outros eventos. Todo esse envolvimento dos alunos nos diversos eventos de pesquisa promoveu a socialização e divulgação da produção da Faculdade de Educação.

Avançando na perspectiva de uma política de pesquisa e pós-graduação para a Faculdade de Educação, é pertinente definir duas frentes de ação: a) fomentar cada vez mais a participação de seus professores em pesquisas institucionais para que se tenha um quadro docente com produção científica; b) viabilizar a continuidade da pós-graduação *stricto sensu*, hoje na modalidade de Mestrado, e futuramente na modalidade de Doutorado, contribuindo, assim, para consolidar a UERN como universidade e procurando atender às demandas da região.

A Faculdade conta atualmente com o curso de pós-graduação *lato sensu* e o programa de pós-graduação *stricto sensu* (POSEDUC) está em pleno funcionamento desde 2011 com o Curso de Mestrado em Educação.

O POSEDUC, ao longo de sua existência, tem firmado esforços e compromisso político e social de elevar a qualificação de profissionais para atuarem na educação pública, associada à produção do conhecimento científico no campo da Educação, visando contribuir para formar pessoal qualificado para o exercício de atividades de ensino e pesquisa na área de Educação, que venha assegurar uma formação acadêmica sólida e consistente, capaz de elevar a qualidade dos serviços prestados pelos sistemas de ensino, bem como pelas demais iniciativas de educação.

Missão esta, complexa, mediante os inúmeros problemas por que passam a Pós-Graduação em Educação no Brasil e os desafios institucionais de manter um Programa de Pós-Graduação no interior do Estado, na região Nordeste, em uma Universidade pública estadual como a UERN, sobretudo, em uma região pobre, com forte desigualdade social e com carência de políticas públicas que potencializem investimentos e ações para melhorar a infraestrutura física e fomento para a produção do conhecimento.

O Curso de Pedagogia, conforme o seu Projeto Curricular vem delineando, exige uma problematização constante. A Pedagogia não pode descuidar do rigor

teórico-metodológico, dando margem para que a sua relação com o conhecimento seja vista de forma inconsistente e a pesquisa educacional não seja rotulada como desprovida de fundamentação científica.

Tendo em vista uma cientificidade própria do campo educativo vir sendo, historicamente, secundarizada em função da centralidade científica, na esfera educativa, de ciências que lhe são exógenas, ou, no dizer de Charlot (1995), trata-se de entender que existe pesquisa *sobre educação* (exógena) e pesquisa *em educação* (endógena), sendo necessário, portanto, assegurar um estatuto de centralidade à esta última.

Diante do exposto, enquanto a Faculdade de Educação consolida a sua pós-graduação *stricto sensu*, cabe não abrir mão de sua pós *lato sensu*, visto que, o Curso de Especialização em Educação vem, ao longo de mais de duas décadas, cumprindo seu papel na formação continuada dos profissionais da educação.

Outro aspecto importante diz respeito à participação dos alunos, nos últimos anos, em eventos com a apresentação de trabalhos, que vem crescendo a cada ano tanto em eventos locais como o SENACEM – Seminário Nacional do Ensino Médio, assim como o Simpósio de Pós-Graduação realizados pela Faculdade de Educação de forma bienal desde 2009. Registra-se ainda o envolvimento dos alunos em eventos internacionais como o FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia, organizado pelo Campus de Pau dos Ferros, que ocorreu na Cidade de Pau dos Ferros-RN em 2018, e ainda em eventos regionais como o EPEN- Encontro de Pesquisa do Nordeste, eventos nacionais como o COLE – Congresso de Leitura, promovido pela UNICAMP, e a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação em Educação, ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, dentre outros eventos. Todo esse envolvimento dos alunos nos diversos eventos de pesquisa promoveu a socialização e divulgação da produção da Faculdade de Educação.

17 PROGRAMAS FORMATIVOS

Atualmente, o Curso de Pedagogia EaD não possui programa formativo em andamento. No entanto, vale ressaltar, os docentes que fazem parte desta proposta, atuando no curso de pedagogia presencial da Faculdade de Educação da UERN, tem experiência em diversos programas formativos, como PIBID, Residência Pedagógica, PIM, PET, PIBIC, PIBEX, entre outros. Desse modo, a expertise docente no campo de programas formativos será bem utilizada para a modalidade EAD, possibilitando que possamos prever a construção de projetos a serem submetidos aos editais dos programas que poderão abrir nos próximos anos. Uma vez aprovados nos editais, os alunos do Curso poderão aperfeiçoar a sua formação na docência por meio desses programas.

18 RESULTADOS ESPERADOS

Com a construção do PPC do Curso de Pedagogia (modalidade Educação à Distância), como mais um dispositivo de formação humana ofertada na região, pretende-se possibilitar a graduação de um numeroso público que, por escolha pedagógica e/ou por facilidade de acesso, percebe na EaD a oportunidade de acessar o ensino superior, Assim, o foco é também proporcionar a sociedade potiguar e comunidade vizinha profissionais competentes, com elevada formação pedagógica, qualidade socialmente referenciada e consistência teórico-metodológicas, para atuarem em atividades de ensino, pesquisa e extensão nas escolas públicas e privadas da região, exercendo a docência na educação infantil e no ensino fundamental com ética, zelo e compromisso social.

Busca-se, então, por meio da EaD, complementando as ofertas de formação já existentes, contribuir com a formação de profissionais docentes, visando o amplo desenvolvimento sócio educacional do Estado do Rio Grande do Norte e da circunvizinhança.

19 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos do Curso de Pedagogia EaD segue o desenvolvido no âmbito da UERN, que está colocado como uma das ações de política de ensino previstas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Atualmente esse acompanhamento é feito por meio do Portal do Egresso. No referido portal, o egresso é convidado, periodicamente, a responder a um questionário sobre o desenvolvimento de suas atividades de atuação profissional, pesquisa e qualificação. Além disso, o portal também disponibiliza recursos administrativos que podem ser solicitados online, divulga oportunidades de trabalho e seleções de programas de pós-graduação. Conta, ainda, com um espaço de depoimentos, no qual os egressos podem compartilhar suas conquistas alcançadas a partir da formação na UERN.

A partir das respostas ao questionário, é possível avaliar se os objetivos do curso estão sendo alcançados, mapeando o perfil dos egressos por meio das respostas. Além do Portal, constantemente divulgamos junto aos egressos os eventos realizados no âmbito da UERN, com o objetivo de continuar o processo de incentivo à formação e à pesquisa, assim como manter uma escuta ativa das dificuldades enfrentadas por esses egressos e que podem ser aperfeiçoadas no curso.

20 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

TÍTULO I DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS DO CURSO

Art. 1º O Curso de Graduação em Pedagogia à distância da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte na modalidade Licenciatura visa à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, em consonância com o previsto na legislação federal pertinente, no Estatuto, no Regimento Geral e no Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN, bem como neste Regulamento.

Art. 2º O grau de Licenciado em Pedagogia à distância é conferido ao Pedagogo para atuar na docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de modo a compreender a complexidade do fenômeno e da prática educativa que ocorrem em diferentes âmbitos e especificidades para:

I - atuar com ética e compromisso visando a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

- II - desenvolver aprendizagens de sujeitos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- III - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos;
- IV - aplicar modos de ensinar diferentes linguagens de forma interdisciplinar;
- VI - relacionar as linguagens e tecnologias dos meios de comunicação aplicadas à educação;
- VII - promover e facilitar relações de cooperação entre a escola, a família, a comunidade e outras instituições educativas;
- VIII - identificar problemas socioculturais e educacionais numa postura investigativa, integrativa e propositiva;
- IX - respeitar a diversidade de diferentes naturezas;
- X - desenvolver trabalho em equipe;
- XI - realizar pesquisas de caráter educacional;
- XII - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XIII - estudar e aplicar de forma crítica os preceitos legais da educação brasileira.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 3º A coordenação das atividades do Curso de Graduação em Pedagogia à distância compete ao colegiado do Departamento de Educação, sob o acompanhamento no plano executivo, em primeira instância do Conselho Administrativo – CONSAD da Faculdade de Educação e, no plano deliberativo, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Art. 4º O Colegiado do Curso de Graduação em Pedagogia à distância é formado pelo corpo docente de áreas afins, lotado no respectivo Departamento, para os objetivos de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 5º Além dos docentes, fará parte do Colegiado do curso de Pedagogia-EaD, uma representação discente e uma representação do Corpo Técnico-Administrativo.

§ 1º A representação discente corresponde a 1/5 (um quinto) da soma dos membros do corpo docente, eleita na forma do Regimento, para mandato de um ano, sendo permitida a recondução.

§2º A representação do Corpo Técnico-Administrativo em efetivo exercício no Departamento de Educação, é constituída por no máximo, 1/5 (um quinto) da soma dos membros do corpo docente, na forma do Regimento.

Art. 6º O Colegiado do curso será coordenado por professor em efetivo exercício da docência, lotado no Departamento de Educação em regime de tempo integral, com categoria funcional mínima de assistente, eleito na forma do Regimento (selecionado por meio de edital), para mandato de dois anos.

§ 1º O curso poderá ter um vice coordenador, selecionado na mesma forma que o coordenador, com função de substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

TÍTULO III DA ADMISSÃO AO CURSO

Art. 7º A admissão ao Curso de Pedagogia à distância se dá via 05 últimos anos do Exame Nacional do Ensino Médio do Sistema de Seleção Unificado ENEM/SiSU, na forma do Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN e nos termos estabelecidos pelos órgãos de Deliberação Superior.

Art. 8º Em consonância com o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN, é permitido o ingresso no curso de Pedagogia de aluno especial, mediante processo instaurado pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico - DIRCA, obedecendo-se ao prazo definido no Calendário Universitário.

TÍTULO IV DA MATRÍCULA

Art. 9º O estudante aprovado para acesso ao curso de Pedagogia à distância deverá fazer seu registro inicial junto à DIRCA/PROEG para cadastro no sistema informatizado de registro acadêmico, gerando seu número de matrícula institucional.

Art. 10. Uma vez matriculado institucionalmente, o estudante deverá realizar sua primeira matrícula curricular na Plataforma Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA e semestralmente renová-la, submetendo-se às exigências do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia a distância e às Normas Vigentes estabelecidas pelos Órgãos de Deliberação Superior da UERN.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 11. O Curso de Graduação em Pedagogia à distância, na modalidade Licenciatura, dispõe de uma carga horária de 3.225 (três mil, duzentas e vinte e cinco) horas, distribuídas entre componentes curriculares disciplinas e atividades complementares, com integralização média de 4 (quatro) anos letivos e máxima de 6(seis) anos, equivalentes a 8 (oito) e 12 (doze) semestres letivos respectivamente. Essa carga horária está distribuída em três grandes grupos, assim distribuídas:

§ 1º 810 (oitocentas e dez) horas de formação geral, destinadas aos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e sua articulação com os sistemas de ensino e suas práticas;

§ 2º 1605 (hum mil, seiscentas e cinco) horas destinadas a conhecimentos específicos do ensino-aprendizagem da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase nos campos de experiências e nas áreas de ensino referenciadas na BNCC (BRASIL, 2019), assim distribuídas: 1425 (inclui 330 de UCEs, 195 de TCC) somadas as 60h de optativas e as 120h de atividades complementares);

§ 3º 810 (oitocentas e dez) horas de práticas pedagógicas, sendo 405 (195 + 210) horas de estágio supervisionado e 405 horas de prática como componente curricular, transversalizando toda a formação.

Art 12. O curso desenvolve atividades no período integral estabelecendo que as vagas serão ofertadas a partir de aprovação no edital de ofertas de vagas da UAB, e da articulação entre a DEAD e os polos credenciados.

Art 13. O aluno que tiver condições favoráveis poderá adiantar componentes curriculares não havendo limite de créditos cursados por semestre letivo.

Art. 14. O currículo pleno é formado por cinco eixos formativos, quais sejam:

Eixo 1 - Educação e Cultura.

Eixo 2 - Processo Ensino-Aprendizagem.

Eixo 3 - A escola e os Processos Pedagógicos.

Eixo 4 - Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: campos de experiências e áreas de ensino.

Eixo 5 - Pesquisa, Experiências e Práticas Pedagógicas.

TÍTULO VI

DOS COMPONENTES CURRICULARES

Do processo de TCC

Art. 15. Os componentes curriculares compreendem as disciplinas obrigatórias e optativas, as Unidades Curriculares de Extensão, as atividades complementares, os estágios curriculares, TCC.

Art. 16. O aluno reprovado e/ou que não integralizou um componente curricular no período regular previsto poderá ter o direito de refazer, em período posterior, nos termos deste regulamento, em caso de oferta, mediante efetivação de matrícula no componente curricular.

Parágrafo único: os casos citados no caput deste artigo serão analisados por comissão específica constituída pela Coordenação do curso.

Art. 17. O processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), é composto de atividades que possibilitem criar espaço de discussão e troca de experiências acerca da construção do TCC.

Art. 18. São consideradas duas etapas no processo de elaboração do TCC:

I - A primeira etapa consiste na organização de um Webnário ao final de cada semestre letivo, materializando sua jornada acadêmica, transversalizada durante todo o curso, culminando com a definição do objeto de pesquisa para o TCC.

II - A segunda etapa envolve o processo de definição do professor orientador e a elaboração do projeto de TCC.

Art. 19. A carga horária do TCC é de 195 horas, divididas entre TCC 1 (75h) e TCC 2 (120h).

Art. 20. O TCC é da responsabilidade dos professores selecionados por edital.

Parágrafo único. As turmas de alunos matriculados nesse componente curricular serão formadas por até 10 alunos, de modo a garantir o melhor acompanhamento do aluno na construção e conclusão do TCC.

Art. 21. Os professores orientadores direcionam os alunos a definirem seus objetos de estudos de acordo com os estudos e pesquisas da área de Pedagogia.

Art. 22. Cabe aos professores do componente o acompanhamento e a avaliação do TCC e o registro dos resultados na Plataforma SIGAA.

Art. 23. O aluno só pode efetuar matrícula na disciplina TCC 2 após ter cursado com aproveitamento satisfatório o TCC 1.

TÍTULO VII

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 24. O Estágio Supervisionado, componente que integra o Eixo V (Pesquisa, experiências e práticas pedagógicas) aglutina atividades que tomam a pesquisa e a prática como dispositivos para a produção de saberes/fazeres pedagógicos. É compreendido enquanto atividade teórica instrumentalizadora da práxis, não se limitando à aplicação de técnicas aprendidas, de conhecimentos adquiridos na formação acadêmica. Não se constituindo em vínculo empregatício, pode ser realizado em duas modalidades:

I - estágio curricular supervisionado obrigatório;

II - estágio curricular supervisionado não-obrigatório.

§ 1º. O estágio curricular supervisionado se realizará conforme Resolução 06/2015-CONSEPE, atendendo aos preceitos definidos no Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN e na legislação pertinente em vigor (Resolução CNE/CP Nº 2/2019, em seu Art. 11, inciso III, alínea A)

§ 2º. O estágio curricular supervisionado não obrigatório se realizará conforme Resolução 15/2017 – CONSEPE e atendendo aos preceitos definidos na legislação pertinente em vigor.

Art. 25. O estágio curricular supervisionado obrigatório no Curso de Pedagogia à distância da UERN compreenderá uma carga horária total de 405, distribuídas em dois componentes curriculares:

I Estágio Supervisionado na Educação Infantil, ministrado no sexto período, com 195 (cento e noventa e cinco) horas, assim distribuídas: 45h de orientações/discussões teórico- metodológicas; 20h de observação direta na sala de aula; 30h de planejamento de ações pedagógicas para desenvolver na sala de aula; 60h de

regência de classe (sendo no mínimo 40h de trabalho na sala de aula, diretamente com os alunos, podendo 20h serem operacionalizadas com outros atores da escola e comunidade, com atividades de formação com professores e equipe pedagógica da escola, dentre outras articuladas a área de atuação do pedagogo); 20h de registro e sistematização da experiência e 20h de avaliação/ webinar (seminário na web com apresentação por escola, da experiência do estágio).

II Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ofertado no sétimo período, com a carga horária de 205 (duzentas e cinco) horas, assim distribuídas: 45h de orientações/discussões teórico- metodológicas; 20h de observação direta na sala de aula; 30h de planejamento de ações pedagógicas para desenvolver na sala de aula; 60h de regência de classe (sendo no mínimo 40h de trabalho na sala de aula, diretamente com os alunos, podendo 20h serem operacionalizadas com outros atores da escola e comunidade, com atividades de formação com professores e equipe pedagógica da escola, dentre outras articuladas a área de atuação do pedagogo); 25h de registro e sistematização da experiência e 30h de avaliação/ webinar (seminário na web com apresentação por escola, da experiência do estágio).

Parágrafo único. O estágio curricular supervisionado obrigatório constitui componente curricular indispensável à integralização curricular, devendo ocorrer na docência da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia à distância e a legislação pertinente em vigor.

Capítulo II

Do Campo de Estágio

Art. 26. O estágio curricular supervisionado obrigatório deve ser realizado em estabelecimentos educacionais escolares de atuação do pedagogo em instituições públicas, prioritariamente, e particulares no município sede de oferta do curso, desde que sejam consideradas:

- I - a existência de infra-estrutura física, material e de recursos humanos;
- II - a anuência às condições de coordenação e avaliação de estágio pela instituição de ensino;
- III - a aceitação das condições de realização do estágio como ação de parceria, visando a qualidade da formação humana e profissional do estagiário;
- IV - celebração de convênio com a UERN e de termo de compromisso com o aluno.
- V - a existência de um pedagogo no campo de estágio.

Art. 27. As atividades de estágio curricular supervisionado obrigatório e não obrigatório relativas ao ensino serão desenvolvidas em instituições de Educação Infantil e de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, das redes pública e privada que se encontrem devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

Capítulo III

Do estabelecimento de Convênios e Termo de Compromisso

Art. 28. O estágio curricular supervisionado obrigatório e não obrigatório só poderá ser realizado mediante formalização de Convênio entre a Universidade e instituições campo de estágio, de acordo com as normas da UERN, aprovadas pelos conselhos superiores.

Art. 29. A realização do estágio curricular supervisionado obrigatório e não obrigatório se dá mediante Termo de Compromisso do Estagiário – TCE celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da UERN.

Art. 30. É atribuição da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEG representar a UERN na formalização do Termo de Compromisso do Estágio curricular supervisionado obrigatório e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE representar a UERN na formalização do Termo de Compromisso do Estágio curricular supervisionado não obrigatório.

Art. 31. É atribuição do Departamento de Educação o preenchimento do Termo de Compromisso de Estágio – TCE no SAE e encaminhá-lo aos órgãos competentes para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Art. 32. É atribuição da instituição concedente ou agentes de integração (IEL, CIEE, entre outros) o preenchimento do Termo de Compromisso de Estágio – TCE e encaminhá-lo aos órgãos competentes quando se tratar do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório.

Capítulo IV

Do Desenvolvimento das Atividades

Art. 33. As atividades relacionadas aos componentes Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios I e II compreendem:

I - atividades de orientação teórico-metodológica em sala de aula;

II - atividades de observação no campo de estágio;

III - atividades de elaboração de projetos de intervenção;

IV - atividades do exercício profissional.

Art. 34. As atividades de orientação teórico-metodológica em sala de aula referentes aos componentes estágios curriculares supervisionados obrigatórios I e II destinam-se:

I - à discussão dos princípios básicos e à importância do Estágio Supervisionado para a formação profissional;

II – à oferta de subsídios teóricos e metodológicos para a prática da docência e da gestão dos processos educativos;

III - à orientação do aluno quanto ao processo de planejamento, execução e avaliação do Estágio Supervisionado, conforme o programa da disciplina aprovado pela plenária do Departamento de Educação;

IV - ao repasse pelo supervisor da caracterização do campo de estágio;

V - ao fornecimento dos instrumentos a serem utilizados no estágio como fichas, formulários, questionários, legislação e material bibliográfico;

VI - à orientações para elaboração de relatórios, artigos e outras formas de registro das atividades realizadas, em suas diferentes etapas.

Art. 35. As atividades de observação no campo de estágio destinam-se ao conhecimento de sua realidade por meio de instrumentos investigativos que possibilitem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 36. As atividades de elaboração de projetos de intervenção destinam-se a intencionalidade do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no campo de estágio de acordo com as suas etapas e cronograma definido junto ao supervisor de estágio.

Art. 37. As atividades do exercício profissional destinam-se às ações pedagógicas a serem desenvolvidas no campo de estágio no respectivo nível de atuação (Educação Infantil ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental) assim concebidas:

I - Estágio Supervisionado na Educação Infantil, realizado em espaços escolares em que se realizem um trabalho pedagógico com a Educação Infantil

II - Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, destinado à execução de projetos - que propiciem situações e experiências práticas que aprimorem sua formação e atuação profissional, preferencialmente vinculado à sala de aula.

Capítulo V

Da Supervisão Acadêmica de Estágio do Curso

Art. 38. A Supervisão Acadêmica de Estágio do Curso em cada uma das modalidades (obrigatório e não obrigatório) será exercida por um Professor selecionado via edital. O Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular Obrigatório será responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno do curso de Pedagogia à distância, a quem compete esclarecer sobre o significado e os objetivos do estágio orientando sua proposta de execução.

Art. 39. São atribuições do Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular Obrigatório:

I - Adotar uma prática de Estágio que esteja em sintonia com as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso;

II - Acompanhar, e supervisionar o discente estagiário através de visitas in loco;

III - Executar as ações acordadas com a Coordenação de Estágio;

IV - Elaborar plano de ação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório conforme ementa definida no PPC;

V - Proceder prévia avaliação do Campo de Estágio com vistas à verificação de condições mínimas necessárias à efetivação deste;

VI - Orientar o discente estagiário sobre as atividades a serem desenvolvidas em Campo e na elaboração de relatórios, e outras atividades exigidas;

VII - Fornecer ao estagiário todas as informações sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, suas Normas, e documentação necessária;

VIII - Cumprir carga horária prevista no PPC para orientação teórico-metodológica;

IX - Manter a Coordenação de Estágio do Curso informada sobre todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

X - Efetuar registros das atividades de todas as fases do Estágio no Registro Diário de Atividades, conforme sua execução;

XI - Solicitar colaboração de outros professores para orientações teóricas e práticas ao estagiário, concernentes a conteúdos e metodologias específicas das áreas de trabalho destes docentes, sempre que for necessário;

XII - Enviar à PROEG, quando solicitadas, informações sobre o Estágio Supervisionado;

XIII - Avaliar o estagiário de acordo com os critérios estabelecidos no PPC;

XIV - Zelar pelo bom relacionamento junto à entidade concedente de Estágio;

XV - Participar de estudos, e encontros sobre Estágio; (Resolução Nº 06/2015 – CONSEPE, de 25 de fevereiro de 2015)

XVI - Participar das reuniões, dentre outras atividades, convocadas pela Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

XVII - Participar de eventos, e reuniões ampliadas promovidas pelo Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas – FIEL;

XVIII - Participar de eventos, encontros, seminários, e ações similares, realizados pela Unidade Acadêmica e/ou Coordenação de Estágio;

XIX - Outras atribuições previstas no PPC.

Art. 40. São atribuições do Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular não Obrigatório:

I - Adotar uma prática de Estágio que esteja em sintonia com as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE - do Curso;

II - Acompanhar e supervisionar o discente estagiário através de visitas *in loco*;

III - Aprovar o plano de atividades elaborado conjuntamente entre o Estagiário e o Supervisor de Campo sob a sua Supervisão e Orientação, que deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso de Estágio por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante;

IV - Orientar o discente estagiário sobre as atividades a serem desenvolvidas em Campo, na elaboração de relatórios e outras atividades exigidas;

V - Fornecer ao estagiário todas as informações sobre o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório e suas Normas;

VI - Efetuar registros das atividades do Estágio Não Obrigatório em registro diário de atividades, conforme sua execução;

VII - Enviar à DAE/PRORHAE, quando solicitado, informações sobre o Estágio Supervisionado;

VIII - Avaliar o estagiário de acordo com os critérios estabelecidos no plano de atividades emitido pela instituição concedente;

IX - Zelar pelo bom relacionamento junto à entidade concedente de Estágio;

X - Participar de estudos e encontros sobre Estágio;

XI - Participar das reuniões, dentre outras atividades, convocadas pela DAE/PRORHAE, sobre Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório;

XII - Participar de eventos, encontros, seminários e ações similares, realizados pela DAE/PRORHAE;

XIII - Outras atribuições previstas no PPC.

Art. 41. O componente Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será ministrado em turmas de até 10 (dez) discentes por supervisor acadêmico, na forma da Resolução Nº 06/2015 -CONSEPE.

Capítulo VI

Do Supervisor do Campo de Estágio Curricular

Art. 42. O Supervisor do Campo de Estágio Curricular é um profissional da área objeto de formação, lotado na instituição de realização do estágio, responsável naquele local, pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade, conforme Resolução 36/2010 CONSEPE.

Art. 43. Compete ao Supervisor de Campo de Estágio Curricular:

I - acolher o aluno estagiário e o Supervisor Acadêmico de Estágio nas dependências da instituição campo de estágio;

II - acompanhar de forma sistemática as atividades desenvolvidas pelo aluno estagiário;

III - preencher e assinar as fichas de avaliação ou relatórios de estágio e frequência dos alunos estagiários;

IV - comunicar ao Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular quaisquer problemas relacionados ao desenvolvimento das atividades do aluno estagiário.

Capítulo VII

Do Aluno Estagiário

Art. 44. É dever do aluno estagiário:

I - matricular-se nas disciplinas de Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia à distância, obedecendo-se os pré-requisitos, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia à distância.

II - frequentar e participar ativamente da fase de orientação e realizar as atividades e tarefas das demais fases do estágio, mediante plano de trabalho a ser cumprido, obedecendo os prazos estabelecidos;

III - comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente escolar;

IV - conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;

V - executar as atividades e tarefas de cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento de normas, procedimentos metodológicos e cronogramas estabelecidos no processo de orientação;

VI - manter o supervisor acadêmico de estágio curricular e o supervisor de campo de estágio curricular informados do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhes com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano;

VII - proceder avaliação sistemática e contínua de suas atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las, sempre que necessário;

VIII - elaborar os trabalhos solicitados pelo supervisor acadêmico de estágio apresentá-los no prazo estabelecido;

IX - realizar as atividades do estágio nos espaços correspondentes ao objeto da formação, sendo vedado executar o estágio sob a supervisão de campo de estágio curricular exercida por outro estagiário.

X - assinar e cumprir critérios definidos no Termo de Compromisso de Estágio – TCE.

XI - Conduzir-se ao campo de estágio com os planos ou projetos de trabalhos planejados previamente, sob a orientação do Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular.

Art. 45. É direito do aluno estagiário:

I - receber do Departamento de Educação formulários, fichas e demais documentos utilizados no estágio;

II - ser encaminhado oficialmente pelo Departamento de Educação à instituição campo de estágio;

III - receber assistência e orientação de um supervisor acadêmico de estágio curricular;

IV - requerer ao coordenador de estágio curricular supervisionado do curso, em casos especiais, devidamente justificado e comprovado, o adiamento ou antecipação do estágio;

V - ser informado previamente sobre os critérios de avaliação do Estágio Supervisionado e dos prazos a serem cumpridos;

VI - realizar estágio em sua própria sala de aula, desde que compatível com a área e nível de formação do curso e acompanhamento por um supervisor de campo de estágio, observando as normas em vigor;

VII - solicitar redução de estágio curricular supervisionado, observando o que preceitua as normas vigentes.

VIII - solicitar aproveitamento das atividades realizadas no Programa Residência Pedagógica para o componente de Estágio Curricular Obrigatório, observando o que preceitua as normas vigentes.

IX - estar assegurado contra acidentes pessoais;

X - solicitar, quando membro de projeto de ensino ou extensão, a realização do estágio no espaço em que desenvolve o projeto, observadas as normas vigentes;

XI - os alunos com necessidades especiais terão direito de realizar o estágio supervisionado em conformidade com as normas vigentes.

Parágrafo único - é vedado ao estagiário realizar o estágio sob a supervisão de campo de estágio curricular de outro estagiário ou executar o estágio supervisionado em sala de aula de outro estagiário do Curso de Pedagogia.

Capítulo VIII

Dos instrumentos de avaliação

Art.46. A avaliação do estágio curricular supervisionado obrigatório e não obrigatório é de responsabilidade do supervisor acadêmico de estágio, sendo solicitada a participação do supervisor de campo de estágio, mediante instrumentos avaliativos compatíveis com os fins a que se destinam.

Art.47. O aluno estagiário tem obrigação de entregar trabalhos parciais e finais à unidade universitária a qual se vincula a atividade de estágio, podendo se realizar por meio de diferentes instrumentos: relatórios, portfólios, artigos, dentre outros compatíveis com as exigências de um trabalho acadêmico-científico.

TÍTULO VIII DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 48. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular na formação acadêmica e profissional dos alunos e consiste no desenvolvimento de um trabalho monográfico de pesquisa, individual, estruturado e desenvolvido sobre um tema resultante de processo investigativo.

Art. 49. O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo habilitar o aluno a utilizar metodologia científica adequada à elaboração de um trabalho monográfico que contribua para o seu desenvolvimento profissional.

Art. 50. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de Pedagogia à distância com uma carga horária de 195 (cento e noventa e cinco) horas, cujo processo da construção terá três etapas: Webfólio; TCC1 E TCC2.

I - TCC I, ministrado no sétimo período, com 75 (setenta e cinco) horas previstas para definição do enfoque, planejamento e análise dos registros produzidos no webfólio

II- TCC II, ministrado no oitavo período, com 120 (cento e vinte) horas previstas para construção final

III – não haverá carga horária específica para o Webfólio, visto que transversaliza toda a formação, iniciando na disciplina "Ambientação na EAD e Letramento Digital ", passando por "Pesquisa e Educação" a fim de favorecer a autonomia acadêmico-profissional do estudante e subsidiar a elaboração do TCC.

Capítulo II

Da Orientação

Art. 51. O Trabalho de Conclusão de Curso é orientado por professores selecionados via edital.

Art. 52. Cabe à Coordenação do curso publicar a relação dos professores que orientarão os alunos no início de cada semestre letivo em que a disciplina for ofertada.

Parágrafo único. Os professores designados são denominados de orientadores.

Art. 53. Cada professor orientador deve ter 10 (dez) orientandos.

Art. 54. A carga horária da disciplina será distribuída entre orientação em grupo, orientação individual e estudos independentes.

§ 1º As horas de orientação são destinadas para discussão de leituras, metodologias, acompanhamento e avaliação sistemática do processo de elaboração do TCC, considerando as características individuais do aluno e as especificidades do trabalho.

§ 2º As horas para os estudos independentes são destinadas ao trabalho de levantamento bibliográfico, leituras, coleta e análise de dados e redação do trabalho.

Art. 55. Em caso de descumprimento das responsabilidades do orientador ou do orientando, em casos extremos, poderá haver solicitação de mudança entre ambos após exposição de motivos julgada pela Coordenação do curso.

Capítulo III

Da Apresentação

Art. 56. Os TCCs são elaborados e apresentados pelos alunos individualmente.

Art. 57. Deve ser redigido em Língua Portuguesa e apresentado conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 58. A apresentação do TCC será por meio de gravação de vídeo e disponibilização no canal oficial de vídeos do curso de Pedagogia EaD/UERN.

Capítulo IV

Da Entrega

Art. 59. O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser entregue, mediante protocolo, de acordo com orientações e normas do Sistema de Bibliotecas da UERN (SIB/UERN)

Parágrafo único. Deve ser entregue a versão preliminar do TCC ao professor orientador para possíveis correções antes do trabalho ser enviado à Banca Examinadora e somente com a anuência deste poderá ser encaminhado para avaliação.

Art. 60. Os alunos, cujos trabalhos obtiveram nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), deverão encaminhar a cópia definitiva apresentando as devidas correções indicadas pela avaliação.

Capítulo V

Da Avaliação

Art. 61. Após a entrega dos trabalhos, serão designados 03 (três) professores, sendo um deles o orientador, para compor a banca examinadora.

Art. 62. Os professores examinadores receberão os trabalhos e terão 20 (vinte) dias corridos para sua avaliação, devendo atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 63. A nota do TCC será obtida pela média aritmética simples das notas atribuídas individualmente pelos professores examinadores.

Art. 64. A nota considerada mínima para aprovação em cada uma das etapas do Trabalho de Conclusão de Curso é 7,0 (sete).

Parágrafo único. Não haverá revisão da nota do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 65. Na avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, é considerado:

I - pertinência, qualidade e atualidade do tema apresentado;

II - linguagem científica adequada à norma culta da Língua Portuguesa;

III - atendimento às Normas da ABNT;

IV - Elaboração e divulgação audiovisual.

Capítulo VI

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 66. A coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso é exercida pela coordenação de Curso.

Art. 67. São atribuições da Coordenação do TCC:

I - zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos inscritos no componente;

II - elaborar e divulgar a lista dos alunos com seus respectivos orientadores na primeira semana de início do semestre letivo;

III - elaborar e divulgar no início do semestre, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação;

IV - formar comissão para encaminhamentos e soluções de situações que eventualmente surjam no desenvolvimento das atividades e prazos previstos;

V - decidir sobre a substituição do professor orientador e pedido de prorrogação de prazo ou, se necessário, remetê-los ao Colegiado.

Título X

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 68. As atividades complementares à formação profissional incluem a participação dos estudantes em atividades específicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, ocorrem ao longo do processo formativo em articulação com as demais ações formativas que delineiam o perfil do formando em Pedagogia a Distância. Devem ser vivenciadas ao longo do curso totalizando um mínimo de 120 (cento e vinte) horas.

Parágrafo único. Cabe ao aluno responsabilizar-se pelo cumprimento das horas no sentido de buscar de modo autônomo e independente a participação em atividades livres obedecendo às normas deste regulamento.

Art. 69. Os tipos de atividades, os critérios de pontuação e os requisitos documentais de comprovação encontram-se no Anexo III (três) deste regulamento.

Parágrafo único. Serão computadas para efeito de integralização curricular somente as atividades realizadas pelo aluno após o seu ingresso no curso.

Das Disposições Gerais

Art. 70. O presente regulamento entra em vigor na data de publicação da Resolução de sua aprovação e seus efeitos de aplicação obrigatórios para os estudantes ingressantes a partir do primeiro semestre letivo de 2022.

Art. 71. Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela plenária do Departamento de Educação cabendo recurso às instâncias imediatamente superiores.

ANEXOS AO REGULAMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

ANEXO I

Distribuição dos componentes curriculares com carga horária por grupos (BNC Formação)

GRUPO 1 (810h) (oitocentas e dez) horas destinadas aos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e sua articulação com os sistemas de ensino e suas práticas.		
GRUPO 2 (1605h), sendo 900 horas de atividades teóricas, 330 de UCEs, 195 de TCC, 60h de optativas e 120 de atividades complementares		
GRUPO 3 (810) (oitocentas e dez) horas de práticas pedagógicas, sendo 405 (195 + 210) horas de estágio supervisionado e 405 horas de prática como componente curricular, transversalizando toda a formação.		
PERÍODO	COMPONENTES CURRICULARES	CH por Grupos

		G1	G2	G3
1º	Ambientação na EAD e Letramento Digital	30	-	30
	Escola e Diversidade	60	-	15
	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	60	-	15
	Psicologia da Educação: infância e adolescência	60	-	15
	Pensamento Pedagógico	60	-	15
2º	OPTATIVA	-	60	-
	UCE I	-	120	-
	Pesquisa em Educação: teorias e métodos	-	60	15
	História da Educação Brasileira	60	-	15
	Psicologia da Aprendizagem	60	-	15
	Sociologia da Educação: Sociologia da Criança e da Infância	60	-	15
3º	UCE II	-	105	-
	Escola e Inclusão Social na Perspectiva da Educação Especial	60	-	15
	O Exercício da Profissão Docente: questões da cultura profissional e sua profissionalização	60	-	15
	Escola e Currículo	60		15
	Planejamento e Avaliação dos Processos de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	60	15
4º	UCE III	-	105	-
	Políticas Públicas Educacionais e a Organização do Ensino	60	-	15
	Didática	60	-	15
	Literatura e infância	-	60	15
	Organização do Trabalho Docente na Educação Infantil	-	60	15
	Introdução à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS		60	
5º	Ciências Humanas I: História	-	60	15
	Ciências da Natureza I	-	60	15
	Linguagens: Alfabetização e Letramento	-	60	15
	Matemática I	-	60	15
	Linguagens: Artes		30	30
6º	Estágio supervisionado na Educação Infantil	-	-	195
	Ciências Humanas II : Geografia	-	60	-
	Ciências da Natureza II	-	60	-

	Linguagens: Língua Portuguesa	-	60	-
	Matemática II	-	60	-
7º	Projeto Político Pedagógico e seu Planejamento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	45	15
	Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	-	210
	Trabalho de Conclusão de Curso I	-	75	-
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	-	120	-
	Corpo, Movimento e Ludicidade	-	45	15
	Relações étnico-raciais em contextos educacionais	60	-	15
Atividades complementares		-	120	-
Carga horária parcial		810	1605	810
Carga horária total		3.225		

ANEXO II

Distribuição dos componentes curriculares por períodos letivos, eixos formativos, créditos e carga horária

PERÍODO	EIXO FORMATIVO	COMPONENTES/ATIVIDADES	Cr/CH
1º	Eixo 1	Ambientação na EAD e Letramento Digital	04/60
	Eixo1	Escola e Diversidade	05/75
	Eixo 2	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	05/75
	Eixo 2	Psicologia da Educação: infância e adolescência	05/75
	Eixo 3	Pensamento Pedagógico	05/75
2º	Eixo 5	Pesquisa em Educação: teorias e métodos	05/75
	Eixo 2	História da Educação Brasileira	05/75
	Eixo 2	Psicologia da Aprendizagem	05/75
	Eixo 2	Sociologia da Educação: Sociologia da Criança e da Infância	05/75

		Optativa	04/60
		UCE I	08/120
3º	Eixo 1	Escola e Inclusão Social na Perspectiva da Educação Especial	05/75
	Eixo 2	O Exercício da Profissão Docente: questões da cultura profissional e sua profissionalização	05/75
	Eixo 3	Escola e Currículo	05/75
	Eixo 3	Planejamento e Avaliação dos Processos de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	05/75
		UCE II	07/105
4º	Eixo 2	Organização do Trabalho Docente na Educação Infantil	05/75
	Eixo 3	Políticas Públicas Educacionais e a Organização do Ensino	05/75
	Eixo 2	Didática	05/75
	Eixo 2	Literatura e Infância	05/75
	Eixo 5	Introdução à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	04/60
		UCE III	07/105
5º	Eixo 4	Ciências Humanas I: História	05/75
	Eixo 4	Ciências da Natureza I	05/75
	Eixo 4	Linguagens: Alfabetização e Letramento	05/75
	Eixo 4	Matemática I	05/75
	Eixo 4	Linguagem: Artes	04/60
6º	Eixo 4	Ciências Humanas II: geografia	04/60
	Eixo 4	Ciências da Natureza II	04/60
	Eixo 4	Linguagens: Língua Portuguesa	04/60
	Eixo 4	Matemática II	04/60
	Eixo 5	Estágio supervisionado na Educação Infantil	13/195
7º	Eixo 3	Projeto Político Pedagógico e seu Planejamento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	04/60
	Eixo 5	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	14/210
	Eixo 5	Trabalho de Conclusão de Curso I	05/75
	Eixo 5	Trabalho de Conclusão de Curso II	08/120

8º	Eixo 3	Relações étnico-raciais em contextos educacionais	05/75
	Eixo 4	Corpo, Movimento e Ludicidade	04/60
Atividades complementares			08/120

Anexo III

Pontuação de atividades complementares

I – Atividade de docência	Carga horária	Documentação comprobatória
Disciplinas não obrigatórias cursadas na instituição ou em outras universidades, nas modalidades presencial ou a distância.	Até 40h anuais	Declaração ou Histórico acadêmico
Atividades de Iniciação à docência (PIM, PIBID, RESPED e outros, enquanto bolsista ou voluntário)	Até 40 h semestrais	Relatório ou Declaração
Experiência no campo da docência em sala de na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Escola pública ou privada Até 6 meses - 20 h Mais de 6 meses - 40 h	Declaração da instituição
Experiência no campo de atuação da área de atuação pedagógica	Instituições e outros espaços sociais Até 6 meses - 15 h Mais de 6 meses - 30h	Declaração da instituição responsável ou cópia do contrato
Aulas de acompanhamento escolar (reforço e nivelamento)	15 horas semestrais	Plano de trabalho com assinatura do responsável pelo assistido

II - Atividade de pesquisa	Carga horária	Documentação comprobatória
Bolsista de iniciação científica (bolsista ou voluntário)	40 horas semestrais	Declaração
Participação em grupos de pesquisa	15 horas semestrais	Declaração

III - Atividade de Extensão	Carga horária	Documentação comprobatória
Participação em projetos de extensão (bolsista ou voluntário)	40 horas semestrais	Declaração
Participações pontuais em atividades de extensão	Até 30 h semestrais	Declaração

IV - Produção técnica e científica	Carga horária	Documentação comprobatória
Artigos publicados	Jornal (20h) Anais: Trabalho Completo (40h) e Resumo (30h) Revista Científica (60h) Capítulo de livro (60h)	Cópia do índice e primeira folha do trabalho ou cópia da matéria do jornal
Publicações	Cartilha e livreto (50h) Livro (80 h) Cordel (40 h)	Cópia da capa da publicação.

V - Outras atividades	Carga horária	Documentação comprobatória
Participação em eventos acadêmico-científicos (congresso; seminários; simpósios, conferências; oficinas, outros similares (são eventos de iniciativa das instituições ou entidades com atividades voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão)	Considerar a carga horária dos certificados	Certificado de participação
Participação em eventos artístico-culturais (são eventos inseridos na categoria de reunião coloquial que tem como objetivo difundir manifestações,	Considerar a carga horária dos certificados	Certificado ou Declaração

estimular a criatividade e expressões populares, artísticas e culturais)		
Participação em cursos ou minicursos	Considerar a carga horária dos certificados, estabelecendo o limite de 50h de integralização para cada curso.	Certificado ou Declaração
Participação em comissões	20 horas semestrais	Portaria, certificado ou declaração
Ações voluntárias	Campanhas e projetos sociais (Até 15 h semestrais) Doação de sangue (10 horas semestrais).	Declaração
Atividades esportivas/recreativas/sociais	5 horas semestrais	Declaração da entidade promotora
Estágio não-obrigatório na área de formação específica	30 horas semestrais	Declaração
Outros (casos não previstos que tenham a aprovação do orientador acadêmico)	Até 15 horas	Declaração, certificado ou afins.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S. et al. **Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia: disputas de projetos no campo da formação do profissional da Educação.** In. Revista Educação & Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, pp. 819-842, out. 2006. <Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>.

BARREIRO-PINTO, I. A. ; SILVA, M.. **Avaliação da aprendizagem na educação online: relato de pesquisa.** Educ. Form. Tecnol., Monte da Caparica , v. 01, n. 02, p. 32-39, Nov. 2008 . Available from <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-933X2008000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 22 June 2022.

CALAZANS, J. (Org.). **Iniciação científica: construindo o pensamento crítico.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, M. C. R. D. de; SANTOS, Mirza Medeiros dos. **Projeto político-pedagógico do curso de Farmácia: os caminhos da mudança.** In: CABRAL NETO, Antônio. Flexibilização curricular: cenários e desafios. Natal: EDUFRN, 2004. p. 71-94.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXIV: o dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e terra, 1981.

GRACIANI, Stella. **Comunidade educativa e ações transformadoras.** Mesa redonda coordenada por Ricardo Costa Galvanezi. Congresso Educação e transformação social 2006.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação; 23.ed. 2004

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução: José Claudio e Júlia Ferreira. Natal, RN: Edufrn; São Paulo: Paulus, 2010.

LIB NEO, J. C. **A organização e gestão da escola**: Teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCARELLI, E. **Enseñar y aprender em la universidad**: la articulación teoría-práctica como eje de la innovación el aula universitaria. In. CANDAU, Vera Maria. Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Escolas e professores**: proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Pedagogia(s) da infância**: reconstruindo uma práxis de participação. In. OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. et alii (Orgs.). Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. pp. 13-36.

RODRIGO, M. J. **Do cenário sociocultural ao construtivismo episódico**: uma viagem ao conhecimento escolar mediante as teorias implícitas. In: RODRIGO, Maria José; ARNAY, José (Org.). Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança. São Paulo: Ática, 1998.

SANTOS, E. O. dos. (2003). **Novas práticas curriculares na educação a distância**. Comunicação & Educação, (26), 35-42. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i26p35-42>

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulos, 2013.

ANEXO 1 - PORTARIA DA COMISSÃO DE CRIAÇÃO DO CURSO

ANEXO 2 - ATA DE REUNIÃO DO DEPARTAMENTO <Após parecer final da DCG>

ANEXO 3 - ATA DE REUNIÃO DO CONSAD <Após parecer final da DCG>

ANEXO 4 - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE <Ver modelo disponibilizado pela PROEG, no endereço: <http://proeg.uern.br/default.asp?item=proeg-formularios>>